Universidade Federal Fluminense
Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social

Um estudo interseccional sobre os estudantes formados no passaporte universitário: raça, gênero, classe e mobilidade social.

Erica Conceição do Nascimento



NITERÓI-RJ
2026

Erica Conceição do Nascimento

Um estudo interseccional sobre os estudantes formados no passaporte universitário: raça, gênero, classe e mobilidade social.

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social. Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social Linha de Pesquisa: Gênero, raça, identidade de gênero e política social

Orientadora: Profª Dra. Nívia Valença Barros.

Niterói-RJ

Agosto de 2026

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

N244e Nascimento, Erica Conceição do
Um estudo interseccional sobre os estudantes formados no passaporte universitário : raça, gênero, classe e mobilidade social / Erica Conceição do Nascimento. - 2026.
111 f.

Orientador: Nívia Valença Barros.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Niterói, 2026.

1. Mobilidade social. 2. Educação. 3. Trabalho. 4. Interseccionalidade. 5. Produção intelectual. I. Barros, Nívia Valença, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

ERICA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO

UM ESTUDO INTERSECCIONAL SOBRE OS ESTUDANTES FORMADOS NO PASSAPORTE UNIVERSITÁRIO: raça, gênero, classe e mobilidade social.

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social, linha de pesquisa Gênero, raça, identidade de gênero e política social

Aprovado em 31/ 08 / 2026.

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
NIVIA VALENCA BARROS
Data: 29/10/2026 11:31:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prof.ªDrª Nivia Valença Barros

Universidade Federal Fluminense – Orientadora

gov.br Documento assinado digitalmente
JOICE DA SILVA BRUM
Data: 05/11/2026 07:02:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profª. Dr.ª Joice da Silva Brum

CEDERJ – 1ª Examinadora

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIS GOMES
Data: 05/11/2026 11:25:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prof. Dr André Luiz Gomes

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – 2º Examinador

“A vida é feita de palavras, elas explicam e fazem nascer e morrer. Se ninguém pronuncia um nome este ser está morto, mesmo que respire e leve um coração batendo no peito. Estar vivo é ser palavra na boca de alguém. Não lembrar delas me condenou ao abismo, não saber o nome das pessoas, do meu lugar, a narrativa da minha vida, tudo o que somos é história e história se conta com palavras. Por isso, bastou um bilhete. Lembrei-me da missa “Mas direi uma só palavra e serei salvo”. Fui salva por apenas duas, o nome da cidade de onde vim e o meu nome.”

Socorro Acioli
2023

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta etapa acadêmica representa a materialização de um percurso atravessado por desafios, superações, afetos e redes de apoio. A finalização desta pesquisa não é o resultado de um esforço isolado, mas o fruto coletivo de mãos que se estenderam, vozes que encorajaram e políticas públicas que tornaram o sonho da universidade uma realidade concreta.

A Deus, primeiramente, pela dádiva da vida, por ser o meu refúgio e a minha fortaleza nos momentos de incerteza. Agradeço por ter me concedido a saúde, a fé e a discernimento necessários para atravessar cada etapa dessa jornada, sustentando os meus passos quando as forças pareciam esgotar.

À minha família, meus irmão Jessica e Jeferson e meus sobrinhos, pelo amor incondicional e pelo apoio constante que fundamentam quem eu sou. Em especial, à minha mãe, referência de força e resignação, cujos ensinamentos e sacrifícios abriram caminhos para que eu pudesse chegar até aqui. Ao meu marido, companheiro de todas as horas, agradeço pela paciência, pela escuta atenta, pela compreensão diante das minhas ausências e por ser o meu porto seguro nos dias mais exaustivos de dedicação aos estudos.

Às minhas queridas amigas Vania Quintão e Eunice Batista, cuja presença na minha trajetória foi e continua sendo um divisor de águas. Agradeço por caminharem ao meu lado desde o início, acreditando em minha capacidade mesmo quando nem eu acreditava, as vibrações de cada conquista e o apoio prático e emocional em todos os momentos decisivos. A amizade e o afeto de vocês foram combustíveis indispensáveis para que eu me mantivesse nesse processo.

Ao Programa Passaporte Universitário, por ter sido a ponte que transformou a minha realidade e me garantiu o direito de ocupar o espaço acadêmico. Como mulher negra, nordestina e trabalhadora, reconheço no Passaporte Universitário mais do que uma política pública, reconheço um instrumento fundamental de reparação social e de democratização do conhecimento formal. Sou

imensamente grata pela oportunidade de formação que este programa me proporcionou.

À minha orientadora, Profª Dra. Nívia Valença Barros, pela condução generosa, rigorosa e ética deste trabalho. Agradeço pela confiança depositada na minha pesquisa, pelo respeito ao meu trabalho e pelas provocações intelectuais que amadureceram o meu olhar crítico. Sua orientação foi um farol indispensável para a consolidação deste estudo.

Aos meus professores das disciplinas cursadas ao longo do programa de pós-graduação, por compartilharem seus conhecimentos, referenciais e por tencionarem debates fundamentais para a minha construção teórica e política.

À minha supervisora de estágio docente, Professora Dra. Tatiana Dahmer, pelas trocas enriquecedoras no campo do ensino, pelo acolhimento no ambiente da sala de aula e pelas contribuições decisivas no meu processo de formação didático-pedagógica.

Aos gestores e à equipe do Programa Passaporte Universitário, que abriram as portas para a realização deste estudo e disponibilizaram o tempo e a estrutura necessários para a concessão da entrevista institucional, demonstrando compromisso com a transparência e com a pesquisa acadêmica.

Às mulheres negras entrevistadas, que generosamente doaram o seu tempo, as suas memórias e as suas vivências no meio da correria de suas rotinas. Sem a confiança, a coragem e a generosidade de cada uma de vocês em partilhar suas histórias, dores e conquistas, esta pesquisa não ganharia vida nem a densidade humana que carrega. Cada palavra de vocês ressoa em mim.

Por fim, agradeço a mim mesma. Agradeço por ter resistido, por ter honrado a minha trajetória e por não ter sucumbido diante do cansaço, das barreiras impostas pela realidade e da vontade de desistir que por diversas vezes me assaltou. Reconhecer o meu próprio esforço é afirmar a legitimidade da minha voz e da minha caminhada enquanto pesquisadora negra.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os resultados do Programa Passaporte Universitário no acesso, na permanência e no pós-formação no ensino superior de mulheres negras, para tentar compreender se houve uma mobilidade dessas mulheres pós-formação. Com base na ferramenta analítica de interseccionalidade, no estudo sobre a formação social brasileira, e o racismo estrutural articulando a trajetória acadêmica e profissional de seis egressas negras do programa. Buscando compreender em que medida os marcadores sociais de raça, gênero, classe se entrecruzam para condicionar as vivências acadêmicas e as expectativas de mobilidade social e inserção no mercado de trabalho digno. Pensando que o racismo, o machismo e as assimetrias de classe atuam como filtros que perpetuam dinâmicas de subaproveitamento e informalidade para essas mulheres negras. Para tal, foi utilizado uma metodologia crítica partindo de dois seguimentos, a pesquisa bibliográfica, com caráter qualitativo, baseada em autores clássicos e contemporâneos sobre a temática, bem como, através de sites oficiais da Prefeitura de Maricá e o IBGE e a entrevista semiestruturada com um gestor e seis mulheres negras egressas do programa. A análise do material empírico pautou-se na técnica de análise de conteúdo, articulando as narrativas colhidas às categorias analíticas de mobilidade social, cidadania, interseccionalidade e as barreiras estruturais do mercado de trabalho. Assim, sendo possível compreender a mobilidade social obtida por essas egressas em sua totalidade na vida social, acadêmica e econômica.

Palavras-chave: Mobilidade social. Educação. Trabalho. Interseccionalidade

ABSTRACT

This study analyzes the results of the *Passaporte Universitário* program regarding the access, retention, and post-graduation experiences of Black women in higher education, seeking to understand whether these women achieved upward mobility after completing their degrees. The research employs the analytical framework of intersectionality, alongside studies on Brazil's social formation and structural racism, to examine the academic and professional trajectories of six Black women who completed the program. The study aims to understand how social markers race, gender, and class intersect to shape academic experiences, expectations of social mobility, and entry into decent employment. It considers how racism, sexism, and class disparities act as filters that perpetuate dynamics of underutilization and informality for these Black women. To this end, a critical methodology comprising two approaches was adopted: qualitative bibliographic research grounded in classical and contemporary authors as well as official data from the Maricá City Hall and the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics); and semi-structured interviews with a program manager and six Black female graduates. The analysis of the empirical material utilized content analysis techniques, linking the collected narratives to analytical categories such as social mobility, citizenship, intersectionality, and structural barriers in the labor market. This approach enables a comprehensive understanding of the social mobility achieved by these graduates across social, academic, and economic spheres.

Keywords: Social mobility. Education. Work. Intersectionality**.**

LISTA DE SIGLA

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPT – Empresa Pública de Transporte

FSM - Fundo Soberano de Maricá

IAPs – Institutos Aposentaria e Pensões

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do trabalho

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I

1 ENTENDENDO A MOBILIDADE SOCIAL BRASILEIRA 17

1.1 mecanismos estruturais de exclusões que impedem a mobilidade social da população negra 22

1.1.1 Racismo estrutural e estereótipos 24
1.1.2 Território, lei de terra e leis eugênicas 27
1.1.3 A segregação na educação para a população negra 28
1.1.4 Trabalho e suas mudanças contemporâneas 30
1.2 Relação sobre a divisão social, racial e sexual do trabalho 34
1.3 A interseccionalidade como ferramenta analítica no mercado de trabalho 41

1.4 dias atuais: resistência, lutas e conquistas 42

CAPÍTULO II

2 POLÍTICA SOCIAL E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: LIMITES PARA UMA CIDADANIA COMPLETA 44

2.1 Política de educação 49
2.2 Introdução ao passaporte universitário e qual política ele está inserido 56
2.3 Política de cotas (ação afirmativa) 58
2.4 Trajetórias para as mulheres negras: educação, permanência e trabalho. 61
2.5 relação de educação e trabalho para uma ascensão social 65

CAPÍTULO III

3 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE MARICÁ E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS 72

3.1 Análise das entrevistas: formação, raça, gênero e mercado de trabalho em maricá 77
3.1.1 Perfil socioeconômico e trajetória iniciais antes do acesso 78
3.1.2 Vivências universitárias: Desafios, permanência e redes de apoio 82
3.1.3 O pós-formação e o mercado de trabalho: conquistas e barreiras 86

3.1.4 O suporte no pós-formação, as estratégias das egressas e as ações pretendidas pelo programa 93
3.1.5 O programa Passaporte Universitário e a mobilidade social 99

CONSIDERAÇÕES FINAIS 102

REFERÊNCIAS Bibliográficas 105

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar, sob uma perspectiva analítica interseccional, a mobilidade social e a inserção no mercado de trabalho de estudantes negras egressas do Programa Passaporte Universitário, no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro. A investigação busca compreender a forma como as imbricações estruturais entre os marcadores sociais de raça, gênero, classe e território condicionam as trajetórias pós-formação superior dessas mulheres, analisando em que medida o acesso ao ensino universitário por via de políticas públicas locais se traduz em efetiva emancipação social e inserção em trabalho digno.

A problematização central dessa pesquisa se dar em buscar compreender como o diploma universitário frequentemente associado a mobilidade social ascendente dos sujeitos sociais, atua em uma sociedade estruturada pelo racismo e o sexismo. Nesse sentido, a obtenção do diploma de graduação garante a superação das barreiras históricas impostas as mulheres negras e pobres no mercado de trabalho formal?

Para tentar responder essa problematização, esta pesquisa estrutura-se em torno do seguinte objetivo, analisar sob a ótica da teoria crítica e da perspectiva interseccional, a repercussão do Programa Passaporte Universitário de Maricá-RJ na promoção da mobilidade social e no acesso ao trabalho digno para estudantes egressas negras pertencentes a classe trabalhadora, identificando como as articulações entre raça, gênero, classe e território moldam suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

O capitalismo é um sistema permeado por diversas contradições, uma delas é que quanto maior a riqueza dos donos do capital, maior a pobreza da classe trabalhadora, pensando em um país que o trabalho tem bases na escravização de um povo, essa pobreza está concentrada nas mãos da população negra, como nos traz Quintão: “O trabalho no Brasil está intrinsecamente ligado a colonização do país e a escravização da população negra” (2022, p. 33).

As oportunidades afetam os grupos sociais de diferentes maneiras, uma mulher negra e pobre não terá a mesma oportunidade que um homem branco e

rico, essas desigualdades de oportunidades irá influenciar desde a entrada nas universidades, sua permanência até a entrada no mercado de trabalho formal na área escolhida pelas mesmas. Carneiro (2011):

> Assim, as atuais exigências educacionais para a alocação de mão de obra no mercado de trabalho formal não apenas conformam-se como um instrumento para a seleção dos profissionais mais qualificados, mas também operam como um filtro de natureza racial, definindo os que preferencialmente serão alocados. (p. 106)

Assim sendo, é preciso investigar o pós-formação dessas mulheres negras. O Programa Passaporte Universitário é uma política pública de extrema importância e relevância para o município de Maricá. Porém, é necessário examinar criticamente se a ampliação do acesso ao ensino superior tem sido acompanhada por mecanismos institucionais e econômicos capazes de assegurar a mobilidade social real de suas egressas.

Para tal, A análise da mobilidade social das egressas negras do programa exige o diálogo crítico com autores sobre a temática do trabalho, racismo estrutural, feminismo negro, interseccionalidade e a própria mobilidade social.

Entende-se por mobilidade social o deslocamento do indivíduo ou grupos sociais entre diferentes posições na estrutura socioeconômica (Oliveira, 2010). Nesse sentido traremos uma reflexão sobre a mobilidade social segundo Marx compreendendo como essa mobilidade é limitada em um contexto capitalista, pois a divisão da sociedade em classes antagônicas limita a mobilidade estrutural, garantindo a manutenção da hegemonia da classe detentora dos meios de produção. Conforme assinala Antunes (2018), a fase atual da acumulação capitalista, sob a égide do neoliberalismo e das plataformas digitais, aprofunda a precariedade do trabalho, moldando o cenário do "privilégio da servidão", em que o trabalho formal e estável cede lugar à informalidade e à flexibilização irrestrita.

No que tange ao papel da educação nesse processo, recorre-se à formulação de Pierre Bourdieu (2007) acerca dos conceitos de capital cultural, capital social e capital familiar. Para Bourdieu, o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades de classe pré-existentes, uma vez que o sucesso escolar e a valorização dos títulos acadêmicos no mercado dependem intrinsecamente do volume de capital cultural e social herdado do meio familiar.

Contudo, a formação social brasileira é atravessada pelo racismo estrutural. Fernandes (2008) já demonstrava que com a chamada abolição o negro não foi integrado plenamente na sociedade de classes, foram deixados à margem das oportunidades econômicas e educacionais. A cor da pele permaneceu operando como um estigma e um obstáculo persistente à ascensão de prestígio e renda.

No que diz respeito a divisão racial, sexual e social do trabalho é necessário analisar segundo o olhar de teóricas negras como Gonzáles, Carneiro, Davis e Hooks que trazem uma análise de como o racismo e o patriarcado se articulam e colocam a mulher negra na base da pirâmide socioeconômica. Historicamente destinadas aos trabalhos domésticos e de cuidados essas mulheres enfrentam múltiplas desvantagem.

> O racismo como fonte do colonialismo e da escravidão, a persistência dessas práticas discriminatórias, o caráter determinante que elas têm na pobreza e marginalização social dos afro-latino-americanos e, sobretudo, as múltiplas formas de opressão que a conjugação de racismo com sexismo produz nas mulheres afrodescendentes. (CARNEIRO, 2011, p. 111)

É sob essa perspectiva que a Interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (1991), assume centralidade analítica no projeto. A interseccionalidade não se reduz à simples adição de opressões de raça, gênero e classe, mas constitui uma ferramenta analítica e conceitual voltada a compreender como diferentes eixos de poder se intercruzam de forma indissociável, produzindo formas específicas de vulnerabilidade e de exclusão social. Como nos aponta Collins (2021):

> A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre várias categorias de poder." (COLLINS; 2021, p. 45)

O Programa Passaporte Universitário, criado em 2019, concedeu milhares de bolsas integrais em instituições de ensino superior privado para moradores de baixa renda. Se por um lado a iniciativa rompe com a barreira de entrada na universidade, por outro se faz importante analisar criticamente os desdobramentos desse acesso no mercado de trabalho, observando se os

marcadores de raça, gênero e classe continuam a limitar o potencial emancipatório do diploma universitário.

Para isso, a pesquisa pauta-se em uma abordagem qualitativa de cunho crítico. O referencial bibliográfico contemplará obras clássicas e contemporâneas sobre teoria do trabalho, divisão sexual do trabalho, racismo estrutural, educação e interseccionalidade. Bem como analises das legislações municipais, relatórios oficiais da Prefeitura de Maricá sobre o Programa Passaporte Universitário e dados populacionais e socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o levantamento de dados adota-se a técnica de entrevistas semiestruturadas, assim sendo possível compreender com profundidade as representações, vivências e percepções dos sujeitos sociais sobre suas trajetórias de vida e de trabalho. Para tal, foram entrevistadas seis mulheres negras egressas do Programa Passaporte Universitário e um gestor do programa. A seleção das participantes egressas foram feitas através da amostragem não probabilística conhecida como Bola de Neve (ALBUQUERQUE, 2009). Tal procedimento é ideal para a localização de redes sociais específicas, onde os sujeitos iniciais indicam novos participantes.

Esta pesquisa foi dividida em três capítulos centrais precedidos por esta Introdução e seguidos pelas considerações finais e referências bibliográficas. Os capítulos foram divididos da seguinte maneira:

Primeiro capitulo é dedicado ao aprofundamento teórico dos conceitos de mobilidade social, racismo estrutural, capital cultural, divisão racial, sexual e social do trabalho, interseccionalidade, bem como a formação social brasileira. Analisará o papel da violência estrutural e do racismo na limitação da mobilidade social no cenário brasileiro contemporâneo.

Já no capitulo dois falaremos sobre a política pública e suas contradições e as políticas sociais que o presente tema aborda, tais quais, as políticas de ações afirmativas e a própria política que o Programa Passaporte Universitário está inserido. Bem como, a exclusão do negro na educação e no mercado de trabalho e a trajetória de educação, permanência e trabalho da mulher negra.

Por fim, no capitulo três trataremos da pesquisa em si, apresentaremos o resultado das entrevistas analisando a partir da perspectiva interseccional, cruzando as narrativas das egressas, desta pesquisadora e a visão da gestão do programa, para assim poder compreender se o programa trouxe ou não uma mobilidade social para essas mulheres negras.

Capitulo I

1. Entendendo a Mobilidade social brasileira

Antes de refletir sobre a mobilidade social sob as perspectivas de raça, gênero e classe, é fundamental apresentar o conceito que orienta esta discussão. A mobilidade social, muitas vezes reduzida apenas ao campo econômico, envolve na realidade múltiplas dimensões como educacionais, culturais, políticas e simbólicas que moldam as trajetórias individuais e coletivas. É importante o estudo sobre tal tema pois permite investigar as dinâmicas estruturais das desigualdades e os mecanismos de reprodução de hierarquias sociais. Bem como compreender processos estruturais que possibilitam ou limitam a ascensão de determinados grupos sociais, estudando processos de inclusão ou exclusão a acesso à educação, políticas públicas de inclusão e mobilidade e o mercado de trabalho.

Oliveira (2010) nos traz a definição de mobilidade social como “posição que os indivíduos ocupam na estrutura social e o seu deslocamento de *status*.” Ou seja, o movimento dessas pessoas entre as classe. A mobilidade social é indispensável ao sistema capitalista, pois é através da ideia de os indivíduos ou grupos de indivíduos se ascenderem nas categorias socioprofissionais que faz com que eles busquem cada vez mais se qualificar e assim continuarem trabalhando.

Marx (1999), embora não tenha falado diretamente do conceito de mobilidade social em suas obras, suas análises sobre classes sociais e lutas de classe nos apresenta uma boa compreensão sobre como as desigualdades e as estruturas de classe influenciam o movimento das pessoas nessa estrutura. Ou seja, o seu foco está na estrutura de classes da sociedade capitalista e no conflito entre elas. Para ele, a mobilidade social não é um fenômeno comum ou de fácil alcance, pois a própria estrutura de produção impede que a maioria das pessoas se mova para cima nas estruturas de classes. O sistema capitalista, por

sua natureza, precisa manter a maioria da população na classe trabalhadora para garantir a exploração e a acumulação de capital pela classe dominante.

Nesse sentido, refletir sobre essa análise de Marx relacionando com o conceito do pacto da branquitude da autora Cida Bento (2022) que analisa como os iguais e seus semelhantes, por gerações buscam manter seus privilégios, com uma cota não explicitada de maioria homens e brancos que ocupam altos postos em empresas, universidades e lugares sociais de prestígios. A autora crítica como essas relações de dominação de raça, gênero e classe tem suas similaridades, que são construídas e perpetuadas através de pactos. “Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios (Bento, p.11, 2022)

> Regras, processos, normas, ferramentas utilizadas no ambiente de trabalho preferem e fortalecem silenciosamente os que se consideram “iguais”, atuando sistemicamente na transmissão da herança secular do grupo, no fenômeno que viemos chamando de pactos narcísicos. (Bento, p.49, 2022)

Assim sendo, a classe dominante tem uma visão de mundo segundo seus próprios conceitos, seu próprio grupo é o centro de tudo e os demais são compreendidos a partir do seu modelo, aqui compreendendo o eurocentrismo. “Percepção eurocêntrica do outro. (...) o olhar europeu transformou o não europeu em um diferente e, muitas vezes ameaçador, outro.” (Bento, p.17, 2022) Ou seja, o homem branco se enxerga como universal, como referência de humanidade e civilização.

A autora também reflete sobre o racismo institucional como Mecanismos e processos de operacionalização da discriminação racial dentro das instituições, que acabam gerando exclusões, sub-representações e o genocídio da população negra. Por exemplo, como opera o racismo durante os processos de recrutamento e seleção dentro das empresas e como o processo de inserção do negro no mercado de trabalho é complexo e excludente.

> A eliminação dos “mais fracos” pode ocorrer nos momentos de disputa sobre quem pode ocupar os lugares de prestígio e de comando nas instituições. Por isso, o território da ascensão profissional é um dos mais tensos, pois pessoas negras que chegam a posições de vanguarda ou de comando invertem a lógica de que pessoas brancas estejam sempre ocupando os lugares de liderança. Assim, essas pessoas negras em processo de ascensão nas organizações despertam receio, e é preciso trazer o tema “medo da perda de privilégios” para as reuniões institucionais para impedir que “a caneta

> da decisão” na mão dos incluídos interdite os negros. (Bento, p.49, 2022)

Acrescentando o gênero nessa discussão fica mais evidente a perversidade desse pacto da branquitude. Se o homem branco se coloca como o topo universal e neutro da estrutura de poder, a mulher negra é posicionada no polo oposto de vulnerabilidade, enfrentando múltiplas barreiras institucionais. Enquanto esse pacto da branquitude garantem que a liderança corporativa, política e acadêmica permaneça majoritariamente masculina e branca, os critérios subjetivos de seleção e promoção perpetuam a divisão sexual do trabalho, colocando essa mulher em postos de trabalhos subalternos, com poucas e ou até nenhuma chance de conseguir uma mobilidade social ascendente.

Nesse sentido, se ainda há barreiras para inserção da população negra no mercado de trabalho, o desafio se torna ainda maior na ocupação dessa população em cargos de comando ou posições de prestígios e quando acrescentamos o gênero essa inserção nesse lugar social se torna quase impossível para a mulher negra.

Outro autor que discute a mobilidade social é Bourdieu (2007) para ele a mobilidade social não depende apenas de fatores econômicos, mas também aspectos culturais e simbólicos. Ou seja, a mobilidade social do indivíduo não pode ser reduzida a uma mudança de renda, mas interpretada como um fenômeno multidimensional que envolve a capacidade de converter diferentes capitais em posições legitimas no espaço social. O capital econômico, fornece condições materiais que possibilitam o acesso a bens culturais, tempo para estudar, entre outros. Em relação ao capital cultural certos grupos parecem naturalmente mais aptos à escola e às práticas valorizadas socialmente (aqui analisando segundo a cultura dominante eurocêntrica). Hábitos e referências culturais transmitidos pela família, e que conferem vantagens significativas no processo de escolarização.

Nesse sentido, o capital familiar desempenha papel fundamental, não apenas pela transmissão intergeracional de recursos materiais e culturais. Segundo o mesmo autor a família é o primeiro e mais eficaz agente de socialização, inserindo o indivíduo em um campo social específico e fornecendo o *habitus* um conjunto de disposições duráveis que orienta percepções, gostos

e expectativas. É a partir desse habitus que o indivíduo reconhece suas possibilidades e limites no espaço social, moldando seu imaginário sobre o que é possível desejar ou alcançar. Portanto a mobilidade social é mais difícil para aqueles que precisam percorrer uma distância social maior que outros. Nesse sentido Bourdieu aponta:

> "A escolha tem ainda mais chances de ser limitada quando os estudantes pertencem a um meio desfavorecido (...) a restrição das escolhas impõe-se mais as classes baixas que as classes privilegiadas e mais as estudantes do que as aos estudantes, sendo ainda mais acentuada para as moças de origem baixa" (Bourdieu, 2014, p.21)

Bourdieu aponta nesse trecho que a escolha sobre determinados espaços sociais é limitada para determinados grupos. Analisando sob a perspectiva de classe social, quando aprofunda mais os estudos na perspectiva de gênero essas chances chegam a ser ainda mais limitadas. Mesmo o autor não analisando segundo a raça, é possível compreender no contexto brasileiro que essas chances chegam a ficar mínimas.

O poder simbólico exerce, nesse sentido, forte influência nesse processo ao operar de forma invisível, naturalizando as diferenças e legitimando a ordem social. As desigualdades aparecem como resultado de aptidões naturais ou méritos individuais, mascarando o peso das condições sociais e estruturais. Assim, a dificuldade de mobilidade social entre grupos que são historicamente excluídos como negros, mulheres e populações periféricas não decorre apenas da pobreza material, mas de um déficit de reconhecimento simbólico e de desvalorização dos capitais por eles produzidos.

Utilizando-se de Bourdieu, Souza (2003) aponta que o poder simbólico atua para naturalizar as desigualdades, assim como o habitus que as pessoas internalizam a ideia de que a pobreza é fruto de falhas individuais e não de estruturas históricas de dominação. Nesse sentido é sustentada a ideia que os pobres, sobretudo os negros e os moradores das periferias, são fracassados, perigosos ou preguiçoso. A associação entre pobreza, inferioridade moral e o fracasso pessoal, direcionados a esses grupos, expõe um sistema simbólico de dominação que mantem estruturalmente os antigos estigmas do período escravocrata sob novas formas de dominação. Assim, a desigualdade deixa de

ser percebida como uma construção social para ser aceita como destino ou mérito.

É importante analisar a mobilidade social segundo esses autores, pois, embora tenham suas diferenças, eles oferecem uma visão crítica sobre tal tema, indo além da ideia de que a ascensão social depende apenas do esforço individual, sendo um fenômeno estruturalmente restrito a determinados grupos sociais. As desigualdades não são um acidente, mas um produto do próprio sistema. Principalmente em um contexto como o brasileiro que as desigualdades sociais são estruturais, raciais e sexuais estando diretamente ligadas ao seu passado escravocrata.

O capitalismo opera de forma central na separação estrutural de quem acumula capital e quem apenas vende sua força de trabalho. “A estrutura do mercado garante que aqueles que não acumulam capital (mas consomem o mais-valor), com o tempo, fiquem economicamente em desvantagem em relação aos que de fato acumulam capital” (Wallerstein, p.163, 2021). No contexto brasileiro, essa lógica se articula diretamente com a questão racial.

A formação do mercado de trabalho no Brasil se deu sob o legado da escravização de populações negras, que foram sistematicamente excluídas do acesso à terra, à propriedade e à educação no pós-abolição. Essas desvantagens econômicas não é resultado de falhas individuais, mas de um processo histórico em que o racismo estruturou quem poderia acumular e quem permaneceria apenas vendendo sua força de trabalho. Dessa forma, a dinâmica do mercado brasileiro consolidou uma hierarquia social racializada, na qual a população negra, até os tempos presentes continuam enfrentando mecanismos de exclusões e opressões que os impedem de ascender socialmente “Não por acaso, a história do racismo no Brasil é, também uma história de permanência” (Santos, p.87, 2022). Assim sendo, é necessário refletir sobre esses mecanismo históricos que operam até os dias atuais.

1.1 Mecanismos estruturais de exclusões que impedem a mobilidade social da população negra

O escravismo foi a base do sistema capitalista. A riqueza produzida pelo trabalho escravo foi o alimento para a acumulação primitiva do capital. Com a transição do sistema escravista para o sistema capitalista no Brasil, que aconteceu de forma gradual, esse antigo sistema não desaparece, seus mecanismos de opressão são adaptados para servir ao novo sistema. Um exemplo são os mitos e racionalizações do escravismo, como a preguiça ou a inadaptação do negro ao trabalho livre que são usados para justificar por que o negro deve ocupar a posição mais baixa e precária da sociedade de classes, funcionando como uma barreira que impede o negro de ascender socialmente, independente do seu esforço, como nos aponta Moura (2019):

> Ideologia racista racializada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu. Queremos dizer, com isso, que houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo no contexto da sociedade de capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico-social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismo discriminadores que se sucedem na biografia de cada negro. (Moura, 2019, p.39)

Nesse mesmo sentido, Williams (2012) em sua obra “Capitalismo e escravidão” como o próprio título do livro expõe, vai analisar a relação entre o capitalismo e a escravidão. Negando a narrativa que esses sistemas são opostos, ele demostra que a escravização foi um dos pilares para o capitalismo moderno, essa lógica tem profunda implicações para compreensão das desigualdades raciais e sociais contemporâneas. A desumanização, a exploração e a inferiorização dos povos negros, formada no contexto colonial, se manteve na modernidade de forma atualizada através do racismo estrutural, da marginalização, da segregação e do desemprego.

A chamada abolição para Moura(2019) foi uma falsa abolição, pois não promoveu uma real emancipação do negro. O Estado não ofereceu reparação social, políticas públicas de apoio e nem integração econômica, ele foi jogado à margem da sociedade, sem acesso à terra, trabalho, educação e capital. O negro foi forçado a competir em um mercado de trabalho desigual que favorecia o

imigrante branco. Ou seja, a chamada abolição[1] de 1888 foi um ato político-legal e incompleto que libertou os negros, mas os condenou à uma realidade de marginalização econômica e social na então sociedade de classe brasileira que estava nascendo.

Essa falsa abolição garantiu que as estruturas de dominação se adaptasse a nova sociedade que estava surgindo, para que assim garantisse a permanências das desigualdades sociais e raciais.

O Estado[2] teve sua parcela de culpa. Moura (2019) também vai apontar que “durante toda a existência do Estado brasileiro, no regime escravista, ele se destinava, fundamentalmente, a manter e defender os interesses dos donos de escravizados” (p.44). Nos dias atuais isso não é diferente, O Estado se destina para manter e defender os interesses da classe dominante.

A condição do negro no pós-abolição, seu deslocamento e exclusão do regime escravista para o capitalista “do bom escravo ao mau cidadão” (Moura, 2021) com a não integração dele ao trabalho livre e remunerado, sem acesso as políticas básicas a terra, educação e capital ele foi empurrado para as periferias e marginalizados, assim se tornando o “mau cidadão” porque não se enquadra ao novo modelo de trabalho assalariado, estratégia de dominação, passando a ser visto como um problema social, ficando evidente as contradições da sociedade brasileira. Sendo esses uns dos mecanismo de barragem social e econômico ou como Moura (2019) aponta “peneiramento social a que foram submetidos os negros livres na sociedade branca” (p.144).

No Brasil, em seu contexto histórico, as desigualdades de oportunidades está profundamente influenciada por fatores estruturais como raça e gênero.

---

[1] Aqui colocamos como a **“**chamada abolição**”** porque o processo que pôs fim formal à escravidão no Brasil, em 1888, foi incompleto, limitado e profundamente excludente, não tendo de fato uma abolição, como como nos aponta Moura (2019) quando fala que houve uma falsa abolição

[2] Estado aqui mencionado é uma entidade política e jurídica que representa o conjunto de instituições públicas que organizam a vida em um território. Ele é uma entidade permanente, que transcende os indivíduos e os grupos que o compõem. Enquanto o governo é a manifestação temporária do poder do Estado. Ele é o conjunto de pessoas, eleitas ou nomeadas, que ocupam posições de poder e exercem a administração do Estado em um determinado período. Ou seja, o Estado é a instituição permanente e a estrutura, enquanto o governo é a gestão temporária, o grupo de indivíduos que administra essa estrutura.Segundo Hobbes (2003) o Estado é uma entidade criada por um pacto social para garantir a segurança e a ordem, o Estado seria o Leviatã. O soberano ou o governo é a figura que personifica e exerce esse poder, sendo a autoridade máxima que comanda o Estado

Essa desigualdade social e a concentração de renda estão diretamente ligada a dificuldade da fluidez da mobilidade social. Ou seja, a concentração de riqueza no Brasil é uma questão de herança, cor da pele e gênero.

> Por essa razão, a mobilidade social para o negro descendente do antigo escravo é muito pequena no espaço social. Ele foi praticamente imobilizado por mecanismos seletivos que a estratégia das classes dominantes estabeleceu. Para que isso funcionasse eficazmente, foi criado um amplo painel ideológico para explicar e/ou justificar essa imobilização estrategicamente montada. (Moura, 2019, p.103)

Nesse sentido, a situação do negro durante sua trajetória histórica e social foi e é marcada por diversas forma de exclusão e segregação. As questões sobre raça e racismos foram construídas a partir do que não foi dito. As exclusões e segregações não estavam explicitas nas leis e constituições, mas sim nas entrelinhas.

> (...) Estratégias de seleção para opor-se a que ele tivesse acesso a patamares privilegiados ou compensadores socialmente, para que as camadas brancas (étnicas e/ou socialmente brancas) mantivessem no passado e mantenham no presente o direito de ocupá-los. Bloqueios estratégicos, que começam no próprio grupo família, passam pela educação primaria, a escola de grau médio até a universidade; passam pela restrição no mercado de trabalho, na seleção de empregos, no nível de salários em cada profissão, na discriminação velada (ou minifesta) em certos espaços profissionais; passam também nos contatos entre sexos opostos, nas barreiras aos casamentos Inter éticos e também pelas restrições múltiplas durante todos os dias, meses, anos que representam a vida de um negro. (Moura, 2019, p.30)

Essas estratégias de seleção apontadas por Moura foram ferramentas e mecanismos que restringiram o negro a ocupar determinados espaços. Analisar esse contexto histórico é importante para que diante dessas lembranças possamos entender o porquê os negros, e principalmente mulheres negras, em sua maioria ocuparem determinados lugares, entendendo as pequenas possibilidades de mobilidade social desses grupos sociais na sociedade. Nessa perspectiva vamos analisar esses mecanismo de exclusão da população negra que reflete na vida econômica, política e social até os dias atuais.

1.1.1 Racismo estrutural e estereótipos

O principal mecanismo ideológico dessa exclusão é o Racismo, através dele que os outros mecanismos se sustentam, ele é uma construção social que se apresenta como um meio de sustentação de privilégios, tendo causas

econômicas, sociais, históricas e ideológicas. É a base que sustenta a formação sócio histórica brasileira. Santos nos aponta uma pequena definição:

> O racismo é um jogo de soma zero: a proporção da discriminação de um lado da equação é exatamente a mesma de privilégios do outro lado. E como o próprio nome sugere, o principal fator que determina quem é discriminado e quem é privilegiado é o lugar racial do indivíduo. (Santos, p.15, 2022)

Ou seja, é um sistema de poder que estrutura a sociedade de forma hierárquica, definindo quem terá privilégios ou não, quem terá oportunidades ou não, quais os deveres e direitos de cada um, entre outros privilégios de acordo com a raça, ou cor da pele. “Ao afirmar que o racismo é estrutural, estamos dizendo que ele está em todo lugar, mesmo que não tenhamos consciência disso” (Santos, p.14, 2022)

Munanga (1999) demonstra como foi construído no Brasil uma ideologia baseada na mestiçagem, o mito da democracia racial, que serviu como um projeto de branqueamento da população e apagamento das marcas da escravização e da violência racial histórica, negando o racismo e pregando que no Brasil todos convivem harmonicamente. Ele traz que o racismo no Brasil opera de forma sutil, simbólica e estrutural, excluindo sistematicamente os negros dos espaços de poder.

Assim, no Brasil, além de lutar contra o racismo é preciso lutar para provar que existe racismo, já que a ideia desse mito é que o país teria superado o racismo devido a miscigenação e a suposta harmonia entre as classes.

Esse mito é usado para mascarar as contradições estruturais e o racismo no país, já que a segregação invisível opera no Brasil até os dias atuais. Dessa forma, se existe uma democracia racial, quer dizer que as oportunidades são iguais para todos e se as oportunidades são iguais, por que o negro se encontram na base da pirâmide social? Como resposta a essa pergunta a classe dominante utiliza da culpabilização desse negro da sua inferioridade social, econômica e cultural.

Vale lembrar que a mestiçagem, no Brasil, se deu através de violências sexuais por parte de proprietários de escravizados contra as mulheres negras e indígenas. Ou seja, mais uma forma de dominação que foi naturalizada, sendo uma das principais características do racismo brasileiro.

Assim sendo o mito da democracia racial é mais um mecanismo que impede a ascensão do negro aos postos de liderança ou prestígios, quer social, cultural ou econômico.

O racismo brasileiro, atualmente, passou a ser visto como uma questão de opinião, trazendo assim uma perpetuação do mesmo em forma de achismo pessoal, como nos aponta a autora Santos (2022):

> Essa manutenção do racismo no campo pantanoso da mera opinião não se dá por acaso. A desqualificação – Ou mesmo o esvaziamento – das ações de cunho racista serve como um importante mecanismo para deslegitimar quem sofre racismo. As discriminações e violências experimentadas pela população não branca muitas vezes são tachadas de exageradas ou, mais recentemente, de “vitimismo”. (...) Uma formula perfeita para manter bem azeitado o funcionamento do racismo brasileiro. (Santos, p.13, 2022)

Assim, Santos evidencia através dessa reflexão que tratar o racismo como uma mera opinião ou uma subjetividade pessoal é mais um mecanismos fundamental para a reprodução do mesmo. Essa estratégia acaba contribuindo para a naturalização das desigualdades raciais e impedindo o reconhecimento do racismo como um fenômeno estrutural, e assim garantindo o seu funcionamento silencioso.

Nesse sentido, os estereótipos também são ferramentas de exclusão, aceitos socialmente a medida que se aproximam do tipo branco e discriminados e marginalizados a medida que se aproximam do tipo negro. Criando hierarquias sociais com base na cor da pele, sendo o branco o modelo superior e o negro o modelo inferior. Perpetuando na sociedade mecanismos de dominação sociais e simbólicos. “No racismo, não há espaço para a diversidade sem que os corpos nos quais o diverso habita sejam hierarquizados” (Santos, p.267, 2022)

Esses estereótipos acabam influenciando na inserção e permanência de pessoas negras tanto no contexto educacional, quanto no mercado de trabalho. Eles são usados como mecanismos de seleções. Dessa forma, o racismo estrutural e os estereótipos associados as pessoas negras, são mecanismos de reprodução dessas desigualdades estruturais que impedem a mobilidade social de negros e negras, naturalizando exclusões e regulando inserções conforme critérios racializados. Collins (2019) reflete sobre esses estereótipos que até os dias atuais estão presentes na vida da mulher negra:

> As ideologias racistas e sexistas permeiam a estrutura social a tal ponto que se tornam hegemônicas, ou seja, são vistas como naturais, normais e inevitáveis. Nesse contexto, certas qualidades supostamente relacionadas as mulheres negras são usadas para justificar a opressão. (Collins, p.35, 2019)

Assim sendo, ao acrescentamos marcadores de gênero esses estereótipos são ainda mais agravados. Como no caso da mulher negra que carrega consigo estereótipos como “a empregada doméstica” “A mucamba” além de serem extremamente sexualizadas (Gonzáles, 1984). Ou seja, a mulher negra é associada a esse espaço social do trabalho doméstico sendo elas responsáveis por cuidar, alimentar e limpar o lar, esses estereótipos herança do período da escravização, que se perpetuam até os dias atuais.

1.1.2 Território, lei de terra e leis eugênicas

A falta de acesso as terras, foi um outro mecanismo de exclusão do negro. Com a Lei de terras de 1850 que começou antes da “chamada abolição da escravidão”, essa lei trouxe o conceito de propriedade privada, impedindo a distribuição gratuita e ilimitada da terra, tendo como meio de adquiri-las somente através da compra. Carril (2006) traz em seus textos como o território se constrói como unidades espaciais segundo domínio de poderes de um determinado período, primeiro pela monarquia absolutistas e depois, pelos Estados atuais moderno capitalista.

Devido ao seu alto valor e dada a condição de miséria do negro no período escravocrata o acesso à terra se tornava inviável. Nesse sentido é importante notar a terra como instrumento político e de alocação de determinados grupos em determinados territórios e espaços sociais, além de impedir o negro de adquirir um meio de produção.

> A Lei de Terras foi constituída para impedir que imigrantes pobres e, principalmente, os libertos do cativeiro tivessem acesso à propriedade da terra. A forma privada de apropriação da terra transformava-se em um dos elementos estruturantes da lógica capitalista de expropriação dos meios de viver das massas de posseiros livres e libertos. (MENEGAT e BALBINO, 2015, p.336)

Nesse sentido, segundo esses autores essa lei teve graves consequências sobre a população negra, principalmente os recém-libertos, os bloqueando de terem acesso a propriedade fundiária, impossibilitando-os de constituir meios próprios de produção tanto de subsistência como de pequenas

atividades econômicas. Assim a Lei de terras contribuiu para a segregação da população negra, consolidando um padrão histórico de exclusão territorial e econômica. Elpidio (2020) reflete sobre essa forma de racismo que se materializa no processo de produção e ocupação do território.

> A produção capitalista do espaço, que tem como base fundante a propriedade privada da terra e a transformação deste bem universal da humanidade, em mercadoria se apoia no racismo estrutural também nas formas de constituição dos espaços urbanos. Daí, lidamos com uma dura realidade cotidiana do povo negro no Brasil, onde o racismo se materializa também nos processos de produção e ocupação sócioterritorial. (ELPIDIO, 2020, p.129)

Os lugares e territórios que foram forçadamente e historicamente destinados aos negros pela elite dominante, mostra mais uma das faces do racismo. A privatização da terra, da cidade e do capital revela o abismo social e as desigualdades sociais e de classe no acesso a moradia digna, a mobilidade e trabalhos formais. Essas desigualdades são inerentes ao modo de produção capitalista que se consolida como modelos segregador, privatizante e de enormes desigualdades.

1.1.3 A segregação na educação para a população negra

No pós abolição a população negra foram muitas vezes impedidas de acessar a educação, através de leis que barravam esse acesso. Limitar o acesso da população negra a educação formal foi e é um dos principais mecanismos que impede a mobilidade social dos mesmos, pois é uma medida que está profundamente ligada ao gerenciamento das dinâmicas do mundo do trabalho. Nesse tópico falaremos um pouco do mecanismo de exclusão da população negra a educação, mas aprofundaremos sobre tal no capitulo dois.

Ao negro é atribuído o papel que para ascender tem que ser um bom cidadão, tem que ser exemplo e abdicar de muitas coisas, deve educar-se se aprimorar culturalmente: “A preocupação com a educação é uma constante. O negro deve educar-se para ‘subir de vida’ conseguir demonstrar que ele também pode chegar ao mesmo nível do branco através do aprimoramento educacional” (Moura, 2019, p.142) ele precisa ser melhor, fazer mais.

Carneiro (2005) utiliza o conceito de epistemicídio como um dispositivo de racialidade/biopoder que anula o negro como um sujeito de conhecimento, negando-o a intelectualidade e a produção de conhecimento. Ela mostra como

a educação é um importante instrumento que também pode ser usado na perpetuação de desigualdades:

> Portanto, estamos diante de um elemento estratégico, a educação, fundamental dentro da arquitetura do dispositivo de racialidade. Como afirma Foucault, a apreensão da operacionalidade do dispositivo se torna mais acessível pela análise dos efeitos de poder que um determinado domínio institui. No caso do epistemicídio enquanto subdispositivo do dispositivo de racialidade, são as desigualdades raciais naturalizadas no âmbito da educação que se apresentam como efeitos de poder. (Carneiro, 2005, p.112)

Ao mesmo tempo que a educação pode ser usado na perpetuação das desigualdades ela é, principalmente, um dos instrumentos mais efetivo e seguro de ascensão social no Brasil para as classes trabalhadoras e a negar a população negra se mostra como um instrumento de dominação.

> Posto que a educação é reconhecidamente o instrumento mais efetivo e seguro de ascensão social, no Brasil, para as classes subalternas, o controle e distribuição das oportunidades educacionais vêm instituindo uma ordem social racialmente hierárquica. Acreditamos que essa maneira de administração das oportunidades educacionais permitiu a um só tempo a promoção da exclusão racial dos negros e a promoção social dos brancos das classes subalternas, consolidando, ao longo do tempo, o embranquecimento do poder e da renda e a despolitização da problemática racial, impedindo, ao mesmo tempo, que essa evoluísse para um conflito aberto. (Carneiro, 2005, p.113)

A chance de pessoas negras e pardas atingirem posições sociais mais elevadas, especialmente no ensino superior, é significativamente menor do que a de pessoas brancas, mesmo quando a origem de classe social dos pais é a mesma.

Atualmente, expansão do acesso à educação superior, impulsionada por políticas como as cotas e a ampliação de vagas em universidades públicas, representa um passo crucial para promover a mobilidade social. Contudo, há um fenômeno de estratificação horizontal na educação superior, onde, mesmo com o acesso, estudantes de grupos raciais e principalmente de gênero tendem a se concentrar em cursos ou instituições com menor prestígio social e retorno financeiro no mercado de trabalho, em comparação com os estudantes brancos e de classes mais altas, limitando, assim, o potencial de mobilidade total. Superar as barreiras de raça e classe para o acesso e a permanência em cursos de alto prestígio é fundamental para que o ensino superior cumpra seu papel de promotor de uma mobilidade social mais justa e equitativa no país.

Acrescentando o gênero, as mulheres negras, foram e ainda são destinadas ao trabalho doméstico, informal, subalternos, ao serviço reprodutivo e aos cuidados forçados, sendo afastadas e impedidas de qualquer possibilidade de escolarização formal. A negação do acesso à educação não apenas limitou suas oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho, como também comprometeu a construção de autonomia econômica e simbólica, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social.

No entanto, mesmo com todas essas formas de exclusão do negro e negra a educação foi e ainda é uma das principais forma de resistência da população negra, como nos aponta Santos “A educação foi uma forma de resistência para a população negra durante o passado escravista. (...) ela continuaria sendo ao longo de toda a história da República, apesar da falta de atuação do Estado brasileiro.” (Santos, p. 187, 2022)

A educação, especialmente o acesso e a conclusão do ensino superior, é amplamente considerada o principal motor da mobilidade social ascendente nas sociedades modernas.

1.1.4 Trabalho e suas mudanças contemporâneas

A questão racial é intrínseca à estrutura de classes e ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nesse sentido, o racismo não é apenas um resíduo da escravidão, mas um fator que se adapta e se reproduz no capitalismo brasileiro. O preconceito racial justifica a exclusão social e econômica do negro, garantindo que ele se mantenha e forme um exército industrial de reserva necessário ao capitalismo, que estejam sempre disponível, mas em condições precárias.

Moura (2019) aponta que a classe trabalhadora não se formou de forma homogênea, mas como uma estrutura racializada desde o seu nascimento. O negro não foi incluído na formação dessa nova classe trabalhadora livre e assalariada. A história do trabalho livre no Brasil quase não teve nenhuma relação com a população negra que fundou as bases econômicas do país, pois essa população foi sistematicamente excluída do mercado de trabalho que estava se formando.

Os principais mecanismos para essa exclusão do negro foi a lei de terras de 1850, já mencionada, que impediu o negro de adquirir propriedades já que

eles não teriam condições de comprar terras, e a imigração dos europeus brancos como a principal mão de obra nos postos de trabalho mais qualificados.

Até 1850 a mão-de-obra negra teve grande relevância nos empreendimentos industriais e nos serviços urbanos, esse mesmo ano marca o fim do tráfico de escravizados legalmente, com isso o preço do cativo sobe e a mão-de-obra estrangeira começa a ganhar importância.

> Portanto, as grandes áreas urbanas brasileiras, no início do século XIX, apresentavam como base laboral o trabalho escravo e, em menor escala, o trabalho de livres e libertos, assim como o dos migrantes. Os cativos, ao menos até a primeira metade do século, construíram a base da atividade econômica (...). A situação ganha novos contornos, sobretudo a partir de segunda metade dos anos 1800: o aumento gradativo da população mestiça livre e liberta e, no caso das cidades do Sudeste e do Sul, a entrada em cena da imigração europeia vêm configurar um novo panorama urbano para o país. (Theodoro, 2008, p.20)

Com um novo sistema surgindo a escravidão no final do século XIX passou a ser um obstáculo à acumulação do capital, com novas formas de produção o negro não era mais requisitado para o trabalho, com alegações despreparo para o sistema de assalariamento, era preciso uma força de trabalho apta as relações modernas desse trabalho, principalmente em relação ao salário. Essa era a justificativa que a elite dominante usou para substituir a mão-de-obra negra pela mão-de-obra imigrante, já que eles estariam habituados ao regime assalariado.

> No período de transição entre o trabalho cativo e o trabalho assalariado, o negro passa a ser classificado como mão de obra não apta para o mercado de trabalho formal. Para suprir a demanda de força de trabalho, lançou-se mão da importação de trabalhadores europeus. O sistema capitalista apropria-se, então, do recorte racial para negar à população negra o acesso ao mercado de trabalho formal. (MENEGAT, BALBINO, 2015, p.337)

Nesse sentido, o negro é apresentado como incapaz de trabalhar como assalariado, como nos aponta os autores acima. No entanto no escravismo era ele que desempenhava a maiorias dos trabalhos dos mais diversificados. Ou seja, o negro só não podia ser integrado a sociedade e não podia ganhar pelo seu trabalho, já que ele não era considerado humano, essa foi uma das estratégias. E assim esses negros passam a ser estereotipados e o trabalhador branco passa a ser modelo, um trabalhador superior. Assim, o preconceito de cor opera como mecanismo de barragem para a mobilidade social do negro no mercado de trabalho, como nos aponta Carril.

> Mais ainda quando, na modernidade, se vão repondo mecanismos antigos de exploração da força de trabalho, fazendo reaparecer realidades reprimidas com conteúdo etno-raciais na metrópole, tanto quanto ainda sobrevive no imaginário social o mito da democracia racial. O termo “reaparecer” não significa que o fenômeno havia desaparecido, ao contrário, quer explicar que essa sempre foi uma condição presente do refazer a acumulação primitiva do capitalismo brasileiro. A urbanização como forma hegemônica do capitalismo atual construiu-se trazendo consigo a aparência formal do trabalho, simbolizada pelo fenômeno industrial. (Carril, 2006, P.209)

É perceptível que esse incentivo a imigração e esse argumento do despreparo do negro tinha como base o branqueamento da população, visto que a grande maioria da população do país eram os negros.

> “(...) o que esteve por trás da migração europeia era o desejo de “melhorar” o Brasil, racialmente falando. As elites do Império acreditavam que a maior presença de brancos europeus ajudaria a alavancar o processo civilizatório da nação. E, para tanto, politicas foram desenhadas e dinheiro público foi investido em diversas tentativas de atrair europeus para o país, o que foi ganhando mais peso a medida que o fim da escravidão se consolidava. (Santos, p.191, 2022)

Nesse contexto, Santos reflete que essa imigração de europeus brancos foi uma tentativa de “limpeza” racial e também, de fornecimento de mão de obra para a nascente sociedade de classes, já que o trabalho foi retirado das mãos dos negros e dado a esses imigrantes brancos, o qual passou a ocupar os grandes espaços dinâmicos dessa sociedade, com o financiamento do Estado e suas políticas eugênicas. Essas dinâmicas racistas impediram que negros e negras se inserissem no mercado de trabalho livre e formal. Assim, determinadas vagas de trabalho, de maior prestigio social, era naturalmente impossibilitadas para esses negros e negras.

Nos tempos atuais, de acordo com Quintão (2022) com a reestruturação produtiva, o trabalho vem se configurando cada vez mais instável e precário. Trazendo a ideia de uma crise da sociedade do trabalho. Mas “essa grande crise não é do trabalho, mas do emprego.” Essa nova faceta do capitalismo vem cada vez mais deteriorando os direitos trabalhistas e vem substituindo o trabalho estável por trabalhos instáveis como o parcial, terceirizados, temporários e precarizados, sendo uma forma de flexibilização do trabalho fazendo com que os salários sejam rebaixados e trazendo grandes perdas de direitos trabalhistas. (QUINTÃO 2022, p. 20)

As mudanças atuais no mundo do trabalho, ainda traz consigo grandes dificuldades e desigualdades para a população negra. Segundo Ricardo Antunes (2018) a atual forma do trabalho é marcada pela intensificação da precarização como resultado de um avanço do neoliberalismo, da automação e da plataformização digital. O trabalho formal, estável e com direitos é substituído por vínculos frágeis, como a uberização, a informalidade e o empreendedorismo por necessidade, configurando o que o autor chama de “privilégio da servidão”. O autor traz que essa restruturação produtiva global aprofunda as desigualdades, ele aponta que mulheres, negros e jovens são os mais afetados pelas novas formas de exploração.

> Dos homens e mulheres jovens mais qualificados aos imigrantes pobres; dos imigrantes com qualificação às jovens nativas sem formação; das mulheres brancas às imigrantes negras, indígenas, amarelas, enfim, em um amplo espectro da população excedente de trabalhadores e trabalhadoras, que Marx denominou superpopulação relativa ou exército de reserva, podem-se encontrar, hoje, incrustados neles, cada vez mais contingentes que no centro do mundo são definidos (ou se definem) como precarizado. Seja nos seus contingentes flutuantes, latentes ou estagnados, seja em outros que possam aparecer, a precarização se amplia de modo exponencial e cada vez com menos limites e crescente desregulamentação, ainda que essa expansão ocorra de modo desigual, quando se toma o mundo em sua globalidade. (Antunes, 2018, p.69)

Nesse contexto é notório que a inserção nesse setor atinge de maneira mais grave jovens, negros, mulheres e migrantes, inclusive aqueles com alta qualificação, que, mesmo com diplomas, não conseguem acesso ao mercado de trabalho formal e são empurrados para atividades precárias ou para o desemprego estrutural, sendo evidenciado aqui uma contradição do capitalismo atual: ao mesmo tempo em que exige qualificação, não oferece postos de trabalho compatíveis, gerando uma massa crescente de trabalhadores.

> Principais características do atual capitalismo é o fato de este radicalizar e ao mesmo tempo revestir de cinismo os seus tradicionais ideais meritocráticos, buscando legitimar desigualdades injustas. A face meritocracia e cínica desse novo capitalismo, (...) é que os mais ricos hoje, podem reclamar que sua posição social deriva da virtude do seu trabalho, um trabalho cada vez mais especializado e intensivo em conhecimento, obscurecendo assim as vantagens que eles têm obtido de um sistema que torna a mobilidade econômica cada vez mais rara e difícil. (Lanzara, 2023, p.4)

Diante de tais transformações é importante lembrar da estratégias das elites de se manterem no poder. Com avanço da tecnologia e globalização a atual estratégia dessas famílias ricas, além da influência que esses tem em se

manterem no poder, é o hiperinvestimento na educação dos seus filhos, já que nos tempos atuais a graduação não é mais suficiente é preciso ir além como por exemplo pós-graduações e especializações, para o fechamento de oportunidades de profissões e carreira para os seus herdeiros. Enquanto para classe mais pobre a integração no mercado de trabalho estão rapidamente se fechando.

O capitalismo se manifesta através dessa capacidade das classes dominantes em incorporar os seus privilégios em toda mudança e processo histórico. A discriminação racial e de gênero ainda gera sequelas para a mulher negra, e com as mudanças no mundo do trabalho continuam na base da pirâmide ficando com os trabalhos mais precários e nas piores atividades, em sua maioria na informalidade.

O negro mesmo com uma ótima qualificação, encontra ainda na atualidade grandes dificuldade em acessar postos de liderança e alta remuneração. É possível observar as desigualdades a qual a população negra, principalmente a mulher negra, estão submetidas, segundo os dados do IBGE (2023) e outras pesquisas realizadas pela projeto mude com elas (2025) que mostram as desigualdades no ambiente de trabalho e educação para essa parcela da população. As pessoas negras ganham 43,1% a menos do que pessoas brancas, apenas 10,2% dos cargos de alta liderança são ocupados por homens negros. Em relação as mulheres negras estão em cargos de liderança apenas 2,6%, o salário das que possuem ensino superior, em média, 159% menos que homens brancos no Brasil. 46,5% delas estão em empregos informais. 37,7% das mulheres negras em idade ativa dedicam-se a atividades de cuidados em comparação aos homens brancos 22,8%. Das jovens negras empregadas 57,9% estão em condição de trabalhos precários.

1.2 Relação sobre a divisão social, racial e sexual do trabalho

Marx (2008) trata o trabalho como criador de valor de uso. Para ele o trabalho é a condição de existência do homem, onde ele com a sua ação media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ou seja, para ele o trabalho seria toda a interação do homem com a natureza com o intuito de transformá-la

em materiais necessários para sobreviver. Sendo assim, segundo Marx, só seria trabalho a atividade que desenvolve essa interação e só seria trabalho produtivo o que resultasse em um produto.

Segundo as autoras Quintão, Barros e Faceira (2021) é na sociedade capitalista que o homem é transformado de forma genérica em trabalhador, no sentido de geração de valor, que surge da necessidade de vender a sua força de trabalho. O trabalho passa a ser emprego, dirigido através de uma relação contratual, passando a ser uma parte significativa da vida do homem e trazendo um sistema de proteção social e salarial.

A divisão do trabalho e da riqueza na contemporaneidade evidencia uma matriz complexa e interligada de opressões. Enquanto o capitalismo define a exploração do trabalho pela apropriação da mais-valia, separando os donos do meio de produção dos que vendem sua força de trabalho, outros mecanismos como o racismo e o patriarcado/sexismo hierarquizam essa força de trabalho, dividindo a quem pertencem determinados postos de trabalhos.

Nesse contexto, como são definidos as divisões desses trabalho? A lógica capitalista é composta de contradições, nesse sentido é preciso ter mecanismos que estabilizem e expliquem essas contradições. No caso da divisão internacional do trabalho o mito da meritocracia é um mecanismo de extrema eficiência economicamente e um grande estabilizador em termos políticos. Através da meritocracia é justificada as desigualdades tanto de remuneração quanto de cargos e trabalhos, ao mesmo tempo que estabiliza a massa trabalhadora.

O mito da meritocracia é um dos mecanismos menos estáveis, pois se sustenta na ideia de que as posições sociais são resultados apenas do esforço individual, do mérito de cada um. Na prática, porém, as condições de partida são extremamente desiguais e para não reconhecer que as desigualdade são estruturais, o sistema meritocrático atribui o fracasso de determinados grupos a suposta incapacidades individuais e culturais, como nos afirma Lanzara (2023).

> Principais características do atual capitalismo é o fato de este radicalizar e ao mesmo tempo revestir de cinismo os seus tradicionais ideais meritocráticos, buscando legitimar desigualdades injustas. A face meritocracia e cínica desse novo capitalismo, (...) é que os mais

> ricos hoje, podem reclamar que sua posição social deriva da virtude do seu trabalho. (...) (Lanzara, 2023, p.4)

O sistema capitalista necessita de toda força de trabalho, a expulsão de alguém desse sistema é ineficaz. Dessa maneira, Wallerstein (2021) argumenta:

> Sempre que expulsamos fisicamente o outro, ganhamos a “pureza” do ambiente que provavelmente buscamos, mas é inevitável, ao mesmo tempo, perdemos algo. Perdemos a força de trabalho da pessoa expulsa e, portanto, sua contribuição para criar um excedente de que poderíamos nos apropriar diversas vezes. Isso representa uma perda para qualquer sistema histórico, mas ela é particularmente significativa no caso de um sistema cuja estrutura e cuja lógica são construídas em torno da acumulação continua do capital. (Wallerstein, p.69, 2021)

Dessa forma, O racismo organiza a divisão racial do trabalho garantindo a superexploração da classe trabalhadora negra, destinando-a, de forma recorrente, aos postos mais precarizados e mal remunerados. Assim, ele se torna funcional ao capital, pois contribui para a redução do custo da força de trabalho, amplia a acumulação de riqueza e reforça a desigualdade estrutural necessária à reprodução do sistema capitalista. (Moura, 2019)

A divisão racial do trabalho não surgiu com o trabalho livre, durante o período escravista já era evidente essa divisão. Todo trabalho qualificado, intelectual, nobre era exercido pelo branco, enquanto o trabalho braçal, não qualificado era praticado pelos escravizados e com a “chamada abolição” esses trabalhos continuam com os negros libertos. Os mecanismos já citados acima são armas para transformar os negros em uma eterna mão de obra desqualificada.

Em relação ao gênero é destinado a mulher os trabalhos de cuidado e quando se inserem no espaço público é destinado a elas os trabalhos mais informais e de menor prestígio, quando colocada em cargos mais elevados ganham salários menores, assim também como o trabalho reprodutivo é desvalorizado e colocado como de menor valor. Todos esses mecanismos são instrumentos usados pelo sistema capitalista que tem como base as desigualdades e exploração de grupos mais vulneráveis

A invisibilidade do trabalho da mulher não é um tema recente, as mulheres participam de forma desigual do mercado de trabalho. Na média as mulheres recebem salários mais baixos que os homens, ocupam menos cargos de gerência, rotatividade mais elevada no mercado de trabalho, são destinadas a

apenas alguns setores industriais e estão alocadas, na maioria dos casos, nos setores de serviços informais. Elas, ao mesmo tempo, são responsáveis, na maioria das vezes pelas tarefas de cuidados, ou seja, a reprodução da vida. Essa segregação é resultado da divisão sexual do trabalho.

A primeira onda do feminismo no Brasil, marca um período de muitas lutas e reivindicações em busca do sufrágio feminino, decisões sobre seu próprio corpo e a ocupação das mulheres nos espaços públicos. As mulheres brancas de classe média reivindicavam esses espaços que até então era destinados aos homens. Como resultado dessas lutas essas mulheres conseguiram entrar no mercado de trabalho, porém de forma desigual aos homens em compasso que o inverso não aconteceu, os homens não dividiram o espaço privado com elas. Essa forma desigual do mercado de trabalho é a base do sistema capitalista vigente.

No período da escravização o povo negro era visto como propriedade, não era visto gênero sendo as mulheres negras tratadas da mesma forma que os homens negros e realizando os mesmo trabalhos pesados que eles. Nesse sentido, as mulheres negras não eram tratadas da mesma forma que as mulheres brancas. As negras sempre trabalharam dentro e fora das suas casas.

> Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. (...) A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias. (Davis, p.24, 2016)

Assim sendo, a autora Davis demonstra que as mulheres negras historicamente ocuparam uma posição singular no interior do sistema capitalista e racista, sendo exploradas tanto como força de trabalho quanto como corpos racializados e sexualizados. Diferentemente das mulheres brancas, as mulheres negras nunca foram protegidas pelo ideal burguês de feminilidade, sendo submetidas ao trabalho compulsório, à violência sexual e à desumanização sistemática desde o período da escravização.

Com a chamada abolição, como vimos anteriormente, a mão-de-obra era preferencialmente os imigrantes europeus brancos, muitos homens negros não conseguiam trabalhos sendo atribuído a ele o termo de “desocupados” era

espalhado o mito da “preguiça” do negro. Então em 1890 é promulgada a Lei da vadiagem[3], outro mecanismo de controle e repressão contra a população recém liberta. Sendo assim, nesses casos como os homens negros não conseguiam trabalhos para prover economicamente sua família, a mulher negra precisou assumir esse papel, com trabalhos na maioria das vezes sendo o trabalhos domésticos.

> Foi dito as mulheres negras que elas ultrapassaram os vínculos da feminilidade, porque elas trabalharam fora de casa para prover apoio econômico para as suas famílias e através disso elas desmasculinizaram os homens negros. Aos homens negros foi dito que eram fracos e afeminados porque “suas” mulheres estavam a trabalhar em trabalhos servis. (HOOKS, 2014, p.55)

O trabalho doméstico foi destinado a mulher negra como resultado tanto da divisão sexual, quanto da divisão racial do trabalho, na esfera reprodutiva e por uma perspectiva colonialista. “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucamba permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas.” (GONZALES, 1984, p.230)

A maior parte das mulheres negras acabam se inserindo muito cedo no mercado de trabalho e acabam ocupando cargos inferiores e desvalorizados com baixos salários, muitas vezes devido à falta de qualificação profissional. Essa falta de qualificação profissional vem da falta de oportunidades e falta de tempo, pois precisam trabalhar muito cedo para sobreviver ou até para prover economicamente a família. E assim acabam ficando com trabalhos subalternizados e possuindo mínimas chances de chegar ao cargo de chefia. Quando uma entre muitas mulheres negras consegue chegar a um cargo de prestígio é levantada a ideia de meritocracia, como se tudo dependesse do esforço e do mérito.

> A ideia de meritocracia encontra-se embutida na lógica social, quando fazemos esse recorte hierárquico de raça, observamos a evidência nos definidos lugares e papéis sociais. Tudo é questão de mérito? Todos são capazes, e tem as mesmas condições de “vencer na vida”? Ou

[3] A vadiagem foi um crime previsto no Código Criminal de 1830, o único do Império, e no Código Penal de 1890, o primeiro da República. Deixou de ser crime em 1940, quando Vargas assinou o Código Penal que está em vigor até hoje. A chance de enterrar definitivamente a vadiagem como delito, porém, foi perdida. Fonte: Agência Senado

> existem diferentes oportunidades entre os indivíduos? (FERNANDES e NATIVIDADE, 2018, p. 4)

Dentro dessa lógica de mérito as mulheres negras que alcançam determinadas posições precisam provar com frequência sua capacidade intelectual para ocupar esses determinados cargos. Porém a qualificação profissional não é um determinante para se conseguir determinados cargos, pois diante de processos de seleção as mulheres negras na maioria das vezes não dependem somente da qualificação mas sim da sua "boa aparência" como nos aponta Nogueira (2017):

> Às negras não depende de sua qualificação profissional, mas muito além disso, da grossura ou finura do seu nariz, do quanto seu cabelo se aproxima mais do crespo ou do liso, se seu corpo se assemelha mais ao corpo de uma mulata ou de uma mulher branca, se sua pele está mais próxima do preto ou do branco. Enfim, o quanto está mais próxima de parecer branca, não apenas na sua moralidade, comportamento, educação e modos, mas também, nas suas características físicas. (Nogueira, p.7, 2017)

Dados apontados pela Relação Anual de Informação (RAIS) do segundo trimestre de 2024 do Ministério do Trabalho e Emprego, as mulheres negras são as mais prejudicadas no mercado de trabalho. O relatório mostra que havia 7,5 milhões de desocupados, com taxa média de desemprego de 6,9%. Entre os homens brancos a taxa era de 4,6%, já para as mulheres negras essa taxa chega a 10,01%.

Esse mesmo relatório mostra que segundo dados da RAIS 2023 de 50.692 empresas com 100 ou mais trabalhadores, as mulheres negras auferem apenas 50,2% da remuneração dos homens brancos. O estudo também evidencia a sub-representação racial no mercado de trabalho formal, ao indicar que, em 42,7% dos estabelecimentos, as mulheres pretas ou pardas correspondiam a no máximo 10% do total de trabalhadores.

Assim sendo, como vimos anteriormente, o mercado de trabalho brasileiro foi estruturado de forma excludente, onde o racismo faz com que a população negra fique abaixo da branca e a divisão sexual com que as mulheres fiquem abaixo dos homens, colocando sobre a mulher negra uma dupla ou mais exclusão se for pensar no quesito classe, habitação entre outros fatores. Carneiro (2003) faz uma importante analise sobre essas múltiplas opressões que

a mulher negra sofre, analisando como as desigualdades de raça e gênero coloca a mulher negra abaixo nas escalas sociais:

> Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas. (CARNEIRO, 2003, p.119)

Ou seja, quando o quesito raça/cor é acrescentado é notável a diferença da mulher branca e negra na inserção do mercado de trabalho. As mulheres negras sofrem uma dupla discriminação, levando em consideração essa dualidade de opressão elas carregam desvantagens que foram historicamente acumuladas e hoje resultam em uma desigualdade sexual e racial no mercado de trabalho.

Carolina Maria de Jesus em seu livro “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada” (2014) traz um analise contundente sobre essas divisões do trabalho na sociedade capitalista brasileira que se sustenta com a exploração e marginalização da força de trabalho da mulher negra. Carolina relata suas experiências como mulher negra, favelada e mãe solo. Como ela enfrenta triplas jornadas de trabalho com a busca exaustiva pelo sustento da família e a responsabilidade exclusiva pelo trabalho reprodutivo, com os cuidados com os filhos e a manutenção da vida doméstica em condições subumanas. Ela Retrata como essa estrutura patriarcal e racista coloca sobre as mulheres negras o fardo do cuidado e do sustento da família.

Atribuir determinados trabalhos e determinados cargos a grupos sociais, como racial e de gênero são mecanismos de opressões que estão inerentes ao sistema capitalista pois o sustentam. Wallerstein (2021) traz uma reflexão que essas divisões de trabalho não se limitam a imposições de papeis sociais ou tratamento desiguais, mas sim como mecanismos que mantem os indivíduos nas posições sociais de subalternidade.

> O sexismo não é apenas a imposição de papeis profissionais diferentes, ou até menos apreciados, para mulheres, da mesma maneira que o racismo não é apenas xenofobia. Assim como o racismo pressupõe manter as pessoas em um sistema de trabalho,

> não as expulsar dele, o sexismo tem o mesmo propósito. (Wallerstein, p.71, 2021)

Dessa forma fica evidente que esse modelo de produção, que tem a divisão racial e sexual do trabalho como uma das bases, exclui as mulheres negras do mercado de trabalho ou as destinam a informalidade, ao desemprego ou a salários menores.

Fazer essa análise das divisões do trabalho na perspectiva de raça, classe e gênero não é simples, nesse sentido se faz importante analisar partindo da ótica da interseccionalidade, entendendo que as opressões não atuam isoladamente, mas sim de forma imbricada e potencializadas, estruturando a distribuição desigual do trabalho, sendo as mulheres negras o grupo que mais sofre com essas distribuições.

1.3 A interseccionalidade como ferramenta analítica no mercado de trabalho

É importante analisar esse cenário a partir do recorte teórico-metodológico que é a interseccionalidade de raça, gênero, classe e territorialidade, que somadas, produzem desigualdades e violências complexas. Essas violências não são pontuais, como vimos, mas sim resultado de estruturas históricas e sociais, marcadas pela interconexões desses fatores.

O conceito de interseccionalidade foi introduzido por Kimberlé Crenshaw (1991), desenvolvendo-o para analisar como as diferentes formas de opressão se entrelaçam e resultam diferentes experiências de discriminação. Utilizada como uma ferramenta de análise crítica, a interseccionalidade permite entender como as múltiplas opressões interagem e como as estruturas de poder excluem certos grupos de forma sistemática.

Collins (2021) traz uma análise sobre a importância de uma análise interseccional sobre as desigualdades sociais que são marcadas pela soma das opressões dentro de um contexto social:

> A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre várias categorias de poder. (Collins, p. 45, 2021)

Essa interseccionalidade entre gênero, raça e classe nos mostra como essas mulheres negras são discriminadas e cada vez mais colocadas em espaços vulneráveis. A interseccionalidade questiona essa dualidade da violência agregada a mulher negra no contexto social, trazendo à tona o sexismo,o racismo e a exploração de classe enraizado na sociedade. (SIQUEIRA, 2018)

Para Crenshaw (1991) a interseccionalidade são as diferentes formas de discriminação e opressão e como essas opressões se sobrepõem e interagem na vida da mulher negra. Para ela as experiências de mulheres de cor não podem ser compreendida apenas pelo racismo ou pelo sexismo isoladamente, mas sim como intersecção dessas opressões.

Nesse sentindo para entender a mobilidade social de mulheres negras no contexto brasileiro é importante analisar sob a ótica da interseccionalidade, visto que esse grupo de mulheres enfrentam múltiplas formas de opressões, como o racismo, sexismo, discriminação habitacional entre outras opressões.

1.4 Dias atuais Resistencia, lutas e conquistas

Assim concluindo esse capítulos, esses mecanismos estruturais que impedem a mobilidade social do negro funcionam eficientemente no Brasil até os dias atuais. “Após a abolição, as populações de origem africana foram marcadas por um racismo silencioso, mas eficaz, expresso por uma leitura hierarquizada e criteriosa das cores” (Schawarcz e Starling, 2015, p.285). Nos tempos atuais essas estigmatizações ainda estão presentes, foi preservado os instrumentos de dominação, prestigio e exploração por parte da classe dominante.

Ou seja, o fim do trabalho escravizado no Brasil, não significou o fim da opressão, mas a sua reorganização sob novas formas, como o mito da democracia racial e a negação das dívidas históricas com os descendentes de africanos escravizados. Compreender essa permanência é essencial para analisar a persistência das desigualdades raciais e das violências institucionais que configuram o Brasil contemporâneo. As desigualdades de gênero também

persiste, as mulheres enfrentam barreiras específicas na ascensão social, muitas vezes associadas a duplas jornadas e menor remuneração por trabalho equivalente.

Quando analisados sob a perspectiva da interseccionalidade esses mecanismo se intensificam ainda mais, as mulheres negras, mesmo depois de muitos avanços ainda continuam na base da pirâmide social.

A mobilidade social para o negro não é impossível, mas é um fenômeno restrito e difícil. O negro pode sair da pobreza extrema e alcançar a classe média, mas as chances de atingir as classes mais altas são mínimas, principalmente comparado a um branco de origem semelhantes. Mesmo após a ascensão, o negro enfrenta a necessidade de provar constantemente sua competência e é mais vulnerável à queda social em momentos de crise econômica.

Nesse contexto, o racismo e o sexismo atua como mecanismo de contenção e seleção que dificulta a mobilidade social da mulher negra. Para o capitalismo existir é preciso que exista a desigualdade, como analisamos até agora a desigualdade social está intrinsicamente, na maioria das vezes, relacionada com a desigualdade racial e a desigualdade de gênero.

Assim sendo, todo o processo histórico de formação da sociedade brasileira é marcada por desigualdades raciais e de gênero, porém é importante evidenciar que sim, os negros, principalmente as mulheres negras, até os dias atuais, sofrem com exclusões e opressões, mas mesmo assim ainda continuam lutando, resistindo e alcançando lugares que muitas vezes são omitido dos mesmo.

> Ainda que excepcional, desde o início da experiência independente e soberana, o Brasil é marcado por trajetórias de vida de pessoas que atravessaram as inúmeras barreiras impostas pela ordem escravista e racista e galgaram espaços de prestigio social e poder político, chegando inclusive a ocupar cargos públicos. São homens negros que ascenderam socialmente e trouxeram para o centro de sua vida política o questionamento da ordem racial imposta no Brasil. (Santos, p. 125, 2022)

Onde houve escravidão, houve resistência, onde há racismo, preconceito e discriminação há resistência. E é importante deixar claro que a população negra sempre lutou e sempre resistiu.

Atualmente vemos várias práticas de inserção para a população negra a lugares historicamente negados, como as cotas raciais tanto na entrada do

ensino superior como em concursos públicos, programas de diversidades e inclusão em empresas privadas, dentre outros. Porém é importante trazer esse contexto histórico da formação social brasileira, que tem bases racistas e sexistas e assim entender as estruturas sociais, como elas foram construídas e como elas ainda tem grande influência na vida de negros e principalmente das mulheres negras. Como essas estruturas, infelizmente, ainda tem grande influência na inserção desse grupo social a lugares de privilegio e na mobilidade social. Assim é possível constatar que mesmo com tais mudanças, a carne mais barata do mercado ainda continua sendo a carne negra.

Sendo assim, a formação social brasileira, alicerçada na escravização e na exclusão sistemática da população negra, produziu hierarquias raciais, como vimos, que seguem operando na distribuição de oportunidades, no acesso a posições de prestígio e na mobilidade social. Assim, mesmo diante de avanços institucionais, as desigualdades persistem, sobretudo para as mulheres negras, revelando que a resistência continua sendo uma necessidade cotidiana frente à permanência de um sistema que ainda atribui menor valor social, econômico e simbólico à população negra.

Capitulo II

2. Política Social E Questão Racial No Brasil: limites para um cidadania completa

As políticas públicas, por meio das políticas sociais, têm como objetivo promover a efetivação dos direitos sociais e garantir o acesso à cidadania plena para toda a população. Elas buscam assegurar condições mínimas de dignidade, bem-estar e proteção social, especialmente para os grupos mais vulneráveis, contribuindo para a redução das desigualdades existentes na sociedade. Ao ampliar o acesso à educação, à saúde, à assistência social, à moradia e ao trabalho, essas políticas procuram oferecer igualdade de oportunidades, possibilitando que todos os indivíduos desenvolvam suas capacidades e participem de forma ativa da vida econômica, social e política. Dessa maneira, as políticas sociais constituem um importante instrumento de inclusão social, promoção da justiça social e fortalecimento da cidadania. Cara nos aponta:

> Por fim, com a função primordial de organização produtiva em favor da classe dominante, o Estado tem a responsabilidade de (1) garantir os direitos fundamentais, que são o alicerce jurídico das liberdades obtidas pelas revoluções burguesas e (2) assegurar os direitos sociais. Já estes possuem três papéis estratégicos: (1) garantir condições de vida digna para as pessoas, (2) propiciar a igualdade de oportunidades e (3) dotar todas e todos de capacidades para o exercício da cidadania e participação no governo do Estado. (p.57, 2025)

A origem da política social como nos aponta Pereira (2008), está ligeiramente ligada as contradições estruturais do sistema capitalista. Elas não surgem inicialmente como uma ação bondosa do Estado, mas como uma resposta as tensões sociais produzidas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, principalmente em relação a intensificação da exploração do trabalho e o aumento da pobreza. Nesse sentido, a política social carrega uma contradição fundamental para seu funcionamento, ao mesmo tempo que protege os trabalhadores, ela preserva o sistema capitalista garantido formas de controle da população pobre. Ou seja, a política social é resultado da luta de classe, mas ao mesmo tempo é o instrumento de reprodução do sistema capitalista.

> As políticas sociais atendem à promoção dos direitos sociais. Em termos de cidadania, o objetivo central desses direitos é garantir a dignidade e promover a participação política e a redistribuição de riqueza dentro de um país. No entanto, como já mencionado, a consagração dos direitos sociais também colabora com o crescimento econômico, ao promover estabilidade social (apaziguamento, “ordem” e coesão), estabilidade política (manutenção das regras do jogo) e engajamento produtivo (trabalhadores protegidos tendem a produzir mais e melhor). (Cara, p.51, 2025)

Nesse sentido, é importante pensar que, após a “chamada abolição” enquanto as políticas sociais surgiam para administrar as desigualdades resultadas do capitalismo, a população negra era historicamente excluída dessas proteções, como vimos no capítulo anterior, sem qualquer estrutura para sobreviver no novo sistema que se consolidava.

Durante o período do governo de Getúlio Vargas, as políticas sociais foram organizadas em torno do trabalho formal. Porém grande parte da população negra estava no trabalho informal, sendo grande parte das mulheres negras trabalhando como domesticas, ou seja muitos setores onde os negros trabalhavam não tinham proteção legal, como é o caso até os dias atuais.

Ainda de acordo com a autora Pereira (2008) o papel do Estado é atuar como mediador dessa disputa, mas frequentemente pende para o lado do capital, principalmente em períodos de hegemonia neoliberal, onde a política social é mercantilizada.

> (...) caráter igualmente ambíguo ou contraditório da política social que, por isso, nem sempre é benéfica para seus supostos destinatários legítimos – os demandantes de atendimentos de efetivas necessidades sociais. De fato, onde existem diferentes interessados em torno de uma mesma questão existem conflitos e, por conseguinte, correlação de forças, cujo enfrentamento tende a beneficiar mais quem tem mais força e influência. (Pereira, p.27, 2008)

Nesse sentido, a negligencia do Estado não é apenas uma falha técnica, mas uma forma de manter a população pobre, majoritariamente negra, em situações de marginalidade e vulnerabilidade. Ele historicamente operou para exclusão e marginalização da população negra.

> Na sociedade burguesa, a classe dominante, para se manter como tal, precisa de uma organização que possa garantir o direito à propriedade privada e a exploração do trabalho, alicerces do modo de produção capitalista. Tal organização é o Estado moderno, que, embora possa se apresentar como instituição que se coloca acima dos interesses das classes em disputa na sociedade, não é outra coisa senão aquilo que Marx e Engels (1998, p.42) definiram em 1848, no Manifesto do Partido Comunista: “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (Miranda, p. 53, 2021)

Assim sendo, as políticas sociais não são neutras, são expressões das contradições do Estado capitalista, surgem no capitalismo para reduzir as desigualdades e garantir direitos, mas ao mesmo tempo são instrumento de controle social para manter a ordem econômica e social capitalista que é baseada na desigualdade. Ou seja, O Estado, aqui mencionamos em seu sentido amplo como um sistema e não somente como governo, oferece tais políticas que aliviam os efeitos da pobreza, mas sem enfrentar as causas estruturais dessa pobreza. Elas, as políticas sociais, são espaços de disputas entre diferentes interesses sociais, e essas contradições refletem nos seus avanços e limites. Sendo construídas no Brasil sobre uma estrutura racial herdada da escravização, fazendo com que a desigualdade social no país fosse também uma desigualdade racial.

A autora Ferreira em sua obra “Uma nação para o Brasil: a eugenia na origem da política social” (2023) analisa a origem da política social institucional no Brasil no início do século XX e sua intrínseca relação com um projeto racista de nação. Sendo essa relação fundamental para entender como as desigualdades de raça e gênero foram e ainda são perpetuadas.

Ainda segundo a autora a eugenia foi incorporada ao projeto de Estado moderno no Brasil e contribuiu para um ideal de cidadania que excluía sistematicamente negros, indígenas, pobres e mulheres. A Constituição de 1934 incorporou o racismo cientifico e a eugenia, incluindo constitucionalmente a educação eugênica, higiene mental e física, controle moral e biológico dos “desviantes sociais”. As políticas sociais emergentes como os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a educação pública atendiam seletivamente a um ideal de trabalhador, homem branco, assalariado. Nesse sentido as políticas sociais não nascem como instrumento universal de direitos, mas como um instrumento moral e racial.

> A política social institucional, em nada, portanto, lembra a lógica proposta pelas coletividades negras em diáspora nas Américas e Caribe. Em países como o Brasil – e outros – ela se vincula ao projeto racista de Estado-nação, de inspiração eugênica, que em último nível visou a destruição desses grupos. (...) o Estado brasileiro nunca deixou o negro a própria sorte pós abolição. O Estado brasileiro sempre agiu de forma deliberada e sistemática para tentar destruir suas estratégias coletivas e de cuidado. (Ferreira, 2023, p.51)

A Constituição 1988, segundo Fleury (2008) rompe com os modelos anteriores, que eram excludente e segmentado, mantinham uma cidadania regulada, ou seja, o acesso aos direitos sociais era subordinado ao vínculo empregatício. A Constituição de 1988 universalizou os direitos sociais e propôs um novo modelo de proteção fundado na cidadania. Ela trouxe avanços significativos para a população negra, reconhecendo formalmente direitos e criando dispositivos voltados para a promoção da igualdade. No entanto, pensando na formação histórica e social brasileira e a própria base da política social, esses avanços convivem com limites e retrocessos, especialmente na implementação de tais direitos e no enfrentamento ao racismo estrutural.

Carvalho (2002) aponta que o cidadão pleno seria aquele que usufruísse dos três direitos, civis, políticos e sociais. O cidadão incompleto o que possuísse apenas alguns dos direitos. Já aqueles que não possuísse nenhum dos direitos

seria não-cidadão. O autor vai também demostras em todo o livro como a população negra foi sistematicamente impedida de acessar a cidadania plena, como também mostramos no capítulo anterior. Segundo o autor “O fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão” (Carvalho, p.19, 2002) pois ela além de negar direitos básicos aos negros por séculos, moldou uma estrutura social baseada na exclusão. Assim resultando uma cidadania incompleta para a população negra até os dias atuais.

Já o sociólogo Jessé Souza (2003) utiliza o termo subcidadania, seriam sujeitos que são reconhecidos formalmente pelo Estado como cidadãos, porém na prática vivem à margem dos direitos básicos, mesmo que estes sejam garantidos pela constituição. É possível observar como essa subcidadania está intrinsicamente relacionada com a questão racial, como vimos no capítulo anterior. Sendo assim, a subcidadania é racializada, resultado de uma modernização excludente, sustentada pela ideologia da meritocracia e reforçando a desigualdade interseccional entre raça, classe, gênero e território.

O autor Gabriel Miranda em seu livro “necrocapitalismo: ensaios sobre como nos matam” vai trazer uma análise sobre as políticas de morte serem causadas pelo sistema capitalista sendo aqui o Estado produto desse sistema. Dentro dessa analise ele aponta que “há cinco faces de produção da morte que se integram dialeticamente e constituem aquilo que denominamos como negropoliticas: morte simbólica, a morte subjetiva, a morte social, o ecocidio, e a morte biológica” (Miranda, p.44, 2021), em todas essas faces de morte o negro está submetido. De acordo com o que estamos discutindo é importante analisar duas dessas faces a morte subjetiva onde é aniquilada aquele que não faz parte do padrão branco cisheteropatriarcal, que resulta em sentimento de não pertencimento, somada a morte social que se expressa na negação de direitos sociais, sem os quais os sujeitos tem reprimidas as possibilidades de traçar trajetórias profissional, educacional, habitação e até mesmo de saúde e lazer, os condenando a ocupar determinados papeis na estrutura social. (Miranda, 2021)

Essa engrenagem em que se somam essas faces da morte, em que a morte subjetiva e a morte social se relacionam e inevitavelmente resultam, na produção de uma verdadeira cidadania incompleta para a população negra. Longe de ser um acidente de percurso, a negação do pertencimento e a destituição de direitos básicos revelam que o projeto de Estado no

necrocapitalismo opera por meio de uma cidadania seletiva e restritiva. Enquanto o padrão branco cisheteropatriarcal goza do status de universalidade e proteção jurídica, o corpo negro é empurrado para uma zona de exceção permanente. A submissão a esses múltiplos níveis de aniquilação destitui o indivíduo de sua dignidade civil, política e social, transformando a promessa constitucional de igualdade em uma ficção jurídica.

Assim, a cidadania incompleta não se materializa apenas como a ausência de direitos no papel, mas como a vulnerabilidade sistemática gerada por um sistema que necessita da desumanização e da exclusão radical do negro para viabilizar sua própria reprodução e manutenção de privilégios.

Nesse sentido, para analisar a possível mobilidade social das mulheres negras é necessário ter uma análise mais profunda sobre o contexto social da educação brasileira e sua relação com o mercado de trabalho e essa possível mobilidade social.

2.1 - Política de educação

Como vimos no capítulo anterior, a mobilidade social para a população negra é limitada ou muitas vezes inexistente, a educação é um dos principais caminhos para uma possível mobilidade social. Nesse sentido, é importante entendermos e nos aprofundarmos em seu contexto histórico de exclusão que a população negra teve desde o início no Brasil.

A educação faz parte das políticas sociais e é um direito fundamental, tendo duas principais funções, preparar a pessoa para exercer a cidadania e qualificar para o mercado de trabalho. Ela está prevista na Constituição Federal no artigo 205:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988)

Sendo assim, ela é uma ferramenta que atua na redução de desigualdades, na inclusão e preparação do sujeito social para o exercício da cidadania. Tendo também um papel emancipatório na sociedade. Porém, sua história é marcada por disputa de poder, sendo durante séculos usada como instrumento de distinção social e exclusão racial. Ou seja, a história da educação

brasileira tem como pressuposto básico o elitismo e exclusão como Ferreira Jr aponta:

> Em outras palavras, elitismo e exclusão formam o binômio que marcou os ‘500 anos’ da história da educação brasileira. Da longa hegemonia jesuítica de 210 anos, no período colonial, até o final do século XX, a educação escolar brasileira significou, a um só tempo, tanto exclusão das classes populares como formação intelectual das elites econômicas que secularmente governam o Brasil. (p.13, 2010)

A formação educacional, quando orientada para além da simples capacitação técnica, possibilita o acesso ao conhecimento científico, político e cultural, fortalecendo a capacidade de análise e participação social dos trabalhadores. Dessa forma, a educação pode contribuir para a formação de sujeitos mais autônomos e conscientes de seus direitos, o que, explica as disputas em torno dos conteúdos, dos métodos de ensino e dos projetos educacionais presentes ao longo da história.

No período colonial, a educação era monopólio da Igreja Católica com os jesuítas. Seu objetivo era catequisar os indígenas e a formação da elite branca. Já para a população negra, nesse período, a educação era proibida ou limitada ao ensino religioso para garantir a sua submissão. Em relação a mulher negra, ela era vista apenas como força de trabalho e objeto de exploração, sem qualquer direito à alfabetização. Nesse sentido a educação estava ligeiramente ligada ao projeto de dominação exercido pelas elites dominantes como nos aponta o mesmo autor:

> Por conseguinte, resulta numa analise pouco eficaz separar a lógica que preside a história da educação do próprio projeto de dominação exercido pelas elites brasileiras durante séculos. Dito de outra forma: a educação brasileira, até o momento, manteve-se em perfeita sintonia com o processo de desenvolvimento econômico autoritário e concentrador de renda, historicamente, imposto à sociedade brasileira. (Ferreira Jr, p. 13, 2010)

A educação formal, nesse período não estava necessariamente relacionada com o trabalho manual, mas sim com a educação política para a elite branca, assim legitimando seu poder político e seu prestigio social através de cursos de medicina, direito e engenharia. Ou seja, o domínio do conhecimento acadêmico funcionava como um instrumento de governabilidade e de manutenção do poder. “A educação durante o século XIX não foi capaz de articular uma relação orgânica entre produção do conhecimento e produção dos

bem materiais, pois ela foi concebida apenas para distribuir privilégios sociais para poucos” (Ferreira Jr. P.34, 2010)

Como vimos no capítulo anterior, a liberdade não garantiu direitos básicos para a população negra e a educação foi um deles, pelo contrário as primeiras leis brasileiras oficializavam a segregação negra. Como por exemplo a primeira Constituição federal do Brasil independente de 1824 no seu artigo 179 (incisos XXXII) prometia “instrução primaria e gratuita a todos os cidadãos”. Porém grande parte da população não era considerada cidadãs como os escravizados, o que significava a proibição legal do acesso de negros e negras as escolas. (Brasil, 1824). Outro exemplo de exclusão oficializada seria o decreto n° 1331-A de 1854 (Decreto Couto Ferraz) no seu artigo 69 que proibia explicitamente a matricula de escravizados nas escolas públicas. (Brasil, 1854)

Nesse período, enquanto mulheres brancas da elite começavam a receber educação doméstica e rudimentar, a mulher negra permanecia no cativeiro. Quando alforriada, o preconceito de cor a impedia de frequentar os poucos espaços de ensino existentes.

É possível observar como a educação sempre foi um campo de disputa entre diferentes interesses sociais. Outro fator que demostrou essa necessidade de excluir a população negra parte de que a classe dominante historicamente demonstrou receio de que o acesso amplo à educação pudesse favorecer o desenvolvimento da consciência crítica da classe trabalhadora, levando os indivíduos a questionarem as desigualdades sociais, as relações de poder e as condições de exploração existentes na sociedade. Existia assim um temor da formação de opinião, já que o saber e poder estão relacionados.

> Dito isso, por consequência, o acesso à escolarização e o próprio exercício do direito à educação pode promover um processo de questionamento e conscientização sobre a exploração sofrida pela classe trabalhadora nas relações sociais de produção capitalistas – o que reitera o caráter potencialmente emancipatório da prática educativa, desde que ela tenha como preocupação a justiça social. Além disso, como já foi extensamente expresso neste texto, potencialmente, o direito à educação é estratégico para franquear a possibilidade a todas e todos de realizarem a disputa direito político.(Cara, p.67, 2025)

É possível observar que as elites do Império e do início da República tinham um profundo medo da inclusão social e política dos negros e da população pobre. Esse temor fez com que os governantes da época freassem de propósito a expansão da educação. Em vez de enxergarem a alfabetização

como um direito ou o primeiro passo para a cidadania, eles usavam uma desculpa elitista: argumentavam que, como ler e escrever não eram suficientes sozinhos para "formar um bom cidadão", era melhor nem tentar alfabetizar o povo. No fundo, essa era uma estratégia para impedir a formação de uma opinião pública consciente e manter as classes populares, especialmente os negros recém-libertos, longe do voto e das decisões políticas, justificando as exclusões educacionais.

> Só tendo em mente esse temor da entrada dos negros na escola, temor que se generalizou para com toda a população pobre, é que é possível entender o ceticismo e a timidez que acompanharam as reformas educacionais do Império e da República. A recusa ao simples letramento e o temor da formação da opinião pública, desde as discussões que antecederam a Reforma Saraiva, no final do Império, por exemplo, assumiu a forma do argumento de que, se a alfabetização fosse condição necessária, mas não suficiente para formar o cidadão, não deveria ser tentada. (Souza, p. 8, 2014)

No período republicano o caráter da educação elitista e excludente é mantido, a classe dominante brasileira mantiveram a educação segundo seu ponto de vista e seus próprios interesses sociopolíticos. Porém com a transição de uma sociedade agraria para uma urbano-industrial que aconteceu no Brasil de forma tardia e acelerada, a partir de 1930, uma necessidade social e econômica foi necessária e imposta, a escolarização dos filhos das classes populares de forma gradual e lenta, porém sendo realizada de forma ineficiente como nos aponta Ferreira Jr:

> Em síntese, as elites econômicas e políticas que governavam o Brasil continuaram formando seus filhos na velha tradição das escolas primárias, dos colégios secundários e dos cursos superiores (Direito, Medicina e Engenharia) que remontavam aos primórdios elitistas da educação brasileira. Entretanto, a transição autoritária que se operou entre a sociedade agrária e a urbano-industrial, a partir de 1930, impôs a necessidade econômica e social da escolarização dos filhos das classes populares, mesmo que de forma lenta e gradual. A expansão quantitativa da escola pública, portanto, realizou-se de forma ineficiente porque negligenciou o aspecto central da educação escolarizada: os conhecimentos clássicos acumulados historicamente pela humanidade. (p.52, 2010)

Assim sendo, a escolarização ainda continuava sendo elitista e excludente, pois o ensino secundário ainda era uma prestígio social, bem como o ensino superior era restrito a classe dominante. É importante salientar que lugar o negro ocupava nessa questão. Na era Vargas a educação, sob uma ótica eurocêntrica, passou a ser vista como forma de “civilizar” a população. Teorias eugênicas influenciavam a educação e reforçavam os estereótipos que eram

direcionados aos negros como sendo intelectualmente inferior. Como nos aponta Gonzáles (2020) “Estereótipos difundidos a respeito do negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc. (afinal, como disse Aristóteles, existem pessoas que nasceram para dirigir e outras para serem dirigidas).”

A educação eugenista, como iniciamos o debate no capítulo anterior, introduzida nas primeiras décadas do século XX no Brasil sob o pretexto de modernizar a nação, funcionou como uma violenta tecnologia de controle e higienização social voltada para a legitimação do racismo estrutural no pós “chamada abolição”. Sob a influência do racismo científico e do projeto de branqueamento da população, a escola foi transformada em um aparato de classificação biológica, onde os corpos das crianças negras e periféricas eram medidos e frequentemente rotulados como "degenerados" ou "inaptos", convertendo as desigualdades socioeconômicas em supostas deficiências hereditárias. Era justificando, a partir desse pedagogia, a exclusão dos indivíduos considerados indesejáveis do topo da pirâmide educacional e produtiva.

Embora cientificamente superado, o legado eugenista sobrevive de forma velada no cotidiano escolar contemporâneo, manifestando-se na criminalização de comportamentos de jovens negros, nos estereótipos atribuído a eles e na patologização de suas dificuldades de aprendizagem e no silenciamento de seus saberes ancestrais, perpetuando a lógica de filtragem que historicamente protege o privilégio branco.

> O privilégio racial é um dos pontos chave dessa posição, uma vez que ele evidencia como, em todos os níveis, o grupo branco foi o beneficiário da exploração dos grupos raciais. Os aspectos culturais e políticos das relações raciais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às expensas e em presença do negro. (Gonzáles, p.27, 2020)

Já durante o período militar a educação focou na produtividade e no tecnicismo. Embora tenha expandido o ensino fundamental para tentar alfabetizar a mão de obra barata demandada pelo "Milagre Econômico", esvaziou a qualidade reflexiva da escola. Populações periféricas e negras eram

preparadas para a obediência mecânica, enquanto o ambiente universitário era vigiado e elitizado. Como ressaltou Gonzáles:

> A sofisticação tecnológica das indústrias do ABC exige certo nível de habilidades especializadas que a grande maioria dos negros não possui. Como resultado, depois de trocarem o interior pela cidade, precisaram se concentrar num mercado de trabalho que requer qualificação profissional; com isso, a maior parte dos trabalhadores negros não foi afetada pelos "benefícios" do "milagre". (p.103, 2020)

O período de redemocratização trouxe com a Constituição Federal de 1988 vários avanços sociais e a educação como "direito de todos e dever do Estado", (Brasil, 1988) abrindo caminho institucionais para as futuras políticas de ações afirmativas e para a democratização do acesso ao ensino superior. No entanto, apesar dos grandes avanços normativos e ampliação no acesso ao ensino superior nas últimas décadas, a estrutura educacional do país ainda é responsável por profundas exclusões que afetam de maneira desigual a população negra. O Racismo estrutural e institucional ainda produzem barreiras resultando em altas taxas de evasão escolar, mecanismos de exclusão simbólica e epistêmica que infelizmente ainda operam em espaços de educacionais e principalmente acadêmicos.

A exclusão hoje não precisa de uma lei que proíba o negro de estudar de acessar a educação. Ela acontece através da omissão do Estado em prover condições reais de educação e emancipação, condições de permanência. Ou seja, a trajetória da educação negra no Brasil pós-abolição não foi um caminho de integração, mas uma transição da exclusão legal (proibição por lei) para a exclusão institucional (barreiras invisíveis e racismo estrutural). Como a escola patologiza crianças negras para justificar o fracasso escolar. O desafio não é apenas o acesso à escola ou ao ensino superior, mas garantir o acesso, permanência e inclusão no mercado de trabalho. A exclusão não é apenas física, estar fora da sala, mas também simbólica, estar dentro e não pertencer. Sentimento de não pertencimento que culmina no abandono escolar. Como nos aponta González e Hasenbalg (1982) "não lugar"

Embora os mecanismos de exclusão educacional tenham afetado coletivamente a população negra ao longo das diferentes constituições e regimes políticos do país, a compreensão plena desse processo exige descer a um nível mais profundo de especificidade, onde as opressões se multiplicam. Torna-se importante, portanto, aplicar a lente da interseccionalidade para

compreender que a dinâmica do racismo estrutural não atua de forma homogênea, atingindo de forma violenta e seletiva quando cruzada as fronteiras de raça com as de gênero. É nesse ponto que a trajetória da mulher negra se destaca como a manifestação mais evidente do abandono estatal.

O legado da escravização não apenas bloqueou o acesso às letras, mas desenhou uma arquitetura de vulnerabilidades únicas. Assim, para além das barreiras gerais enfrentadas pelo povo negro, delimitar a análise sobre a condição da mulher negra significa mostrar como o machismo e o racismo se alimentam mutuamente para criar mecanismos específicos de silenciamento intelectual e exclusão escolar, que influencia na exclusão do mercado de trabalho os quais operam de maneira ainda mais drástica na manutenção desse grupo na base da estrutura socioeconômica brasileira.

Compreender essa densa trajetória histórica e constitucional da educação brasileira é um passo indispensável para desmistificar a narrativa de que o fracasso escolar e a desigualdades sociais decorrem de escolhas individuais ou de uma suposta incapacidade meritocrática. A exclusão sistemática que a população negra sofreu, funciona como o alicerce que estruturou o racismo institucional que hoje é evidente nas salas de aula. Essa herança histórica reflete diretamente nos dias atuais, manifestando-se na precariedade das escolas periféricas, na persistência do analfabetismo funcional e nas barreiras invisíveis que impõem às mulheres negras a "pobreza de tempo" e o acúmulo do trabalho de cuidado. Portanto, se faz necessário essa análise histórica para compreender como os mecanismos modernos de filtragem social e de epistemicídio continuam a perpetuar o privilégio branco e a manter os corpos negros à margem do pleno direito à educação e à cidadania.

É possível notar nesse breve contexto histórico da educação brasileira como ela sempre foi excludente e elitista. Nesse contexto a mulher negra é a que mais é afetada, além de muitas vezes serem impedidas de acessarem a escola, essa estrutura social a empurra para trabalhos precários e informais como o trabalho doméstico precoce. A falta de creches e escolas em tempo integral impede muitas jovens negras de seguirem nos estudos, criando assim um ciclo de pobreza e baixa escolaridade. Vamos nos aprofundar nessa múltipla

jornada de trabalho que a mulher negra enfrenta, nos próximos tópicos, que acaba a impedindo de continuar com seus estudos.

2.2 - Introdução ao passaporte Universitário e qual política ele está inserido

O ensino superior no Brasil consolidou-se como a principal referência de preservação do privilégio da elite branca e de exclusão da população negra. Durante o Império e a República Velha, as poucas faculdades isoladas de Direito, Medicina e Engenharia serviam exclusivamente para diplomar os filhos da aristocracia agrária, operando sob um racismo institucional que barrava os negros por meio de critérios socioeconômicos e burocráticos intransponíveis no pós chamada abolição. Mesmo durante as fases de modernização e as ditaduras do século XX, enquanto o ensino básico sofria com o tecnicismo e a precariedade, o topo da pirâmide acadêmica permaneceu blindado, protegido por exames de seleção excludentes que transformavam a universidade pública em um espaço homogeneamente branco e eurocêntrico. Ferreira Jr aponta:

> Além disso, a dualidade do sistema educacional imposta pelas “Leis Orgânicas do Ensino”, coerente com a lógica condicionada pela origem social dos alunos, vetava o acesso ao ensino superior àqueles que eram egressos dos cursos profissionais. Portanto, os bacharelados em Medicina, Direito e Engenharia continuavam facultados apenas aos concluintes dos cursos propedêuticos, ou seja, eles eram reservados para os jovens das camadas médias urbanas altas e para os das elites econômicas e políticas que haviam cursado o científico e o clássico do ensino médio do 2o ciclo e, por conseguinte, acumulado um “capital cultural escolar” maior. (p.77, 2010)

Assim sendo o ensino superior visto como um dos principais instrumentos para uma mobilidade social ascendente, funciona na realidade brasileira como uma engrenagem que reproduz, em vez de romper, as desigualdades de classe e raça. Apesar disso, ele permanece como um espaço vital de disputa, transformação social e mobilização da população negra. A universidade não é apenas um local de formação acadêmica, mas uma ferramenta poderosa de emancipação e de quebra de ciclos de pobreza geracionais. É justamente para combater essa exclusão histórica que surgem políticas públicas de democratização do acesso, como no caso o programa Passaporte Universitário. Essa iniciativa atua como uma ponte que subverte a lógica da dualidade educacional, garantindo bolsas de estudo integrais para que estudantes de baixa

renda e historicamente marginalizados possam, finalmente, ocupar os bancos das universidades privadas e reescrever suas trajetórias.

O Passaporte Universitário é uma política pública de redistribuição de renda e democratização do conhecimento. O programa concede bolsas de estudo integrais (100% gratuitas) para cursos de graduação e pós-graduação em instituições de ensino superior privadas conveniadas. Tendo como critério ser morador de Maricá por um determinado tempo, ter renda baixa e ter concluído o ensino médio em escolas públicas e na cidade de Maricá. Segunda a Costa e Moreno (2022):

> Programa Passaporte Universitário foi criado no ano de 2019, para promover a mobilidade social ao ofertar bolsas de estudos para cursos de graduação e de pós-graduação, respectivamente. Nesse preito, a formação dos munícipes, a geração de pesquisa e o combate às desigualdades sociais contribuem com o crescimento profissional/pessoal ao oportunizar a geração de empregos e o aumento da renda. (p.7)

Essa iniciativa está inserida em um modelo robusto de políticas públicas de desenvolvimento socioeducacional e de economia solidária da cidade. O programa transforma a realidade local ao garantir que os moradores da cidade, principalmente as mulheres negras, que antes viam o diploma universitário como um sonho distante, ocupem salas de aula de cursos de alta concorrência. Essa iniciativa prepara a população local para o mercado e consolida a educação superior não como um privilégio de mercado, mas como um direito social garantido pelo Estado.

Embora o Programa Passaporte Universitário de Maricá se configure primordialmente como uma política pública de universalização do acesso ao ensino superior por critérios socioeconômicos, e não estritamente como uma política de cotas raciais, a inclusão de uma análise profunda sobre o sistema de cotas é indispensável ao estudar a trajetória de suas egressas, em especial as mulheres negras. Trazer a ótica das cotas para esse debate permite compreender como o racismo estrutural molda as vivências dessas estudantes, fornecendo as ferramentas teóricas necessárias para avaliar se a garantia da graduação pelo Passaporte Universitário é suficiente para romper as barreiras de gênero e raça ou se essas mulheres, mesmo diplomadas, continuarão enfrentando os mesmos gargalos de inserção que as cotistas das universidades

públicas enfrentam ao tentar acessar as instâncias de poder no mercado de trabalho.

2.3 - Política de Cotas (Ação afirmativa)

Historicamente, o surgimento das políticas de Ação afirmativa remonta aos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos na década de 1960, mas no cenário brasileiro a discussão ganhou força a partir da Marcha Zumbi dos Palmares em 1995 e da Conferência de Durban em 2001, onde o Estado brasileiro assumiu o compromisso internacional de combater o racismo estrutural. O marco inicial prático ocorreu no início dos anos 2000, com experiências pioneiras na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade de Brasília (UnB), culminando na aprovação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que unificou o sistema nas universidades e institutos federais. Essa legislação estabeleceu critérios que dividem as vagas entre cotas sociais, baseadas na renda familiar e no histórico escolar em rede pública, e cotas raciais, que utilizam o critério de auto declaração para pretos, pardos e indígenas dentro desse recorte social. (IBASE, 2006)

As política de cotas no Brasil é uma das expressões mais conhecidas das ações afirmativas, são políticas públicas voltadas a reparar as profundas desigualdades históricas que deixaram grupos marginalizados em desvantagem competitiva. “Um conjunto de ações privadas e/ou políticas públicas que tem como objetivo reparar os aspectos discriminatórios que impedem o acesso de pessoas pertencentes a diversos grupos sociais as mais diferentes oportunidades.” (IBASE, p.7, 2006). Ou seja, são mecanismos de inclusão social e racial que contribuem para uma sociedade mais justa e democrática.

Gonzáles (2020) aponta que existe duas concepções ideológicas que definem de maneira distorcida a identidade dos negros na sociedade brasileira, a democracia racial e a ideologia do branqueamento. Dentro delas os negros são cidadãos como quaisquer outros e por essa razão não sofrem racismo e não são submetidos a preconceito e nem discriminações. Nesse sentido as concepções ideológicas atuam, até os dias atuais, como barreiras estruturais que acabam influenciando o pleno sucesso das ações afirmativas, pois sustentam uma

premissa falsa de que o Brasil é um país de igualdade plena, onde o mérito individual seria o único critério de ascensão Enquanto essas ideologias camuflam o racismo institucional, deslegitimando a necessidade de reparação histórica e distorcendo o debate público, fazendo com que as cotas e outras medidas inclusivas sejam erroneamente vistas como privilégios ou injustiças, em vez de mecanismos urgentes e necessários para corrigir séculos de desvantagens acumuladas. . Como nos aponta Miranda:

> (...) ora, as desigualdades engendradas pelo sistema de opressão, como raça, classe e sexo, são desconsideradas pela ideologia da meritocracia, pois tal perspectiva não considera o ser humano em sua concretude, tampouco admite que as relações sociais nas quais os indivíduos se inserem são notadamente assimétrica, desiguais. (p.57, 2021)

Os opositores das ações afirmativas frequentemente fundamentam seus argumentos no princípio da igualdade formal, defendendo que a lei deve tratar todos os indivíduos de maneira absolutamente idêntica, sem qualquer distinção baseada em raça, gênero ou origem. Sob essa ótica, a instituição de cotas ou reservas de vagas seria uma violação direta do mérito individual e um privilégio disfarçado, que acabaria por gerar um "racismo reverso" ao preterir candidatos com melhor desempenho técnico em nome de critérios identitários. Em relação a esse ponto Munanga (2003) ressalta que o discurso sobre as ações afirmativas ferir o princípio da igualdade formal e a meritocracia não é verdadeiro, pois a igualdade formal não garante a igualdade de oportunidades reais visto que os sujeitos partem de pontos de partida desiguais, as ações afirmativas são instrumento de justiça corretiva e não privilégio. De acordo com Piovesan (2008) é preciso conceder a determinados grupos uma proteção especial e particularizada, vistos as especificidades e vulnerabilidades estruturais impostas a população negra:

> Torna-se, contudo, insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em suas peculiaridades e particularidades. Nessa ótica, determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada. Isto é, na esfera internacional, se uma primeira vertente de instrumentos internacionais nasce com a vocação de proporcionar uma proteção geral, genérica e abstrata, refletindo o próprio temor da diferença (que na era Hitler foi justificativa para o extermínio e a destruição), percebe-se, posteriormente, a necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada, em face

> de sua própria vulnerabilidade. Isso significa que a diferença não mais seria utilizada para a aniquilação de direitos, mas, ao revés, para a promoção de direitos. (Piovesan, 2008, p.888)

Sendo o último pais a abolir a escravidão e o segundo país do mundo com maior contingente populacional de afrodescendentes e um dos maiores em relação as desigualdades sociais e raciais, faz-se necessário a aplicação de medidas eficazes para romper com esse legada histórico de exclusão da realidade brasileira. Contudo as políticas de ações afirmativas devem ser compreendidas não apenas como políticas de acesso ou no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório, mas como instrumentos de transformação institucional e justiça social, especialmente nas áreas da educação e do trabalho. (Piovesan, 2008)

Os resultados das cotas nas universidades são inegáveis e transformaram a cara do ensino superior brasileiro. O ambiente acadêmico, historicamente elitizado, tornou-se plural, gerando uma nova geração de intelectuais, cientistas e profissionais negros. De acordo com o Censo, em 2022, 55.371 pessoas ingressaram em universidades, faculdades e institutos federais pelo critério étnico-racial. Esse avanço foi crucial para as mulheres negras, que sofrem com os reflexos das duas opressões estruturais, o machismo e o racismo. As mulheres negras encontraram nas cotas universitárias uma alavanca para uma possível mobilidade social.

No entanto, um dos principais obstáculos atuais está na transição da universidade para o mercado de trabalho. Apesar de estarem qualificadas, as mulheres negras ainda enfrentam barreiras invisíveis na hora da contratação para cargos de liderança e gerência, recebendo os menores salários mesmo quando possuem a mesma escolaridade que homens e mulheres brancos. É nesse cenário que o mito da meritocracia cai por terra. A ideia de que o sucesso depende exclusivamente do esforço individual ignora que o ponto de partida na sociedade brasileira é brutalmente desigual. Falar em mérito sem antes garantir igualdade de condições básicas, como moradia, alimentação, segurança e educação de base, serve apenas para camuflar o privilégio de quem herdou vantagens históricas.

Assim sendo, para que o panorama mude, o debate sobre cotas precisa evoluir e ser aprimorado em duas frentes. Nas universidades, o desafio não é mais apenas garantir o ingresso, mas sim a permanência. Estudantes de baixa renda necessitam de políticas robustas de auxílio-transporte, moradia e alimentação para que não abandonem os cursos. Já no mercado de trabalho, há uma urgência de expansão dessas políticas públicas para o setor privado. Embora existam leis de cotas para o serviço público (como a Lei nº 12.990/2014), as empresas privadas ainda estão com programas voluntários de diversidade que, muitas vezes, não passam de estratégias de marketing. O aprimoramento dessas políticas a criação de incentivos governamentais para empresas que adotem metas de contratação e progressão de carreira para mulheres negras, e a compreensão coletiva de que a inclusão não é um favor, mas um dever de reparação histórica e um pilar essencial para o desenvolvimento democrático e econômico do país.

2.4 - Trajetórias para as mulheres negras: educação, permanência e trabalho

> No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo.
> Nos dias atuais, a situação não é muito diferente. (González, p.33, 2020)

Começamos este tópico com essa citação da Lélia Gonzáles, pois descreve exatamente a trajetória da mulher negra e como essa realidade ainda se faz presente nos dias atuais, no capítulo anterior discutimos sobre as divisões raciais, sexuais e sociais do trabalho e o cruel resultado delas na vida da mulher negra. Historicamente empurrada para a base da pirâmide socioeconômica, ela herda as funções mais precarizadas e subvalorizadas da sociedade, reflexo direto de um passado colonial que ainda dita quem serve e quem é servido. Essa tripla jornada invisível gera uma sobrecarga para essa mulher, na qual a responsabilidade quase exclusiva pelo sustento e pela manutenção do lar é direcionada a ela e

acaba se chocando com uma realidade de salários menores, com a exclusão na educação e com a falta de redes de apoio.

Assim sendo, a sobrecarga da mulher negra não é um desgaste meramente individual, mas sim o resultado previsível de uma estrutura que utiliza o gênero e a raça como critérios fundamentais para distribuir privilégios e exaustão. A exclusão que a mulher negra enfrenta no mercado de trabalho não se resume a um único momento de rejeição, mas sim a um ciclo contínuo de barreiras que se manifesta desde o ingresso e na permanência nas universidades e continua a não inclusão no mercado de trabalho até a sua ascensão profissional. “Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho.” (González, p.48, 2020)

> Mesmo nos dias atuais, em que se constatam melhorias quanto ao nível de educação de uma minoria de mulheres negras, o que se observa é que, por maior que seja a capacidade que demonstre, ela é preterida. Que se leiam os anúncios dos jornais na seção de empregos; as expressões “boa aparência” “ótima aparência” etc. constituem um código cujo sentido indica que não há lugar para a mulher negra. As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média são praticamente nulas para a maioria absoluta. (González, p.34, 2020)

Desse modo, embora os mecanismos de exclusão educacional tenham afetado coletivamente a população negra ao longo das diferentes constituições e regimes políticos do país, a compreensão plena desse processo exige descer a um nível mais profundo de especificidade, onde as opressões se multiplicam. Nesse sentido é necessário aplicar a lente da interseccionalidade para compreender que a dinâmica do racismo estrutural não atua de forma homogênea, atingindo o ápice de sua violência seletiva quando cruza as fronteiras de raça com as de gênero. É nesse ponto que a trajetória da mulher negra se destaca com a demonstração mais explícita do abandono estatal, nela, o peso do legado colonial não apenas bloqueou o acesso às letras, mas desenhou uma arquitetura de vulnerabilidades e mecanismos específicos de opressões e exclusões para a mulher negra.

Diferente dos homens, a exclusão da mulher negra da educação está ao mesmo tempo ligada ao trabalho de cuidado e doméstico. Desde cedo, meninas negras são sobrecarregadas com o cuidado de irmãos menores e tarefas

domésticas. A mulher negra é, estatisticamente, a que mais dedica horas ao trabalho não remunerado, trabalhos de cuidado. Segundo um estudo laçado pela Organização Internacional do Trabalho (2025) no Brasil as mulheres dedicam em média 9.8 horas a mais por semana ao trabalho de cuidado não remunerado do que os homens. Adicionando o quesito raça, as mulheres negras chegam a 22,4 horas semanais. Esse cenário acaba dificultando sua permanência acadêmica.

Embora muitas superem os obstáculos históricos de acesso ao ensino formal, a transição para o mercado corporativo frequentemente esbarra no mecanismo de exclusão da "boa aparência", esses termos, embora pareçam neutros, muitas vezes funcionam como filtros informais que barram candidatas negras logo nos processos de recrutamento e seleção. Esses mecanismos estão profundamente enraizado em padrões eurocêntricos que marginaliza os traços fenotípicos negros, subordinando a competência intelectual a uma estética aceitável pela branquitude.

Mesmo quando possuem diplomas de instituições de prestígio, seus currículos são frequentemente preteridos por conta de vieses inconscientes de recrutadores que associam a liderança e a competência técnica à branquitude. Quando conseguem entrar, o mercado de trabalho tende a empurrá-las para as vagas mais precarizadas, de menor remuneração e com menos direitos garantidos.

Assim sendo, a exclusão escolar não se dá mais por proibição legal. Atualmente um dos principais fatores para essa exclusão é a pobreza de tempo gerada pelo acúmulo histórico do trabalho de cuidado não remunerado e pela necessidade de sustento da família. Essa mulher precisa trabalhar, cuidar de casa, dos filhos e estudar ao mesmo tempo. Ou seja, um legado de exclusão que condiciona a mulher negra a lugares subalternos e que as impedem de estudar “Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha.” (González, p.74, 2020)

Com as ações afirmativas, é possível ver uma maior presença de mulheres negras nas Universidades, porém, elas ainda são minorias comparadas aos outros grupos sociais, quando conseguem se formar ainda sofrem com menores remunerações no mercado de trabalho, mesmo com títulos iguais aos de brancos.

Portanto, Ao carregar o peso do sustento imediato e do trabalho doméstico desvalorizado, o tempo que deveria ser dedicado à formação acadêmica e à ascensão profissional é consumido pela pura subsistência. Assim, a exigência estética do mercado atua em cumplicidade com a vulnerabilidade econômica, transformando o mérito educacional em uma promessa vazia e perpetuando o ciclo de subalternidade institucionalizada que mantém a mulher negra na base da pirâmide social.

Mesmo após romper as barreiras de entrada no mercado de trabalho, a permanência e a progressão de carreira da mulher negra são marcadas pelo desgaste psicológico de ter que se provar competente o tempo todo. Sob o peso de estereótipos históricos que questionam sua capacidade intelectual, ela é frequentemente submetida a uma vigilância excessiva, onde seus erros são hipervalorizados e seus acertos, minimizados ou atribuídos à sorte. Para minimizar o racismo institucional e a condescendência de pares e superiores, a profissional negra se vê compelida a performar uma busca exaustiva pela perfeição, adotando uma postura hiperqualificada, modulando seu tom de voz para não ser rotulada como "raivosa" e policiando sua própria estética para se adequar ao ambiente corporativo.

Diante desse cenário, fica evidente que a trajetória da mulher negra no mercado de trabalho e na educação é obstruída por uma engrenagem de opressões que se retroalimentam. A pobreza de tempo, decorrente da necessidade de sustentar o lar e assumir sozinhas duplas ou triplas jornadas, restringe drasticamente suas oportunidades de formação e estudo, enquanto o filtro racista da "boa aparência" atua como uma barreira de entrada que rejeita suas identidades e corpos. Mesmo quando o ingresso é conquistado, o ciclo de violência psicológica se perpetua na exigência crônica de ter que se provar competente a cada instante para legitimar sua presença.

As mulheres negras que conseguem concluir a graduação, mas permanecem inseridas em funções alheias às suas áreas de formação, expõe o limite mais perverso do mercado de trabalho sob o capitalismo dependente. Quando cruzamos essa frustração profissional com os recortes de raça, gênero e classe, evidencia-se que o diploma não possui o mesmo valor de troca para todos os corpos. Ocupando postos no setor de serviços, no comércio ou na

precarização do trabalho por plataformas, essas profissionais são submetidas a uma desvalorização crônica que anula o caráter emancipatório da educação. Essa barreira invisível prova que, enquanto o racismo e o patriarcado estruturarem a divisão social do trabalho, a expansão do ensino superior resultará apenas em uma população superqualificada e superexplorada, mantendo o topo da pirâmide protegido e os privilégios de classe intocados. Vamos analisar esse ponto no próximo tópico.

2.5 - Relação de educação e trabalho para uma ascensão social

O direito ao trabalho, assegurado como um fundamento da dignidade humana, vai muito além da garantia de subsistência, ele é a chave para a cidadania ativa e a realização pessoal. No entanto, a verdadeira transformação socioeconômica e a mobilidade social pode depender da qualidade e do acesso à educação. É a formação escolar e profissional que qualifica a força de trabalho, expande horizontes e rompe barreiras históricas de desigualdade. Assim, quando o Estado une uma educação emancipadora a oportunidades reais de emprego, ele não apenas cumpre um preceito constitucional, mas aciona o motor mais poderoso para a justiça social e a democratização do desenvolvimento de um país.

A exclusão educacional historicamente imposta à população negra, como vimos nos tópicos anteriores, reflete-se de maneira direta na sua inserção subordinada no mercado de trabalho, funcionando como um motor que pode bloquear à mobilidade social ascendente. Ao negar o acesso à instrução formal ou ao confinar os corpos negros ao ensino estritamente técnico e pragmático nas fases ditatoriais, o Estado brasileiro garantiu a reprodução de uma força de trabalho barata, destinada a perpetuar as funções manuais e de serviços herdadas do período colonial.

> Tomando como referência esse conceito, a relação entre Educação e Economia é incontornável em muitos níveis. Em primeiro lugar, a Economia é uma expressão da cultura e, como tal, deve ser apropriada – ou seja, por definição, é um tema educativo. Em segundo lugar, há a preparação das cidadãs e dos cidadãos para a vida produtiva, ou seja, para o trabalho. Como trabalho pode ser compreendido como toda e qualquer atividade humana com o objetivo de alcançar um fim, ou seja, satisfazer uma necessidade, é preciso preparar homens e mulheres para a produção. Em terceiro lugar, interessa a todas e todos compreender como as sociedades realizam materialmente suas necessidades, mas também como se dá a desigualdade na distribuição dos bens e serviços produzidos. Ocorre que a Economia, assim como

> a Educação, não é neutra; e a consciência sobre as desiguais condições de vida é, essencialmente, um atributo da tarefa emancipatória da Educação. (Cara, p.61, 2025)

Porém, é importante ressaltar que as exclusões da população negra no mundo do trabalho, pode ser relacionada com a sua exclusão na educação, mas o principal fator é o racismo estrutural. Vimos no capítulo anterior mecanismos que foram utilizados pela classe dominante para neutralizar a participação negra em diferentes níveis da sociedade brasileiro, que ainda nos tempos atuais interferem em uma real mobilidade social para a população negra. “Analisar as classes sociais sem considerar a sua dimensão racial ou estudar as assimetrias raciais sem considerar as posições que os sujeitos ocupam na sociedade de classes empobrece o potencial crítico da análise.” (Miranda, p. 19-20, 2021) Mesmo que o negro tenha um diploma ele não é a escolha para determinada vaga de trabalho. González vai nos apontar:

> Tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas, na verdade, a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos (González, p.29, 2020)

Assim sendo, o racismo estrutural funciona como um filtro que vai privilegiar determinados grupos em detrimento de outros no mercado de trabalho, operando além da divisão de classes. Ou seja, mesmo quando uma pessoa negra rompe barreiras sociais e acessa a educação formal e a qualificação profissional igualando-se em currículo e recursos a um concorrente branco, o quesito racial vai influenciar diretamente nessa competição. É nesse cenário que o pacto da branquitude atua como uma vantagem competitiva automática para os brancos. Assim, a educação, que teoricamente deveria funcionar como um motor de mobilidade e igualdade meritocrática, acaba esbarrando no filtro do racismo, o qual garante que mesmo os brancos das classes populares recebam os privilégios sociais ao serem escolhidos em detrimento da população negra.

> Se relacionamos esse aspecto ao acesso aos níveis ocupacionais diversos, constataremos não só que a população de cor se situa majoritariamente nos níveis mais baixos mas também que ela se beneficia muito menos dos retornos da educação — em termos de vantagens ocupacionais — do que o grupo branco. Em outras palavras, se compararmos a relação nível educacional/nível de renda entre os dois grupos raciais, constataremos que é bastante acentuado o diferencial de renda entre brancos e negros, mesmo possuindo igual nível educacional. No grupo branco, a relação entre educação e renda é praticamente linear, enquanto no grupo negro o incremento educacional não é acompanhado por um aumento proporcional de renda. A discriminação ocupacional é a explicação mais plausível, a partir do momento em que, concretamente, temos quase que cotidianamente notícias de não aceitação de pessoas de cor em determinadas atividades profissionais. (González, p.31, 2020)

Mesmo com os avanços na inserção do ensino superior a análise interseccional sobre os estudo apontados na “Síntese de Indicadores Sociais 2025” do IBGE, nos mostra que progresso não ocorreu de forma equânime, mantendo profundas distorções estruturais de gênero e raça. Enquanto as mulheres brancas lideram a inserção com uma taxa de 42,2%, os homens pretos ou pardos ocupam o extremo oposto, com apenas 16,9% de inclusão. É possível analisar um protagonismo das mulheres nos indicadores educacionais, porém, o fator de gênero não é suficiente para neutralizar as barreiras do racismo estrutural, evidenciando que as políticas de inclusão, apesar de caminharem na direção correta, permanecem incompletas e demandam forte intensificação para reparar os abismos sociais que ainda segregam as salas de aula das universidades brasileiras.

Embora as mulheres exerçam esse protagonismo na educação, isso não acontece no mercado de trabalho. Segundo esse mesmo estudo do IBGE (2025) as mulheres enfrentem as maiores taxas de subutilização da força de trabalho (20,4%) e continuem a receber, em média, 27,2% menos do que os homens. Quando adicionamos o indicador de raça a essa dinâmica, a desigualdade se aprofunda e a mulher negra fica ainda mais abaixo, elas são as maiores vítimas da precariedade laboral, concentrando-se na informalidade e representando sozinhas 34,9% de toda a população subocupada.

Portanto, Depois que se forma o mercado cria uma nova barreira o subemprego ou o desemprego. Assim a população negra encontra-se diante de barreiras invisíveis que transformam o mercado corporativo e acadêmico em

espaços de reprodução do privilégio racial, impedindo que o trabalho se converta em um vetor real de emancipação e de mudança de classe social.

No contexto de capitalismo dependente brasileiro, essa dinâmica descrita por González ganha contornos ainda mais dramáticos, como vimos. Para manter as margens de lucro exigidas pelo mercado internacional, o sistema rebaixa o valor da força de trabalho nacional, utilizando a população negra como uma massa de manobra permanentemente precarizada e sub-remunerada. Assim, a exclusão do negro qualificado dos postos de comando não é uma falha do sistema, mas uma necessidade estrutural. Ao confinar a população negra à base da pirâmide e distribuir as escassas posições de privilégio e classe média para a população branca, o capitalismo dependente garante a reprodução de uma hierarquia social rigidamente controlada e funcional à sua própria sobrevivência.

> A presença dos três processos de acumulação, sob a hegemonia do capital industrial monopolista, demonstra, por outro lado, que o desenvolvimento desigual e dependente mescla e integra momentos históricos diversos. É nesse momento de sua análise que Nun retorna à questão da funcionalidade da superpopulação relativa afirmando que, no nosso caso, grande parte dela se torna supérflua e passa a constituir uma “massa marginal” em face do processo de acumulação hegemônico, representado pelas grandes empresas monopolistas. As questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem exatamente sobre essa população. (...) No caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentemente”, pertencem exatamente às mulheres e à população negra. (González, p.21-22, 2020)

A autora vai apontar como o capitalismo dependente e monopolista no Brasil produz estruturalmente o desemprego e o subemprego. Ou seja, o desenvolvimento econômico do país é profundamente desigual, o mercado de trabalho não absorve toda a mão de obra disponível, resultando em grande parcela de massa marginal, essa divisão não é neutra “coincidentemente” são ás mulheres e a população negra. Olhando sob a análise da interseccionalidade a grande maioria é a mulher negra. Sendo assim, racismo e o sexismo operam como as ferramentas ideológicas e políticas que determinam quem vai para onde. O homem branco pode transitar pelo exército de reserva ou pelo emprego estável, mas o racismo estrutural empurra a mulher negra e o homem negro para a massa marginal o subemprego, o trabalho doméstico desvalorizado e a total informalidade, naturalizando essa exclusão como se fosse uma incompetência pessoal, e não uma lógica do sistema.

> Em um país onde, em termos de mercado de trabalho, a procura é maior do que a oferta e onde existe uma divisão racial do trabalho, a situação da juventude negra é, obviamente, a do setor mais atingido pelo desemprego aberto ou disfarçado. Graças ao racismo e às suas práticas, essa juventude se encontra numa situação de desvantagem em termos de educação, de trabalho e até mesmo de lazer. (González, p. 42, 2020)

Assim a relação entre o acesso a uma qualificação formal e o acesso ao mercado de trabalho não é uma relação linear. Ou seja, o avanço no acesso à escolarização formal nem sempre resulta em inclusão efetiva de forma equitativa no mercado de trabalho. Essa dualidade reflete sobre os limites e possibilidades das ações afirmativas e outros instrumentos de acesso ao ensino superior, como um instrumento de transformação social. Aqui voltamos ao primeiro tópico desse capitulo, como as políticas sociais são espaços de disputas entre diferentes interesses sociais, assim essas disputas influenciam no avanço e limites das mesmas.

As ações afirmativas, bem como outras formas de acesso à educação como o Programa Passaporte Universitário, são importante instrumentos de justiça social que permitem a entrada de grupos historicamente excluídos das instituições de ensino superior, representando um avanço histórico para o enfrentamento das desigualdades raciais, de gênero e sociais enfrentadas por esses grupos. No entanto, Como vemos somente a formação educacional não tem garantido uma inserção digna e proporcional desses sujeitos ao mercado de trabalho formal, o que acaba apresentando uma desconexão entre formação escolar e a valorização profissional. Analisando de forma interseccional, no que se refere a mulher negra e pobre que ingressa na universidade, acaba enfrentando o dobro ou até o triplo de desafios se comparado ao um homem branco da mesma classe social, por exemplo.

Já falamos da ideologia da meritocracia no primeiro capítulo, mas é importante trazer a analise nesse ponto, pois o trabalho e a educação, muitas vezes são atrelados a essa ideologia, mas nos esquecemos que a história do sujeito é construída por ele mesmo, porém dentro de condições as quais são escolhidas pelo sistema e estrutura vigente, como no caso o sistema capitalista que exclui corpos de pretos, mulheres e pobres, a mulher negra pobre ocupando todas essas categorias. Miranda reflete sobre essa meritocracia:

> (...) mérito individual como única e exclusiva determinante do sucesso pessoal dos indivíduos. Ou seja, coloca nas costas do sujeito toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso em atingir determinados "objetivos de vida" e desconsidera que, (...) nós construímos sim a nossa história, mas dentro de condições as quais não escolhemos e que, portanto, podem constranger ou facilitar as nossas ações no mundo.
> Ora, nascemos e não escolhemos sexo biológico, gênero, cor, condição financeira, orientação sexual, local de moradia e etc. Tudo isso independe de nossa vontade, mas, ainda assim, determina o modo como nos relacionamos com o mundo. S e nasço preto em uma sociedade racista, mulher em uma sociedade patriarcal, pobre em uma sociedade que exige dinheiro para acessar determinados serviços (saúde, cultura, educação), cisheterodissente em uma sociedade cisheteronormativa, o conjunto desses marcadores sociais irá causar determinados constrangimentos no modo como me relacionarei com o mundo, influenciando as possibilidades de frequentar uma boa escola, comer bem, poder me expressar livremente etc.
> (...)Na corrida social, ou seja, na busca por acesso à universidade e por "bons" empregos, esses sujeitos se encontram em situações muito desiguais. (Miranda, p.28-29, 2021)

A obtenção do diploma universitário, que historicamente era vendida pela narrativa meritocrática como a garantia definitiva de ascensão social, muitas vezes se transforma em frustração. Sem políticas afirmativas internas nas empresas que estabeleçam metas nítidas de contratação e, fundamentalmente, de progressão de carreira para a população negra e ainda mais incisiva para as mulheres negras, a qualificação técnica e intelectual dessas profissionais é subutilizada. Elas acabam frequentemente estagnadas em posições subalternas ou operacionais, enquanto as vagas de liderança, gerência e diretoria continuam com a classe dominante.

Embora o serviço público conte com a Lei nº 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para pessoas negras, o setor privado, que concentra a esmagadora maioria dos postos de trabalho formais e os salários mais competitivos, ainda carece de uma regulamentação impositiva semelhante. Nesse cenário de ausência de obrigatoriedade legal, as mulheres negras enfrentam o auge da exclusão institucional. A falta de mecanismos coercitivos permite que as empresas mantenham processos seletivos baseados em redes informais de indicação e vieses raciais e de gênero, perpetuando um perfil corporativo majoritariamente branco e masculino nos cargos que realmente detêm o poder econômico e de decisão.

Mesmo que o acesso ao diploma universitário represente uma conquista simbólica e intelectual inestimável para a população negra, a eficácia desse título

em promover uma mudança real, uma mobilidade social, é reduzida pelas dinâmicas da modernização conservadora. Em um cenário econômico onde os postos de trabalho estão cada vez mais precarizados, a elite branca consegue manter seu status e privilégios que envolve redes de contatos herdadas, indicações corporativas e a valorização de diplomas de instituições tradicionalmente elitizadas, deixando para os formados negros as vagas de menor prestígio ou a necessidade de aceitar funções abaixo de sua qualificação para garantir a subsistência imediata.

Nesse sentido, a formação acadêmica perde seu poder de transformação social se, ao se formarem, essas mulheres e homens negros continuarem encontrando as portas do mercado de trabalho fechadas. Expandir as políticas de cotas e os programas de contratação e liderança intencionais para as empresas, tanto públicas quanto privadas, não é apenas uma reparação histórica necessária, mas o elo indispensável para fechar o ciclo da mobilidade social. Afinal, a verdadeira equidade só será alcançada quando o diploma universitário deixar de ser o ponto final de uma trajetória de superação e passar a ser, de fato, a chave de entrada para espaços de decisão, prestígio e remuneração equivalentes.

Para a mulher negra, esse bloqueio à mobilidade é ainda mais rígido, pois mesmo portando um diploma de graduação, ela colide com estereótipos raciais e de gênero que barram sua ascensão aos cargos de alta liderança e decisão. Portanto, no Brasil contemporâneo, a expansão do ensino superior expandiu os horizontes intelectuais, mas a promessa meritocrática de que a educação formal resultaria em automática e justa mobilidade social esbarra nas barreiras invisíveis de um mercado que ainda protege o privilégio racial em seu topo. (Gonzáles, 2020)

A mobilidade social pressupõe que um indivíduo, ao adquirir capital intelectual e qualificação, consiga ascender economicamente e mudar de classe social. No entanto, para as mulheres negras, a trajetória em direção ao topo da pirâmide socioeconômica é interrompida. A articulação entre o contexto histórico, o racismo estrutural, o mito da meritocracia, o machismo, e as barreiras de acesso ao ensino superior reflete diretamente no debate sobre a mobilidade

social dessas mulheres negras ou, de forma mais precisa, na sofisticação dos mecanismos que impedem essa mobilidade de acontecer plenamente.

Diante desse cenário de barreiras estruturais e mecanismos de exclusão, torna-se fundamental analisar a teoria através da realidade vivenciada por quem atravessa essas trajetórias. Para compreender de que maneira o racismo e sexismo se materializam na prática diária e afetam as perspectivas de ascensão, o capítulo a seguir apresenta e analisa os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas. Por meio dessas narrativas, busca-se dar voz às experiências concretas dessas egressas negras, evidenciando as nuances, os desafios e as estratégias de resistência que elas adotaram no pós-formação.

Capitulo III

3. Breve contexto histórico e desenvolvimento da cidade de Maricá e suas políticas públicas

A cidade de Maricá, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro (RJ), tem se destacado no cenário nacional por seu expressivo crescimento urbano e por enunciar a adoção de políticas públicas inovadoras nos últimos anos. Essas condições de investimento em tais perfis de políticas está fortemente vinculado à arrecadação de royalties do petróleo[4], que proporcionou ao município um volume significativo de recursos financeiros e ampliou a capacidade de investimento estatal. A partir disso, a cidade passou a implementar programas voltados à mobilidade urbana, à transferência de renda, à educação superior e ao fomento da economia local. Maricá passou a construir um modelo próprio de desenvolvimento público através de um conjunto de políticas públicas.

[4] A descoberta de grandes reservatórios no Pré-sal em 2006, impulsionada por avanços tecnológicos e inovações nos sistemas de produção de petróleo, marcou uma nova era para o Brasil. Estendendo-se por 800 km do litoral, o Pré-sal abrange Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. A Bacia de Santos se consolidou como a maior bacia offshore do país, gerando aumento significativo nas receitas dos municípios confrontantes por meio dos royalties e participações especiais. Maricá-RJ, localizada na área do polo de Tupi, um dos mais produtivos, passou a receber expressivos recursos oriundos dessas compensações pela exploração petrolífera. (Rodriguês, 2023)

No entanto, o processo de desenvolvimento de Maricá não está isento de profundas tensões e contradições. Antes marcada por uma economia de base tradicional e forte dependência da metrópole fluminense, a cidade passa a experimentar uma nova configuração territorial. A ampliação da infraestrutura urbana e das políticas sociais ocorre em um contexto de desigualdades socioespaciais, crescimento populacional acelerado e transformações no mercado de trabalho, marcado pela informalidade e pela precarização.

Para compreender essa nova dinâmica, as formulações de David Harvey (2005) sobre a produção do espaço mostram-se fundamentais. Harvey aponta que, sob a lógica capitalista, as desigualdades socioespaciais não são subprodutos acidentais, mas exigências estruturais para a acumulação e circulação do capital. Com os recursos petrolíferos Maricá reconfigurou o seu território, se tornando um espaço ativo de investimentos, valorização imobiliária e intervenção estatal.

O mercado de trabalho em Maricá atualmente é mais diversificado, embora fortemente informal. Oliveira (2003) abordar sobre o trabalho informal no Brasil, para ele tal trabalho não é um resquício do passado, mas um componente estrutural do capitalismo brasileiro contemporâneo. Ele argumenta que, enquanto o capitalismo avança exige um nível maior de produtividade e tecnologia, resultando em uma expansão da informalidade. Para ele, o trabalho informal não é uma fase de transição para o emprego formal, mas sim uma condição permanente de precariedade.

O trabalho informal se expandiu, enquanto os empregos formais diminuíram proporcionalmente. Retornando ao que analisamos no capitulo um dessa pesquisa, é preciso pensar que a população que mais sofre com essa expansão é a população negra, as mulheres negras que foram sistematicamente excluídas do trabalho formal brasileiro. Essa expansão do trabalho informal na cidade de Maricá, vai de encontro às ideias de Harvey (2005), na qual esse crescimento econômico da cidade não resultou na criação de empregos formais e de qualidade, mas sim na expansão de atividades econômicas que se sustentam na informalidade e em muitos casos no clientelismo, como vamos aprofundar no próximo tópico. Mostrando aqui a contradição central que o autor

aponta, o capital está se acumulando e fixando no território, porém não está gerando um equilibrado desenvolvimento social e inclusivo com empregos formais e dignos para a maioria da população.

Segundo Lefebvre (2006), o espaço urbano moderno é produzido, cada vez mais, com base em abstrações e aparências virtuais[5], o que acaba escondendo as estratégias de dominação econômica, política e ideológica que estão por trás desse desenvolvimento. O que demonstra ser uma lógica de organização é na verdade uma forma de controle e de apropriação do espaço

Partindo desse entendimento o processo de urbanização de Maricá indicam um processo de valorização estratégica do espaço urbano. Essa valorização, entretanto, não é homogênea, sendo guiada por interesses de mercado e por políticas públicas que, embora beneficiem alguns grupos sociais, ainda operam sob as lógicas do capital possuindo assim efeitos colaterais.

Assim é possível observar essas contradições da política públicas com base no que discutimos no capítulo anterior com Potyara, as políticas públicas são expressões das contradições do Estado capitalista, são resultados das lutas sociais, mas ao mesmo tempo instrumento de controle social, atuam para garantir direitos, mas também para manter a ordem econômica e social capitalista, baseada nas desigualdades.

Sobre essas evidentes contradições Harvey (2005) destaca “a forma espacial pode ser usada para mascarar e deslocar as contradições do capitalismo, mas não para resolvê-las” (HARVEY, 2005, p. 133). Na cidade aqui estudada, a paisagem de progresso pode esconder a precarização de empregos, o aumento da informalidade, o descompasso entre formação profissional e estrutura produtiva e a tendência de captura dos programas sociais por interesses eleitorais.

É nesse terreno de contradições estruturais que se situam as inovadas políticas públicas de Maricá, financiadas pela renda do petróleo. Destacam-se

[5] Aqui entendemos como aparências virtuais a imagem construída e superficial do espaço urbano moderno, que esconde sua verdadeira lógica de produção. (Lefèbvre, 2006)

iniciativas pioneiras como a Moeda Social Mumbuca, vinculada ao Programa de Renda Básica de Cidadania, que dinamiza o comércio local ao injetar recursos diretamente na economia popular; a Empresa Pública de Transportes (EPT), com a política de Tarifa Zero que universalizou a mobilidade urbana interna; e o Fundo Soberano de Maricá (FSM), criado em 2017 como poupança pública para proteger o município das oscilações futuras do mercado internacional de petróleo.

Na Educação possui várias políticas públicas educacionais[6], sendo uma delas o Passaporte Universitário que atualmente é regulamentado pela Lei nº 3.428/2023, com alterações feitas pelas Leis n° 3.546/2025 e 3.550/2025. O programa foi concebido com o objetivo de formular, implementar e monitorar políticas públicas de acesso à qualificação e à formação acadêmico-profissional de nível técnico e superior (graduação e pós-graduação lato e stricto sensu). Como instrumento de intervenção estatal, o subsídio se dá por meio da concessão de bolsas de estudo integrais, visando interiorizar a oferta educacional e fomentar a pesquisa e a inovação direcionadas às demandas econômicas, sociais locais e regionais. Como nos aponta o gestor do programa, através de uma entrevista:

> O passaporte universitário ele de forma contextualizada ele é um programa de bolsas universitárias de graduação, pós-graduação e técnico de 100%. As bolsas de 100% financiadas pelo município. Então o município arca com todo o custo da formação, não da formação mas do pagamento das mensalidades das universidades privadas que são credenciadas ao programa. Então a gente tem um chamamento público aberto, esse chamamento público permite com que as universidades se credencie a ele e faça uma oferta de vagas conforme a Lei que hoje rege o programa, que façam uma oferta de vagas desses cursos de graduação. E a gente em cima dessas ofertas faz um edital, nesse edital os munícipes participam pra que eles possam dentro de alguns critérios que estão no edital concorrer a essas vagas que a gente contrata dessas universidades credenciadas. (Gestor, 2026)

Assim, segundo os últimos editais as vagas são operacionalizadas por meio de critérios sendo alguns deles a residência fixa no município de Maricá

[6] Algumas das políticas públicas educacionais da cidade de Maricá são: Escola de Idoso; Corujinhas; Cursos Preparatórios; Programa Maricá Interfronteiras Comunidades de Aprendizagem; Programa Municipal de Educação Integral em Tempo Integral (Prometi); Núcleo de Atenção e Integração do Educando Família e Escola (NAIEFE); Pré-ENEM. Dentre outras. Disponível em: /https://www.marica.rj.gov.br/programas-de-educacao/

por um período mínimo de cinco anos completos, além de possuir renda familiar bruta mensal não excedente a oito salários mínimos.

> O aluno em cima de um critério principalmente de renda que é o primeiro critério de classificação, se termina o ensino médio em Maricá, idade a gente faz uma classificação e dessa classificação a gente convoca os alunos a estarem recebendo o certificado pra fazer aí poder participar da universidade com estas bolsas custeadas pelo município. (Gestor, 2026)

Ou seja, um dos principais critérios é a renda. Porém recentemente foi incluído pela Lei 3.546/2025 o mecanismo de reserva de vagas para o curso de medicina, sendo reservada obrigatória de uma cota de 30% das vagas para estudantes negros. Acrescentando ao programa um caráter afirmativo e reparador.

Quando perguntado se existe dados sobre o perfil dos estudantes do programa o gestor apontou que sim. De acordo com os levantamentos realizados pelo programa a maioria dos estudantes do programa são mulheres negras.

> Existe esses dados. A gente faz umas pesquisas, levantamentos em tempo em tempo sobre estes dados. Eu tenho por gênero e por curso, então aqui o resumo são os 62% são mulheres, declarados sexo feminino. 61% são solteiros. E aqui vai dar 53% é preto ou pardo, maioria. Então a gente tem a maioria de pretos e pardos. Temos maioria de mulheres, maioria solteiros. (Gestor, 2026)[7]

Assim sendo, Esse fenômeno demonstra que, mesmo que o programa não tenha cota especifica de raça e gênero para todos os curso, quando uma política pública de democratização do ensino superior é implementada em um território periférico ou em desenvolvimento como Maricá, a própria estrutura da desigualdade social brasileira faz emergir a demanda da população negra. Porém, a ausência de um recorte intencional e institucionalizado de raça e gênero no desenho do programa pode comprometer o acompanhamento das especificidades desse público no pós-formação.

Nesse sentido, a partir da qualificação dessa população, deixando claro que essa política é de extrema importância, porém é preciso compreender de que maneira essa formação superior se traduz na prática cotidiana e na

[7] Esses dados não foram divulgados, são informações de levantamento feito pelo programa

mobilidade social real de suas beneficiárias. Evidenciando assim, a urgência de políticas de fomento ao empreendedorismo, à economia solidária e à instalação de arranjos produtivos locais, assim como incentivos a empresas privadas de cotas afirmativas e concursos públicos. Também é preciso destacar os riscos relacionados ao uso político dos programas sociais, resultando em clientelismo, sendo necessário fortalecimento dos mecanismos de transparência, participação popular e controle social sobre os gastos públicos. Vamos nos aprofundar nos próximos tópicos.

O objetivo aqui não é negar a importância das políticas públicas implementadas em Maricá, mas evidenciar suas contradições, visto que tais políticas são implementadas em contexto de um sistema capitalista gerando como visto lutas de poder. As políticas públicas implementadas em Maricá geram inovações relevantes, mas sua efetividade depende da articulação entre crescimento econômico, planejamento urbano e participação social.

3.1 - Análise das Entrevistas: Formação, Raça, Gênero e Mercado de Trabalho em Maricá

A partir de tudo o que vimos até aqui, esse tópico se concentra nas entrevistas realizadas com as seis mulheres negras formadas pelo programa e também com o gestor responsável por sua execução, somada com a própria vivencia desta pesquisadora na condição de mulher negra e também egressa do referido programa, sendo assim possível compreender múltiplas perspectivas sobre o resultado do programa na mobilidade social das mulheres negras. O objetivo é trazer a vivência real de quem sentiu na pele o Passaporte Universitário e hoje convive com os seus resultados no dia a dia. Ao ouvir essas trajetórias, olhamos para além de uma possível melhora financeira, buscamos compreender a mobilidade que se desenha na vida dessas mulheres pensando no resultado financeiro, social e político que essa formação trouxe para suas realidades.

A coleta das informações foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas a partir de um roteiro previamente elaborado que,

contudo, manteve a flexibilidade necessária para acompanhar o fluxo e as particularidades do relato de cada participante. A seleção das entrevistadas deu-se pelo método bola de neve, no qual cada mulher entrevistada indicava a seguinte, formando uma rede de colaboração. A investigação do material fundamentou-se na análise das falas e na articulação comparativa entre as narrativas das mulheres negras egressas e do gestor do programa, permitindo compreender em profundidade as vivências, as dinâmicas de inserção profissional e as estratégias de resistência adotadas por essas mulheres negras no período pós-formação.

3.1.1 - Perfil socioecômico e trajetória iniciais antes do acesso

Compreender o resultado do Programa Passaporte Universitário na vida das egressas, mulheres negras, aqui das entrevistadas, é preciso fazer uma analisa das suas realidades antes da sua inserção no ensino superior. Todas as participantes relataram que já existia o interesse em cursar o ensino superior, porém esse interesse foi dificultado por uma série de empecilhos estruturais de ordem estrutural, financeira e educacional.

O primeiro fator apontado e um dos principais seria a questão financeira, os custos associados à graduação eram incompatíveis com orçamento familiar das mesmas. Como nos aponta o relato a seguir:

> Foi mais questão financeira. Eu nunca tinha parado pra pensar nas faculdades públicas, porque se fosse o pensamento naquela época provavelmente dedicaria a estudar e a gente iria tentar passar pra não pagar, né? Não ter aquele custo financeiro. Então a minha ideia era ir para uma particular e tentar conseguir 100% de bolsa, porém eu não consegui, nessa época só era 80%, então teria que arcar com o custo dos outros 20% e eu não quis passar essa responsabilidade para os meus pais, por isso não dei continuidade e esperei conseguir um emprego. Enfim, pra que eu conseguisse arcar com os custos na universidade, mas aí surgiu o programa. (Egressa 1, 2026)

Nesse sentido, não iniciar os estudos superiores antes da chegada do programa é justificado pela impossibilidade real de não conseguir custear os gastos com a universidade e não transferir essa responsabilidade financeira para os pais. Demostrando assim a necessidade de tomar decisões com base nas restrições financeiras, assim sendo possível observar a falta de oportunidade e

de escolhas, sendo exigido reajustes de escolhas com base no que é viável e não o que é desejável.

Dentro desse relato da Egressa 1 é possível também observar o desconhecimento sobre a universidade pública, bem como o descrédito na própria capacidade de ocupar esses espaços, criando uma barreira invisível que afasta essas mulheres negras do ensino superior e de universidades prestigiadas e aqui podemos analisar segundo o “não lugar” do negro que a autora Lélia Gonzáles (2020) aponta como lugares que a classe dominante delimita para a população branca, lugares privilegiados. Ou seja, Esses lugares nem se quer são cogitados como uma possibilidade real.

Nesse mesmo sentido, outros relatos das egressas era a falta de conhecimento dos familiares, se eles não tiveram acesso a esses espaços, como vimos nos capítulos anteriores, como irão ter conhecimento sobre eles? Nesse sentido é possível observar a falta de capital cultural específico no ambiente família. Os pais das egressas, não possuíam o entendimento ou a familiaridade com as universidades, O capital cultural e o capital familiar apontados por Bourdieu (2007) reflete nessa falta de conhecimento dos pais e das mesmas, pois o habitus, aqui as estruturas sociais internalizadas que fazem com que os indivíduos aja de determinadas formas e sintam que certos espaços são ou não são para eles, e as referências culturais e sociais que são transmitidos pela família.

Ou seja, a transmissão hereditária de saberes e códigos dominantes dita as probabilidades de sucesso ou o não sucesso escolar, bem como o que é possível desejar ou alcançar. Pensando em pais que cursaram ou tem entendimento sobre o mundo acadêmico, as crianças crescem com exemplos dentro de casa, além dos incentivos e da estrutura que podem proporcionar para os filhos cursarem o ensino superior, já os pais que não tiveram acesso a esse espaço acaba que o filho, em muitos casos precisam descobrir esse caminho sozinho ou de forma limitada. Deixando claro que, capitais transmitidos é estrutural a um sistema que dita os lugares que cada indivíduo precisa ocupar. A egressa 5 em seu relato abaixo demostra como esse ambiente acadêmico é

desconhecido pelos seus pais, nos mostra também que mesmo com o desconhecido os pais sempre a apoiaram:

> Eu estava conversando com a minha mãe, eu sempre reclamava do TCC pra minha mãe. “Mãe, o TCC está complicado. Está muito difícil. Não sei se vai dar certo, não sei se eu vou conseguir concluir não sei se sou boa”. Aí um dia minha mãe falou assim “filha eu não sei o que é isso que você chama de TCC, mas toda vez que você vem me falar desse TCC eu tenho vontade de arrebentar ele”. Aí eu expliquei pra ela que era um trabalho de conclusão de curso é escrito, tentei explicar da melhor forma possível, mas foi tão engraçado que eu fiquei pensando, nossa minha mãe ela seria capaz de se jogar no desconhecido pra poder me proteger, mesmo ela sem saber do que era. (Egressa 5)

O deslocamento intermunicipal também surgiu como fatores que aprofundavam o não acesso dessas egressas a Universidade. Ao ser perguntada sobre o que impediu de acessar o ensino superior antes do programa a Egressa 4 relatou “Eu sempre quis fazer universidade, mas eu sempre achei uma dificuldade ter que sair daqui pra poder cursar universidade”

Outro fator apontado pelas egressas foi a educação precária recebida no ensino médio público que resultou em uma grande barreira, resultando em baixos desempenhos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para o acesso às universidades públicas tradicionais. Aqui podemos analisar de acordo com o capitulo 2 que discutimos a exclusão do negra na educação e como o sucateamento da escola pública opera como um mecanismo de filtragem racial e social, restringindo precocemente o trânsito de jovens negras rumo ao ambiente acadêmico. Relato Egressa 2:

> Eu terminei o ensino médio e fui fazer o vestibular, fiz o ENEM umas três vezes. Na primeira vez, não alcancei uma nota muito boa, fiz a segunda também não alcancei uma nota muito boa, acredito que por conta de vim de colégios públicos também e não ter uma base muito boa assim na questão de redação, eu tirei nota ruim na redação e eu não conseguir alcançar pra poder entrar na universidade. (Egressa 2, 2026)

Como consequência direta dessas privações cruzadas de raça, gênero e classe, nenhuma das entrevistadas transitou diretamente do ensino médio para a faculdade. Houve, na trajetória da maioria um significativo tempo do ensino médio até a universidade, marcado pela necessidade urgente de inserção no mercado de trabalho logo após o término da educação básica.

A dedicação a ocupações formais ou informais nesse período intermediário visava o sustento próprio ou a complementação da renda familiar, colocando a graduação em segundo plano. Nesse sentido, pensar aqui como a divisão racial sexual e social do trabalho confina historicamente as mulheres negras em postos de trabalho precários e de subalternidade desde a juventude, limitando suas projeções de futuro.

A fragilidade dos vínculos trabalhistas vividos pelas egressas, nos mostra como essa realidade de subalternização ainda está presente, sobre esses trabalhos precários desempenhado por elas a egressa 5 relatou:

> Trabalhei de 2018 até 2020 como recepcionista, parte desse período trabalhei sem carteira assinada e depois em 2020 eles assinaram, mas eu fiquei mais ou menos uns três meses de carteira assinada e depois eu sai porque tinha passado na universidade (2026)

Os relatos das entrevistadas é possível observar que os entraves para o acesso ao ensino superior não configuravam episódios isolados, mas sim um padrão estrutural que condiciona as mulheres negras a lugares subalternos. O desejo de estudar, somado a falta de recursos financeiros, a uma base escolar fragilizada, determinou de igual modo a trajetória da autora, que compartilhou das mesmas frustrações ao enfrentar o ENEM com uma base de um ensino básico precarizado e sem conhecimento sobre o mundo acadêmico.

Assim, antes do Programa Passaporte Universitário, as trajetórias dessas mulheres negras estavam fortemente condicionadas à reprodução das desigualdades, evidenciando que o acesso ao ensino superior não se desenhava como uma escolha simples. Todas essas barreiras apontadas por elas como as restrições financeiras não constitui um fenômeno recente ou meramente casual. Essa soma de exclusões reflete diretamente nas heranças históricas do período pós “chamada abolição” que a população negra sofreu, como analisamos nos capítulos anteriores. Podemos refletir como essa dinâmica de subalternização histórica continua até a contemporaneidade na trajetória das entrevistadas e desta Pesquisadora, demonstrando que o não acesso histórico à universidade é o resultado atualizado de um processo contínuo de negação de direitos.

As barreiras que elas enfrentaram antes do programa evidenciam que o racismo estrutural e a divisão sexual e de classes continuam a operar como mecanismos de exclusão que perpetuam as desvantagens, tornando o ingresso no ensino superior um espaço de disputa profunda contra uma estrutura historicamente desenhada para reter os corpos das mulheres negras na base da pirâmide social. Assim sendo, é importante destacar a importância do programa. A iniciativa cumpre um papel transformador ao democratizar o acesso ao ensino superior.

3.1.2 - Vivências universitárias: Desafios, permanência e redes de apoio

A permanência e a conclusão do curso representaram uma verdadeira jornada de resistência, marcada por barreiras estruturais, financeiras e pedagógicas que atravessaram o cotidiano das egressas. Quando perguntadas quais eram os maiores desafios enfrentados por elas durante o período da graduação elas apontaram alguns desafios, entre os principais obstáculos: Rotina exaustiva que precisava ser conciliada com os estudos, locomoção, o efeito do período que ficaram longe da sala de aula somado com a defasagem da educação básica que resultaram em dificuldades para acompanhar os conteúdos acadêmicos.

A necessidade de conciliar o trabalho formal, os estágios obrigatórios, a presença nas aulas, as horas de estudo individual, as atividades de casa “São muitas demandas, ser mãe, ser profissional e ser universitária” (Egressa 4) Todas essas demandas geravam uma sobrecarga física e mental diária. A gestão do tempo tornou-se um desafio constante, em que a busca pela formação exigia o sacrifício do descanso e do convívio social.

> Olha acho que um desafio considerável foi conciliar o trabalho com estudos e era uma rotina muito cansativa. Eu acordava 6:00 horas da manhã, chegava no trabalho 8:00 horas, saia 12:00 horas aí ia pro estágio, comia no estádio pra ficar pra atender ou tinha que estar 12:00 horas aqui no chequevara, o hospital da cidade, e eu trabalhava no Marquês aí eu saia correndo de lá pra chegar aqui. Chegava aqui eu via como estava, se dava eu comia, as psicólogas também eram uns amores eu nunca deixei de comer, aí eu comia depois voltava pra poder fazer estágio, saia do estágio 18:00 horas, eu já saía direto pra faculdade não tomava nem banho ou tomava banho no hospital e aí depois 22:00 horas da noite eu vinha pra casa, basicamente pra dormir e acordar no dia seguinte e saí de novo e isso fazendo o TCC, um monte de matéria e o professor pedindo trabalho pra semana que vem.

> Então eu acho que esse é o maior desafio para mim, tentar conciliar isso tudo e continuar estudando. (...) ai tinha também supervisão do estágio, então a minha semana toda era trabalho, estágio, supervisão e faculdade à noite. Foi bem cansativo. (Egressa 6, 2026)

Essa rotina cansativa da graduação, apontada pela egressa ganha profundidade quando interpretada de forma crítica, revelando como a experiência individual é moldada por estruturas históricas de raça, gênero e classe. O desgaste diário vivenciado no malabarismo entre trabalho, estágio, estudos e transporte, trabalhos de casa reflete diretamente a dinâmica do trabalho precarizado e da superexploração analisada por Ricardo Antunes (2018), em que a classe que vive do trabalho precisa subjugar seu tempo e sua saúde física e mental para garantir as condições materiais de reprodução da própria vida. Sob a perspectiva de Marx, essa rotina exaustiva expõe a alienação e a mercantilização da força de trabalho, onde a busca pela formação acadêmica se dá sob o peso da necessidade e da constante pressão econômica de um sistema de classes que restringe a emancipação do trabalhador.

> “Eu acredito que desafios o que é para maioria que é essa correria. Pra gente que trabalha, você tem que sair do trabalho, como meu curso era a noite, o tempo que saia do trabalho ia direto pra faculdade. Então assim, eu acho que o maior desafio foi esse” (Egressa 2, 2026).

Assim sendo, essa rotina cansativa de ter que conciliar várias atividades ao longo do dia com os estudos. Nesse sentido vemos como o mito da meritocracia mais uma vez se torna evidente. O ponto de partida, o percurso e o resultado não é o mesmo para todos. Não é porque falta inteligência ou força de vontade, as oportunidades e resultados não são as mesmos para todos.

As dificuldades de locomoção e o tempo gasto no transporte público, somando horas de desgaste ao dia e impactando diretamente o rendimento acadêmico e o nível de cansaço. Questionada sobre os desafios enfrentados durante a graduação, a egressa 1 aponta:

> Questão de locomoção porque mesmo sendo dentro do mesmo município era noite então eu trabalhava em uma loja de roupa e é intenso, já tinha aquela rotina de sair de casa ir cedo para o trabalho. Então saia 7:00 horas de casa e pegava no trabalho ás 9:00 horas, porque eu ainda treinava, gostava de treinar de manhã, eu ia para o trabalho pegava de 9:00 horas as 19:00 horas e 19:00 horas normalmente já era o início da aula então eu ia correndo atravessava a rua, pegava o ônibus na rodoviária e ia para a faculdade, depois saia da faculdade e vinha para casa, só chegava em casa, mesmo sendo

> no mesmo município o trajeto é longo é quase uma hora da rodoviária para minha casa, então quando mudou o polo piorou mais ainda porque tinha que pegar dois ônibus pra chegar em casa. (Egressa 1, 2026)

Outro desafio apontado foi o aperto Financeiro, mesmo com o suporte do programa para o ingresso, através das bolsas, os custos indiretos da faculdade como materiais didáticos, impressão de trabalhos, notebook para os estudos, mantiveram a restrição orçamentária como uma preocupação permanente.

> No começo não tinha notebook então é um ponto muito grande porque na época eu trabalhava na loja mas não ganhava super bem, não dava pra comprar notebook a vista ou então não dava pra parcelar porque não tinha um cartão com limite alto, então estudava pelo meu celular que por sinal estava ficando ruim. (Egressa 1,2026)

Algumas das entrevistadas precisaram sair do trabalho para se dedicar ao estudo, vivendo na casa dos pais e com apoio financeiro dos mesmos o que resultou em um período “apertadinho financeiramente” como uma delas apontou:

> Financeiramente falando a gente mora em Maricá de aluguel a gente não tinha essa possibilidade ainda que minha irmã tivesse trabalhando. Porque quando eu saí da recepção ela entrou. Eu organizei todas as minhas contas, paguei tudo que eu pude, meus pais não tinham contas minhas pra pagar. Mas Era uma despesa, a gente viveu esse tempo muito apertadinho, sabe? Foi realmente um período muito apertadinho e um momento ruim pra mim, de me sentir dependente. (Egressa 5, 2026)

As egressas apontaram um outro desafio enfrentado por elas durante a graduação, que foi o longo período distante da sala de aula. A perda do ritmo de estudos e a falta de hábito com a linguagem acadêmica exigiram um esforço dobrado para a reintegração ao ambiente universitário. Nesse sentido, a Egressa 3 relatou: “Nossa, eu lembro que falava, eu acho que não vou dar conta, por questão da idade, a dificuldade com a formação e a informática”. Somado a essa questão de adaptação existia segundo elas as lacunas acumuladas ao longo de uma escolarização pública precarizada que resultou como um obstáculo como nos relata a egressa 2:

> Como vim também de escola pública eu acho que a gente tem outra realidade quando a gente chega na universidade, em questão de base educacional, a gente entra na universidade e vê que é outro mundo, a gente está começando tudo do zero, é de quem está começando do zero. Então eu acho que tem que se esforçar mais um pouco pra poder acompanhar o que está sendo feito, o que está sendo passado. Acredito que esse foi o meu caso (Egressa 2, 2026)

Aqui é importante ressaltar a importância da escola pública o que apontamos como barreiras é a precarização da mesma. Nesse sentido, enfrentar exigências acadêmicas complexas sem a base teórica adequada exigiu resiliência e a busca por estratégias autônomas de nivelamento para acompanhar o ritmo das disciplinas.

> Eu sempre fui oriunda de escola pública, então assim, tiveram muitos desafios. Entender o processo de escrita principalmente questão da leitura, é porque nesse processo do ensino fundamental, enfim ensino médio nunca me foi de fato apresentado a leitura e a importância da leitura e na universidade já é muito cobrado principalmente na de pedagogia. (Egressa 4, 2026)

Um marco coletivo de extrema relevância que emerge das trajetórias analisadas é o fato de que todas as entrevistadas foram as primeiras de suas famílias a ingressar e concluir o ensino superior. Nesse sentido, esse pioneirismo universitário dessas mulheres negras transforma a conquista do diploma em um evento que ultrapassa a realização individual, simbolizando uma ruptura histórica com ciclos intergeracionais de restrição ao acesso à educação. Ao inaugurarem essa nova possibilidade no seio familiar, essas estudantes não apenas redefinem suas próprias perspectivas socioeconômicas, mas também alteram o horizonte de expectativas das próximas gerações, tornando o espaço acadêmico um destino finalmente visível e alcançável para a sua família.

Nesse sentido, é preciso pensar para além dos recursos financeiros, a presença de uma rede de apoio sólida revelou-se um pilar fundamental para a sustentação e a permanência das estudantes ao longo de toda a jornada acadêmica. Nos relatos, os pais e os familiares eram a principal base de sustentação, oferecendo um suporte que ia além da questão financeira e se traduziu em acolhimento emocional, incentivo diário e compreensão diante da rotina exaustiva. Em um contexto marcado por sobrecarga e incertezas, a validação da família, o auxílio nas tarefas domésticas e o cuidado com as necessidades do cotidiano funcionaram como um porto seguro.

Analisando toda a trajetória das entrevistadas durante o período de graduação é possível observar como todos esses obstáculos e barreiras dificultou a conclusão do ensino superior, pensar meritocracia analisando esse cenário é entender que ela não existe. Nesse sentido é preciso pensar também

para além da inserção dessas mulheres no ensino superior é preciso pensar na sua permanecia, o programa não oferece auxilio para garantir a permanência dessas estudantes na universidade.[8]

> É assim, na verdade eu acredito que essa inserção, ela tem que começar desde o começo da vida acadêmica, porque não é só promover a ajuda, você tem que manter essas pessoas na universidade. Eu te digo isso porque a minha turma ela começou com 60 alunos. Nós nos formamos com 48 pessoas. Então não é só dar a possibilidade, mas é manter essa pessoa na academia. São muitas dificuldades que nos atravessam o tempo todo. Principalmente aqui em Maricá acredito que muitas pessoas que já tinham anos que não estudavam. Pessoas que já tinham essa vida, Que tem casa que tem família que tem trabalho. Então assim você manter principalmente num programa que é presencial é muito difícil, E esse horário que foi o horário que eu escolhi que é o noturno é porque a pessoa tem toda essa demanda durante o dia e aí a noite ela ainda tem que se disponibilizar pra estar na universidade estudar porque não é só estar e dar atenção que precisa ser dado a família. Então acho que uma política pública seria uma bolsa de estudos, talvez, que incentiva essa pessoa a continuar. Porque querendo ou não é um incentivo. E não só incentivo. A gente que tem um transporte público de graça. Gratuito, mas assim, as condições desse transporte dessa pessoa chegar até esse lugar, a internet pra fazer um trabalho ou um notebook pra que ela consiga estudar. Então são muitas coisas que são necessárias pra graduação, além da possibilidade de estar lá. (Egressa 4, 2026)

É possível, assim, observar que, embora a importância do programa seja incontestável para garantir a inserção dessas estudantes no ensino superior, torna-se crucial expandir esse olhar para além do ingresso. A democratização do acesso perde sua força transformadora quando desacompanhada de políticas efetivas de permanência, capazes de amparar os custos do cotidiano e suavizar o desgaste das múltiplas jornadas. Garantir o direito de entrar na universidade é apenas a primeira etapa; o verdadeiro compromisso com a justiça social exige a criação de condições materiais e institucionais para que essas estudantes possam permanecer, vivenciar a vida acadêmica em sua plenitude e, finalmente, concluir a graduação.

3.1.3 - O pós formação e o mercado de trabalho: conquistas e barreiras

O pós formação representa um marco simbólico fundamental na trajetória das egressas, porém a inserção no mercado de trabalho ainda encontra barreiras

[8] O programa oferece uma bolsa auxilio para alunos de cursos integrais: Bolsista de curso integral até 80 Km – UFIMA (R$ 692,54), superior a 80 Km – 6,6 UFIMA (R$ 1.385,08). (Informação retirada de documento enviado pela gestão)

e precarização. A análise dos dados das entrevistas demonstra que a obtenção da formação acadêmico não se traduz automaticamente em uma inserção homogênea ou qualificada ao mundo do trabalho digno e formal. Dentre as seis mulheres negras entrevistadas, três delas não conseguiram atuação na área na qual se graduou, enquanto três conseguiram. Porém dessas três que conseguiram duas relataram que encontram-se submetidas a condições de trabalho precarizadas, caracterizadas por jornadas exaustivas, múltiplos empregos e remunerações incompatíveis com a titulação alcançada. Como nos aponta o relato da egressa:

> Olha eu consegui sim, nesse trabalho na clínica que eu te falei. E eu recebo muito pouco, não consigo me manter financeiramente com ele, e eu tenho um limite mesmo do quanto eu consigo atender. Eu vejo profissionais, Que estão se lançando, atendendo sei lá sessenta pacientes por semana pra poder tentar levantar esse dinheiro, pra ter uma renda um pouco maior, mas eu não consigo, eu não tenho corpo pra isso. Pra fazer um trabalho de qualquer jeito, eu não consigo. Eu não sei explicar, Não estou dizendo que essas pessoas fazem o trabalho de qualquer jeito, mas se eu atendendo sessenta pessoas seria um trabalho de qualquer jeito porque a escuta já nem é mais a mesma, porque cansa. É um trabalho cansativo, eu estou ali eu estou vendo essas pessoas entra uma atrás da outra, E eu tenho pequenas pausas pra fazer anotações, E assim, são história difíceis.
>
> (...)Tenho um projeto com amigos, Um espaço onde eu faço atendimentos. Mas até pra isso precisa ter um investimento, porque a gente precisa fazer propaganda, todo mundo está se mantendo com dificuldade. Então assim, aparece pacientes, e a gente vai acolhendo na medida do possível, mas também atendendo com um preço social, e assim ainda não estamos com uma quantidade favorável de paciente pra cada um, Mas ainda assim é um dinheiro que me dá mais do que eu tenho nessa clínica. E aí arranjei um trabalho que não é na clínica, Que é um trabalho de meio período que não me impossibilitaria de atender de manhã nem à tarde. Mas também, acaba estendendo o meu período de trabalho até às dez da noite. Então eu tive que arranjar outras formas de conseguir me manter que não fosse na psicologia, trabalhando com psicologia e com outros milhões de riscos pra poder conseguir me manter. Fora a ajuda ainda familiar que meus pais ainda estenderam pra mim. Então assim financeiramente existe esse desafio, De sair da universidade já com conta pra pagar e sem ali uma estabilidade porque pelo menos na clínica assim não existe essa estabilidade, porque o paciente ele pode continuar contigo, pode não continuar, pode ter imprevistos, pode acontecer muitas coisas e ele deixar de pagar e você deixa de ter seu dinheiro. (Egressa 5, 2026)

Já a egressa 6 tem quase o mesmo relato da egressa 5 porém hoje preferiu só trabalhar um dia para poder focar nos estudos e nesse um dia não ganha nem 200,00 reais no mês

> Eu comecei a trabalhar terça, quinta e sábado nessa clínica, a de sábado eu estou até hoje que é de oito ao meio-dia eu atendo seis pacientes nesse período e na de terça e quinta eu comecei, só que assim plano de saúde as consultas são trinta minutos geralmente por paciente e aí um paciente atrás do outro, então tinha dias que eu atendia quatorze pessoas e assim eu saí de uma realidade que no estágio eu atendi por cinquenta minutos uma pessoa dava um intervalo atendia a outra, vim pra esse lugar e ser tipo uma coisa muito, eu me senti quase que um trabalhador de fábrica.. Aí tinha dias que eu tinha quatorze pacientes no dia e tinha um paciente que me demandava muito. (...) Assim, de cada paciente a gente tem que fazer uma evolução. É obrigatório a gente fazer uma evolução daquela seção. Então é um trabalho que eu trazia pra casa e não era muito grata por isso. Eu ganhava catorze reais por cada paciente, vinha pra casa trabalhava segunda, quarta e sexta fazendo evolução em casa e ainda trabalhava no sábado então eu ainda tinha os pacientes do sábado as evoluções do sábado então eu estava trabalhando direto e ganhando menos de mil reais por mês. (...) Vou ficar só no sábado pra fingir que eu estou trabalhando, porque assim, eu não chego a ganhar duzentos reais por mês. Porque são catorze reais por paciente, mas quando ele vai, Se ele falta eu não recebo e como eu tenho seis pacientes em média ganho sei lá 160,00 R$ por mês. (Egressa 6, 2026)

Essas realidades das duas egressas que vivenciam postos de trabalho precarizados e de baixa remuneração expõe a desvalorização do trabalho da mulher negra, que mesmo com o diploma, é frequentemente empurrada para ocupações subalternizadas no interior das próprias áreas de conhecimento.

> Me formar e me ver tentando entrar no mercado de trabalho foi um processo de muita frustação pra mim. Porque a universidade ela pinta um lugar muito bonito da profissão, ela não coloca pra gente os desafios que é se manter nesse ideal de profissão, que assim a realidade é uma outra coisa, a realidade é você ganhando quinze reais atendendo quatorze pessoas por dia. (Egressa 6, 2026)

Esse relato da egressa 6 nos mostra um abismo entre a idealização do ambiente acadêmico e a realidade precarizada do mercado de trabalho. No espaço universitário, a formação muitas vezes é construída sob uma perspectiva romantizada da profissão. As jornadas exaustivas de atender catorze pessoas por dia para receber quinze reais por atendimento evidencia o processo de desvalorização do trabalho qualificado e a falta de estabilidade financeira das recém formadas.

Quando perguntadas dos principais desafios em Maricá pós formação as egressas apontaram que a maior dificuldade no município é a inserção no mercado de trabalho. Embora a cidade tenha se destacado nacionalmente pela implementação de políticas públicas distributivas de grande impacto social, a

estrutura do seu mercado de trabalho local ainda impõe barreiras severas para a absorção qualificada das egressas.

Dentre os principais entraves relatados pelas seis entrevistadas e por esta pesquisadora, destacam-se a escassez de concursos públicos, a precarização generalizada das vagas no setor privado e a forte dependência de mecanismos clientelistas, onde o acesso a postos de trabalho, sobretudo vagas ligadas a prefeitura ao serviço público, encontra-se condicionado à indicação política e ao alinhamento eleitoral.

> Então Maricá é uma cidade extremamente política. Então assim, a gente vem tentando quebrar isso, mas é muito difícil. Eu sinceramente hoje eu me vejo fora daqui em questões de trabalho, porque eu não tenho nenhum vínculo político, o cargo que eu estou hoje foi por meio de documentação, análise de documentação. Então, aqui eu não vejo muitas possibilidades por conta da política e em relação ao concurso público também é um pouco engessado, então eu me vejo fora daqui em relação a trabalho. (Egressa 4, 2026)

A falta de concurso público é apontada pelas egressas como um dos principais fatores de bloqueio para o acesso a um trabalho formal e protegido na cidade. As entrevistadas relatam que em Maricá é quase impossível conseguir uma vaga qualificada pela simples análise de currículo ou pelo mérito da formação acadêmica. O concurso público é historicamente um dos instrumentos mais eficazes e mais justo para diminuir as desigualdades de raça e gênero, justamente por usar critérios impessoais de seleção. Sem a oferta regular desses exames, as recém-formadas ficam sem uma via democrática de entrada no mercado, restando a elas aceitar a precarização das empresas privadas ou se submeter a contratos temporários na prefeitura, quase sempre amarrados a indicações políticas.

A falta de concursos públicos em Maricá e a consequente expansão de vínculos de trabalho frágeis encontram explicação direta nas transformações do capitalismo contemporâneo, analisadas no capitulo um segundo Antunes (2018), através da reestruturação produtiva. Antunes aponta que esse processo e generalização da precarização estrutural do trabalho, no qual o capital desmantela sistematicamente os direitos e as garantias de estabilidade conquistadas historicamente pela classe trabalhadora. Essa dinâmica resgata também as bases da teoria de Marx sobre a mercantilização da força de trabalho

e a formação do exército industrial de reserva: ao substituir empregos públicos estáveis e estatutários por contratos temporários, terceirizados e pautados por interesses políticos, o Estado alinha-se à lógica do capital, aprofundando a vulnerabilidade dos trabalhadores.

Nesse sentido a ausência de concursos públicos contínuos retira a única garantia de proteção laboral contra as oscilações do mercado e os mandos do clientelismo local, confinando a força de trabalho de mulheres negras a um ciclo permanente de insegurança e instabilidade socioeconômica. Quando questionadas a maioria das egressas entrevistadas relataram que o trabalho é usado como moeda de troca para conseguir voto.

> O primeiro desafio que eu me deparei, que é o desafio até hoje, que é o emprego. Você tem complicação, é muito complicado. Ainda mais dentro do município as oportunidades de emprego são muito precárias. E quando essas oportunidades se abrem na grande maioria das vezes é oferecido por uma questão de voto, enfim, desenvolve a questão política nesse contexto. Então o primeiro desafio que eu tive foi que eu achava que eu iria me formar, o sonho de toda pessoa que eu vou me formar e eu vou começar a trabalhar de imediato. Porque o que eu percebo é que precisa de fato estudar pra poder passar pra um concurso ou talvez um processo seletivo enquanto não abre um concurso que você queira. Porque se você ficar dependendo só da questão da análise de currículo dentro do município de Maricá não existe, porque você pode ter um currículo maravilhoso, você pode ser pós-graduada, você pode ser uma excelente profissional, você pode entender dos direitos humanos, você pode falar algum idioma ou então estar estudando algum idioma, se você só se limitar ao município de Maricá, você não tem essa oportunidade, então assim, questão de trabalho, esse grande desafio que eu estou tendo até hoje. (Egressa 1, 2026)

Essa prática de precisar de indicação política para conseguir uma vaga reflete diretamente o clientelismo, uma marca antiga da política brasileira. Que segundo Nunes (2004) é um padrão de relação política marcada pela troca desigual entre a máquina ou agente de poder e um cidadão em situação de dependência, que recebe benefícios individuais em troca de apoio, lealdade ou voto a esse agente de poder. Segundo o autor no Brasil, o clientelismo está enraizado nas formas de exercício de poder, funcionando como um substituto da cidadania, reforçando a naturalização das hierarquias sociais. Ao transformar os indivíduos em dependentes, tal fenômeno impede a construção de uma cidadania plena e critica, sustentando a construção de subcidadania que trouxemos anteriormente, não tratando o sujeito como pleno de direito, mas

como objeto de favor que só é lembrando quando é necessitado, por exemplo em tempos de eleições. Assim, o Clientelismo é um instrumento central de manutenção da desigualdade e da exclusão do Brasil contemporâneo utilizado muitas vezes pelo Estado.

Na prática local de Maricá, a contratação deixa de ser por currículo ou capacidade técnica e passa a ser uma troca direta, a promessa de um emprego em troca do voto e do apoio eleitoral. Um dos grande problema dessa dinâmica é a constante instabilidade vivida por essas mulheres. Como o vínculo não é estável como um concurso público, a permanência no trabalho fica totalmente dependendo do resultado das urnas. Se o grupo político indicado perde a eleição, a pessoa perde o emprego. Essa dinâmica do clientelismo, transforma o direito ao trabalho em um favor prestado pelos detentores do poder, mantendo os trabalhadores, aqui as egressas, em um estado de permanente insegurança e submissão aos mandos políticos da cidade.

Para as mulheres negras, essa dinâmica revela-se ainda mais perversa. Como vimos antes a divisão racial, sexual e social do trabalho historicamente coloca essas mulheres fora dos espaços de poder e decisão. Sem capital social, apontado por Bourdieu (2007) como vimos, para direcionar a rede de relações e contatos influentes que geram oportunidades, as egressas negras ficam à margem dos arranjos de indicação política, sendo preteridas em favor de grupos historicamente privilegiados e politicamente articulados. A obtenção do diploma traz o reconhecimento acadêmico, mas não neutraliza de imediato o racismo estrutural que desvaloriza a força de trabalho de mulheres negras e limita a progressão na carreira.

A análise das trajetórias das egressas não pode ser dissociada da forma como as opressões de raça, gênero e classe se articulam estruturalmente no Brasil. Um relato de uma dessas egressas ao ser questionada se a cor da sua pele ou o seu gênero interferiram na sua inserção e permanência ela aponta esse racismo que mulheres negras sofrem tanto ao entrar no mercado de trabalho quanto ao continuar, permanecer nele:

> Olha, eu acredito que sim, não só por ser preta, mas por ser mulher também. Tinha inclusive situações assim de clínica, que eu me senti

> assim muito, eu não sei se eu, é porque queria usar uma palavra que não fosse tão abstrata, sabe. Mas eu me sentia meio encolhendo, sabe? Às vezes em certas situações. (...)Mas de não me levar a sério profissional, e assim, raramente essas coisas são ditas de forma que fica claro, É tudo muito sútil, aí você fica com aquela sensação de: "Será que eu estou entendendo errado?" (...) Teve uma situação que eu estava atendendo uma mulher branca, bem sucedida financeiramente. E assim, ela me deixava muito desconfortável e eu não entendia assim muito bem o que eu ficava desconfortável com ela, Eu ficava assim: "Ah isso vai passar" só estou assim envergonhada talvez. Mas assim, teve um dia, uma fala específica dela que ela estava comentando, que ela falou assim, foi até uma gíria. Não sei se é uma gíria mas assim, é uma coisa que já ouvi outras pessoas falando e tudo mais. Eu fiquei ainda assim remoendo, será? Mas assim, de fato foi algo que me magoou, enfim. Se ela falou com intenção ou não, não tem como dizer mas me magoou porque ela estava falando sobre uma situação especifica e ela fala assim: "você faz isso com as suas negas, comigo não." Falou que ela estava dizendo isso com uma pessoa, E quando ela disse isso, eu fiquei me sentindo muito invisível ali, Porque eu falei assim; bom ela está falando isso na minha frente e ela não percebeu que eu sou uma mulher preta. Ou se percebeu não ligou também e aí quando ela falou isso eu fiquei pensando muito, caramba, parece que ela quis dizer que existe uma diferença entre eu e ela e existe algo que é permitido que façam comigo, mas com ela não. E que dá um certo nível de superioridade, Ela é superior a mim de alguma forma. E assim, isso me deixou muito triste durante muito tempo. (Egressa 5, 2026)

Assim sendo, analisar essa dinâmica com olhar interseccional é de extrema importância. Como vimos nos capítulos anteriores, no contexto do mercado de trabalho e do acesso à educação, essa sobreposição de marcadores sociais coloca as mulheres negras na base mais vulnerável da pirâmide socioeconômica, sujeitas a taxas desproporcionais de informalidade, subocupação e disparidade salarial, mesmo quando possuem qualificação de nível superior.

Essa exclusão vivenciada pelas seis egressa entrevistadas e por esta pesquisadora reflete a permanência de estereótipos históricos, que analisamos no primeiro capítulo, que associam o corpo da mulher negra ao trabalho braçal, servil ou de menor prestígio social. Quando essas mulheres ingressam na universidade e conquistam o diploma, elas desafiam o lugar social que a estrutura patriarcal e racista lhes reservou. Porém, a experiência pós-formação demonstra que o racismo institucional e o sexismo operam como barreiras ativas na seleção de vagas e na progressão de carreira, restringindo o acesso a cargos de liderança ou gestão as mantendo, por vezes, em vínculos precarizados ou fora de suas áreas de atuação.

Como vimos ao longo dessa pesquisa a população negra, as mulheres negras são estruturalmente colocadas em espaços de subalternização desde a chamada abolição até os dias atuais. Assim sendo, mesmo qualificadas, formadas elas ainda enfrentam barreiras de acesso ao mercado de trabalho, isso é justificado pelo racismo estrutural e os estereótipos que são agregados a elas. Assim o qualificação formal e o mercado formal não tem uma relação linear, principalmente se analisado segundo a interseccionalidade.

Mesmo aquelas que conseguem um cargo de prestigio em sua área, como coordenadora por exemplo, precisam estar o tempo todo se provando capaz, se provando profissional, como nos aponta o relato da egressa 3, ela, entre as seis entrevistadas é a única que ocupa um cargo de liderança em sua área:

> Sim, com certeza! Ser uma mulher preta hoje em dia dentro de uma sala de aula, numa universidade tanto no campo de trabalho, é um desafio muito grande, porque você tá sempre tendo que provar o seu profissionalismo, a sua capacidade. As pessoas te olham como se fosse um desafio, você tá sempre tendo que provar alguma coisa o tempo todo. É, alguém chegar pra você como eu passei na outra secretaria. “Você que é assistente social?” por que eu sou assistente social? Porque a pessoa viu em mim uma mulher preta, então eu não poderia estar ocupando aquele espaço por eu ser uma mulher preta, hoje eu estou coordenadora. Então eu vejo que algumas coisas eu sou limitada, entendeu? Então por que eu não poderia tá ocupando aquele espaço? (Egressa 3, 2026)

Nesse sentido, a constatação de que o mérito do diploma universitário é, com frequência, secundarizado diante da ausência de apadrinhamento ou da recusa em submeter a trajetória profissional a compromissos eleitorais. Essa dependência do favoritismo político para a inserção profissional enfraquece o potencial emancipatório do diploma e perpetua a instabilidade econômica, demonstrando que a democratização do ensino superior promovida pela política municipal precisa ser acompanhada pela democratização e impessoalidade das formas de acesso ao trabalho no próprio município.

3.1.4 - O Suporte no Pós-Formação, as Estratégias das Egressas e as Ações Pretendidas pelo Programa

Um dos pontos de maior convergência entre as narrativas das entrevistadas e a própria experiência dessa pesquisadora diz respeito à ausência de políticas institucionais de acompanhamento e suporte após a

formação. Quando questionadas se receberam algum tipo de apoio do Programa Passaporte Universitário para a inserção no mercado de trabalho ou para o direcionamento profissional no pós-formação, cinco das seis egressas foram categóricas ao relatar que não houve qualquer suporte no pós. A ação do programa encerra-se formalmente com a entrega do diploma, deixando as recém formadas desamparadas justamente no momento de transição para o mercado profissional.

> Não. Lavaram as mãos. E assim, até uma questão que eu tenho é tipo, eles possibilitaram a qualificação da mão de obra, mas a cidade não oferta serviços. Você tem que ter um QI de um vereador pra te colocar no lugar, aí você dentro desse espaço você fica vendido, você tem que fazer senão você pode sair a qualquer momento. Agora não deu respaldo nenhum. Deram a bolsa e falaram se vira. (Egressa 6, 2026)

Essa falta de suporte no pós-formação é reconhecida e confirmada pelo próprio gestor do programa em entrevista. Ao ser questionado sobre esse acompanhamento o gestor admitiu que o programa ainda não conta com um mecanismo de acompanhamento dos egressos, mas ressaltou a urgência de sua implementação:

> Uma coisa é esse acompanhamento depois eu acho que esse acompanhamento pós é importante, eu acho que se a gente conseguisse criar dentro do programa um comitê, uma comissão de desde o início de acompanhamento e de um olhar pra abrir uma porta mais pra ela dentro do programa pra poder sentir dificuldade e poder ajudar mais no pós. (Gestor, 2026)

Nesse sentido a fala da gestão valida o diagnóstico feito pelas participantes e evidencia uma importante fragilidade do desenho da política pública. Ao focar exclusivamente no acesso o programa gera uma lacuna na transição da formação para o mercado de trabalho. Sem uma articulação direta com secretarias de trabalho, órgãos de fomento, bancos de vagas ou incentivos para a contratação local de egressos, o resultado emancipatório da bolsa de estudos acaba sendo enfraquecido pelas barreiras do mercado.

As egressas apontaram que a sensação de concluir uma graduação e se ver sem nenhum respaldo ou orientação sobre como acessar o mercado qualificado é um fator de profunda incerteza. Esse cenário demonstra que, para que uma política de ação afirmativa e inclusão educacional cumpra integralmente o seu papel de democratização ao ensino superior e uma real

transformação socioeconômica, é fundamental evoluir do foco apenas na formação para um modelo integrado que contemple o acompanhamento, o monitoramento e a facilitação da inserção profissional das mulheres negras formadas.

Quando questionadas sobre quais estratégias elas tem feito para tentar reverter essa situação do mercado do trabalho, a maioria das egressas responderam que as estratégias é estudar mais, fazer especializações, até citaram o mestrado, porém a falta de tempo para se dedicar as impossibilitam e procurar trabalho fora do município, como nos mostra o relato abaixo:

> A estratégia que eu tenho tentado fazer é estudar. Acho que eu posso estudar, porém meu tempo hoje é muito mais limitado do que eu tinha Antes de estar no trabalho que eu estou atualmente. Mas por exemplo eu consegui terminar uma segunda pós-graduação agora. Eu queria muito pro mestrado mas eu não tenho tempo que o mestrado ele precisa que eu tenha. (...) Então o que eu estou tentando fazer é buscar mesmo o conhecimento é ler, entender mais sobre a profissão sobre o que a profissão requer da gente sobre os direitos, sobre as leis, sobre os artigos, enfim, tentando buscar nesse ponto. (...)Eu tenho tentado buscar um emprego fora do município. Porque é o que eu falei, não acho que não dá pra você se limitar, não no munícipio. Não tem como você se limitar, se você quer alguma coisa a mais. Então você tem que abrir seus horizontes e tentar olhar fora da sua caixinha, eu estou tentando fazer isso enviando currículos. Enfim, tentando buscar de outras formas fazendo processo seletivo concurso, mas a gente sabe que é um caminho. É um caminho a gente vai tentando a gente vai estudando aí não passa nesse concurso, aí vai estuda mais um pouco fica mais um tempo e tenta outro. Então eu estou tentando abrir meus horizontes em relação a isso porque é o que eu falei, aqui dentro do município é um desafio muito grande por essas questões políticas e não tem muitas empresas. Então quando não tem empresa e só se limita ao uso da prefeitura e quase não abre oportunidades de concurso ou processo seletivo, fica complicado a gente só se limitar a Maricá. (Egressa 1, 2026)

Essa é as estratégias que as egressas estão tentando desempenhar para se manterem ativas e conseguirem um bom trabalho em suas áreas. Em contrapartida, ao ser questionado se há estratégias para alocar esses egressos no mercado de trabalho a gestão do programa apontou três intenções de estratégias voltadas para esse pós-formação:

> A gente está desenvolvendo agora um apoio, vamos dizer assim, um outro programa a pedido do prefeito atual, que é um programa que vai ajudar este pessoal a entrar no mercado de trabalho. Então, assim, o programa que tem, pós, é um programa focado no mercado de trabalho, (...) fica uma equipe que tá fazendo um, dando apoio para os universitários egressos para eles se inserirem no mercado de trabalho, mas com esse foco específico no mercado de trabalho.

> (...) Hoje realmente a gente tem um desafio maior que a gente está enxergando e que a gente está buscando é orientar esses alunos pro mercado de trabalho, ver que forma eles consegue entrar no mercado de trabalho porque dessa forma as empresas também conseguem vir pra Maricá encontrar essa mão de obra que está sendo formada, porque a gente tem uma quantidade grande de mão de obra qualificada. E isso até a gente entende que pode ter ser um atrativo para as empresas porque é difícil ter um município assim com oferta de mão de obra. Isso é alguns limitantes até pra se montar industrias, mas Maricá tem. Hoje acho que esse é o maior desafio. (Gestor, 2026)

Ou seja, estratégias de orientação e atração de empresas privadas utilizando como principal atrativo a existência de um contingente expressivo de mão de obra local altamente qualificada e formada pelo programa.

Outra estratégia apresentada pelo gestor é o fomento ao Ensino Profissionalizante em Nível de Pós-Graduação. A proposta prevê a oferta de cursos de mestrados profissionais voltados para áreas técnicas e aplicadas, distanciando-se de um perfil estritamente acadêmico, com o objetivo de alinhar a qualificação das egressas às demandas imediatas dos setores produtivos e tecnológicos em expansão na cidade.

> E a outra coisa é o que o prefeito tem feito começando agora também é a possibilidade da gente pensar em outros cursos, né? uns cursos que ajude mais a essa essas mulheres a ter uma independência realmente o quanto antes. Mais autonomia, mais independente como uma profissão que realmente seja mais valorizada no mercado.
>
> (...) O que a gente está tentando é fazer umas pós-graduações que ajude realmente a pessoa a entrar mais rápido no Mercado. Seja menos acadêmico, mais profissional. (Gestor, 2026)

Uma outra estratégia apresentada tanto pelo gestor quanto pelas próprias egressas foi o incentivo e Fortalecimento do Cooperativismo. Essa estratégia já está sendo colocada em prática, Trata-se de uma iniciativa já iniciada pela atual gestão municipal, baseada na nova Lei 161/2026 que busca estruturar e incentivar a criação de cooperativas de trabalho para absorver profissionais que já estão formados, inserindo-as em redes de economia solidária e prestação de serviços ao próprio município.

Entretanto é preciso fazer uma análise crítica dessas propostas. O intuito aqui não é atacar as propostas, mas trazer uma reflexão sobre suas possíveis contradições. Em relação a atração do setor privado para a cidade é uma proposta válida já que realmente existe mão de obra muito qualificada na cidade e não existe setores suficiente que podem absorver essa mão de obra. Porém,

pensando no que vimos nos capítulos anteriores segundo as autoras Gonzáles e Carneiro, as mulheres negras são as que mais sofrem diante de processos seletivos para trabalho, já que elas quase nunca são as selecionadas em razão de sua cor da pele, cabelo e seu gênero como analisado antes a “boa aparência”. Então somente atrair empresas privadas para a cidade, abrindo assim novas vagas seria a saída para a inserção dessas mulheres negras? Ou seja, Transferir para o mercado privado a responsabilidade de absorver egressas negras sem estabelecer cotas, cláusulas sociais de contratação ou exigências de equidade racial e de gênero por parte das empresas beneficiadas por incentivos fiscais em Maricá corre o risco de reproduzir a subalternização dessas profissionais.

Em relação a oferta de pós-graduação técnicos, observa-se que ao priorizar uma formação estritamente técnica em detrimento da produção de conhecimento crítico, corre-se o risco de excluir as mulheres negras dos espaços de elaboração teórica, formulação de políticas públicas e análise das estruturas sociais como vimos no capitulo dois. Assim sendo, como apontado pelas egressas entrevistadas a questão não é somente a falta de trabalho em suas áreas de formação. Ou seja, o principal obstáculo enfrentado pelas egressas em Maricá não é a falta de preparo ou a ausência de cursos em áreas aplicadas, bem como trabalho escassos em suas áreas, mas a falta de concursos públicos, a necessidade das redes de apadrinhamento político e a permanência do racismo institucional. Nesse sentido, garantir o acesso a pós-graduações e mestrados, sejam eles acadêmicos ou profissionais no campo das ciências humanas e sociais é fundamental para que essas egressas não sejam apenas absorvidas pelo mercado como executoras de tarefas, mas atuem como pensadoras ou até gestoras.

> Incentivo sabe? A mulheres, a mulheres pretas, as pessoas pretas ocuparem os espaços de trabalho dentro da cidade, porque assim, lugar não falta. Psicologia então, ela está em qualquer buraco, Dá pra colocar na escola, no hospital, no posto de saúde, ambulatório. A gente cabe em qualquer lugar, pensando de um jeito muito ruim assim, porque ainda não tiraram a gente desse lugar de fragilidade, vulnerabilidade. (Egressa 6, 2026)

Por fim, em relação ao cooperativismo e na economia solidária, embora seja uma boa estratégia da gestão municipal, exige um olhar atento para não se converter em uma forma velada de precarização institucionalizada. Se as cooperativas funcionarem apenas como prestadoras de serviços terceirizados

para o próprio poder público, sem garantias de direitos trabalhistas sólidos, corre-se o risco de o Estado delegar a responsabilidade da proteção social às próprias trabalhadoras. Bem como o risco de cair na armadilha de estar ligado ao um governo, como nos apontou algumas egressas

> Eles estão fazendo agora um projeto cooperativa, estava até então fazendo ali até certo momento, mas assim tudo muito atrelado a política, trocou político você vai ficar com uma mão na frente outra atrás, e assim eu preciso muito de estabilidade é coisa minha mesmo. Não dei continuidade. (Egressa 5)

Antes de encerrar esta discussão, é necessário destacar o relato singular de uma das egressas entrevistadas, cuja trajetória profissional e de vida foi profundamente reconfigurada por uma tragédia pessoal. Mãe enlutada, a egressa viveu a dor irreparável de perder o seu filho, vítima das violências combinadas do racismo e do bullying no ambiente escolar. Transformando o luto em luta, ela tornou-se uma ativa militante dos direitos humanos e da pauta antirracista, direcionando a sua atuação profissional pós-formação para projetos e instituições ligados a essa causa. Porém, a sua narrativa expõe uma perversa contradição institucional, ao mesmo tempo em que o sistema que a contratou se beneficia de sua vivência e engajamento para a pauta, exige dela uma postura de "imparcialidade" e “neutralidade”.

> Para mim é um pouco desafiador o tempo todo porque já me pediram pra ser profissional. Aliás, agir como profissional e não agir como mãe do meu filho. Eu já ouvi isso. E como você age como profissional e não como a mãe? É muito desafiador porque é você querer anular uma mãe de uma dor que não tem cura. Ainda mais que você não vê resultados de uma injustiça que não foi arquivada. Aliás, está arquivada. Porque ela não terminou, está em processo né? O inquérito foi arquivado, a gente precisou abrir outro processo, estar no Ministério Público. E aí como é que é você acorda, dorme e acorda todos os dias como mãe e com seu trabalho como profissional ter que trabalhar em cima disso, fazer projetos em cima disso e não pensar na causa principal que é o teu filho? Você cuidar do outro mas a causa tá aqui dentro, então não tem como, então é muito desafiador pra você cuidar do outro, sendo que a ferida ainda está aqui, como que cicatriza a ferida? A ferida não vai cicatrizar, mas a responsabilização com o outro é muito grande e foi isso que eu prometi ao meu filho. Ele não vai voltar, mas a minha responsabilização com o outro não pode parar. Então é muito desafiador é eu todos os dias olhar pra frente e falar eu não posso parar, eu não posso cair, eu não posso esmorecer, não dizendo que eu não tenho direito de chorar, de ir pro meu canto, respirar fundo, dizer que hoje eu não quero falar, hoje eu não estou bem, sabe? Embora o sistema queira que eu seja forte, embora o sistema me cobre. Porque eu sei que em algum momento, o sistema ele é muito cruel. O sistema ele é muito cruel, né? Ele quer o tempo todo o resultado. Eu sei. O sistema quer o resultado, O sistema não me vê só como mãe, o sistema quer o resultado, ele precisa se manter. Então de alguma maneira ele

> acaba sugando alguém e esse alguém no momento é uma mulher preta. Então eu preciso ganhar o meu dinheiro ser profissional e não deixar de ser mãe do meu filho. (Egressa 3, 2026)

Esse relato evidencia as amarras institucionais que tentam silenciar e deslegitimar o saber emancipatório e a dor das mulheres negras, exigindo uma frieza burocrática justamente de quem converteu a sua ferida em instrumento de transformação social.

Assim sendo, A discrepância entre a expetativa da diplomação e a dura realidade da inserção precarizada evidencia que a mobilidade social via educação não depende apenas do acesso e da conclusão do ensino superior. Sem a implementação de políticas públicas complementares de inclusão, monitoramento e ação afirmativa no mercado de trabalho pós-formação, a titulação universitária corre o risco de mitigar a exclusão sem, contudo, romper integralmente com a reprodução das desigualdades raciais e de gênero que organizam o mundo do trabalho.

3.1.5- O programa Passaporte Universitário e a mobilidade social

Quando perguntadas se a conclusão do ensino superior através do Programa Passaporte Universitário resultou em mobilidade social, as egressas trazem um entendimento e uma reflexão que tal mobilidade social que adquiriram vai além de uma ascensão de renda ou inserção imediata no mercado de trabalho. Para as seis mulheres negras entrevistadas, bem como para esta pesquisadora a mobilidade social se deu, primordialmente, no campo subjetivo, simbólico e cidadão, através da realização de um sonho da graduação, de um direito que historicamente foi negado a elas, no acesso ao conhecimento formal, ao conhecimento crítico e na ocupação de um espaço acadêmico que estruturalmente não foi projetado para corpos negros, principalmente para corpos de mulheres negras. Como nos aponta os relatos abaixo:

> Primeira coisa foi a oportunidade de ingressar dentro da universidade. Como eu falei eu não tinha condições na época, não queria dar essa responsabilidade para os meus pais. Esperei um tempo, eu iria trabalhar pra poder conseguir pagar a universidade e obviamente eu iria me enrolar porque não era um salário super alto e custear uma universidade dependendo do curso que você quer não é algo barato e aí entram outras coisas porque às vezes no meu caso tinha que

> comprar notebook, tem a Xerox, tem os livros, tem os Arquivos que você comprou na internet pra poder estudar, enfim. Então só o fato do passaporte universitário ter entrado dentro do município de Maricá e ter dado essa oportunidade pra gente de buscar conhecimento e de ter o nosso sonho realizado já foi o primeiro ponto. O outro ponto é justamente a questão do próprio conhecimento porque a nossa cabeça ela se amplia, a nossa mente ela se amplia então a gente consegue entender muito mais as coisas, tem uma visão totalmente diferente. Um caso que pra você, você pensava igual o senso comum, você não começa a pensar assim, você começa a ter uma crítica muito grande sobre todas as Coisas sobre as falas, sobre os posicionamentos, sobre se de fato aquilo ali aconteceu, se aquela versão que a pessoa está te falando é essa porque existe uma versão, a outra e existe a verdade. Então, enfim, a gente começa a questionar muito as coisas e isso é muito bom. Então o passaporte ele foi importante pela questão de custear mas também foi importante pra você questionar você mesmo, questionar os seus próprios princípios se estão certos questionar as outras pessoas e começar a ver o mundo de uma outra forma que eu mesma não via. (Egressa 1, 2026)

Outro relato interessante para pensarmos essa mobilidade é o da egressa 3, que nos aponta que já tinha passado por várias profissões até chegar na universidade:

> Nossa, desde que eu botei um pé na universidade, eu já me sentia assim, a minha mente abriu pra muitas coisas, é o que eu estou te falando, a minha família não teve oportunidade que eu tive. Eu sempre busquei conhecimento, sempre quis melhorar. Como eu disse, eu já fui empregada doméstica, já fui faxineira, já fui cuidadora de idosos, técnica de enfermagem, eu já fui evoluindo. E quando eu trabalhei como empregada doméstica, a minha patroa ela é assistente social nós somos amigas até hoje e ela sempre me incentivou a estudar. Ela falava, “você vai morrer sendo empregada doméstica?” Então teve um incentivo dela lá atrás também, Que foi de grande valia pra mim hoje. Então eu acho que quando você entra numa universidade você não tem como ser mais a mesma, não tem como voltar atrás, a tendência é só você querer buscar mais conhecimento. Então pra mim foi como se abrisse o leque, sabe? (Egressa 3, 2026)

Nas falas das participantes, a conquista do diploma não se encerra em suas trajetórias individuais; ela se desdobra em um efeito multiplicador que reconfigura o horizonte de expectativas de todo o seu núcleo familiar e do seu grupo social. O acesso à universidade permitiu a essas mulheres assumirem novas posições sociais, instruindo familiares sobre direitos trabalhistas, sociais e políticos; sobre a importância dos estudos e da leitura, assim servindo como referência de possibilidade para filhas, filhos, sobrinhos, irmãos, entre outros.

> Assim, pessoal e muito enriquecedor. Você deter um conhecimento E tendo uma criança eu comecei a ver outras possibilidades pra ela. Aí como eu falei a questão da leitura, como exemplo eu já comecei a apresentar livros, hoje em dia ela tem muitos livros em casa, então assim é uma mobilidade pra mim e pra ela. (Egressa 4, 2026)

Essa percepção é alinhada à leitura da própria gestão do programa. Em entrevista, o gestor ressaltou que a mobilidade social promovida pelo Passaporte Universitário é inquestionável, principalmente pela ruptura do ciclo estrutural de exclusão educacional:

> É assim, eu acredito que sim, precisaria fazer uma avaliação depois, pra a gente conseguir fazer isso. Mas na minha opinião eu acredito que sim. A gente realmente é um programa que tem feito grandes diferença na sociedade. A gente tem visto inclusive outros municípios fazendo também por conta desse impacto né? Então Saquarema, Araruama e outros municípios que começaram também depois de Maricá. E assim, a gente fica realmente na esperança que continue e que a gente consiga que essas pessoas consigam adentrar no mercado de trabalho, consigam fazer pesquisa, consigam ter realmente um avanço, talvez, na sua vida que talvez não tivesse, se não fosse essa porta de poder sair de casa, fazer uma universidade. (Gestor, 2026)

Nesse sentido quando uma mulher negra acessa o ensino superior, ela rompe com o lugar que é imposto a ela de subalternidade. Porém, é preciso ter uma reflexão crítica, embora a mobilidade simbólica, política e subjetiva seja um ganho democrático inestimável, ela precisa, no longo prazo, ser acompanhada pela mobilidade socioeconômica real.

Nesse sentido, pensar políticas públicas para a urgência da inserção profissional focada nas mulheres negras de Maricá é de extrema importância, pois como vimos, a mulher negra é o sujeito social que mais sofre com as barreiras de entrada, permanência, desvalorização salarial e informalidade no mercado de trabalho.

Assim, foi perguntado durante as entrevistas quais políticas públicas deveriam ser criadas ou aprimoradas pelo município para os egressos após a formação e todas responderam a necessidade de ações voltadas para a efetiva inserção no mercado de trabalho. Nas respostas sobressai o entendimento de que não basta financiar a formação acadêmica é preciso criar mecanismos institucionais que garantam a essas profissionais a sua inserção no mercado de trabalho, formal com estabilidade.

> Se criassem algo direcionado. Olha, a população tal é a população que menos tem oportunidades e que a gente percebe que as mulheres negras são as mulheres que menos tem a oportunidade dentro do mercado de trabalho, então vamos criar alguma coisa direcionada para elas, para que elas possam se sentir parte, possam se sentir incluídas e possam se sentir abraçadas e com oportunidades pra que elas não venham se sentir mais rejeitadas, porque infelizmente é um sentimento

> de rejeição, não deixa de ser um sentimento de rejeição que às vezes você vê o quanto você tem potencial e você vê uma outra pessoa que talvez não tenha estudado como você estudou mas talvez por ser de uma característica diferente da sua ela receber uma oportunidade que você com um superconhecimento não tem. (Egressa 1, 2026)

Dentre as principais propostas apresentadas pelas egressas destacam-se: Uma rede de apoio do próprio programa no pós-formação, como relatou a Egressa 2 “Terminei um curso e o que eu faço agora? Que caminho eu tomo? Uma rede de apoio, que possa nos direcionar, para a gente dar o primeiro passo.” Outra proposta foi uma continuidade do programa, dar preferência a quem é do próprio município, como nos aponta a Egressa 4:

> É então assim, a rede ela tem muitas escolas então existe muitas possibilidades mas eu entendo que a gente tem que dar preferência a quem está em casa. Não a quem vem de fora. Não excluindo, Não. Pelo amor de Deus, mas acredito que é isso. Existe o passaporte universitário. Se você forma pessoas, qual é o pós disso? É um trabalho. Então, Eu acho que é isso, né? É uma continuidade, Você dá oportunidade, para essas pessoas fazerem uma prova, passar por um processo seletivo, com certeza. Mas é dar oportunidade que não é o que acontece. E eu ainda reitero, não só pra mulheres negras, mas mulheres, eu sou mãe solo, então São muitas camadas. (2026)

Outra egressa apontou uma proposta de política pública pensando na primeira experiência de trabalho para essas egressas:

> Toda semana eu entro no Linkedin, no Vagas.com, no Viva Rio e as vagas que aparecem para psicologia, que não são aqui em Maricá, mas são em Niterói e Rio pedem dois anos de experiência. Mas amigos acabei de me formar como vou ter experiência? você não vai me dar oportunidade de ter. Então eu acho que uma política pública nesse primeiro momento pra pessoa adquirir a experiência que estão pedindo porque, se não, nunca vamos conseguir emprego porque vai ficar nesse lupe eterno de ninguém dar emprego e você não consegue experiência porque ninguém te deu emprego. (Egressa 6, 2026)

Todas essas propostas são de extrema importância, bem como a necessidade de se ofertar mais cargos através de concursos públicos e fomentar ações afirmativas em empresas privadas. Assim também criar canais diretos para que a mulher negra formadas ocupem espaços de decisão e trabalho qualificado dentro do próprio município de Maricá.

Considerações finais

Assim sendo, a presente pesquisa buscou analisar o resultado do Programa Passaporte Universitário sob uma perspectiva crítica, interseccional e

reflexiva. Ao investigar a política pública de democratização do acesso ao ensino superior, o estudo delimitou seu foco na experiência de mulheres negras egressas do programa. A escolha do objeto se deu pela urgência de compreender como os marcadores sociais de raça, gênero, classe e território se cruzam para determinar os caminhos de entrada, permanência acadêmica e inserção profissional.

A trajetória da própria pesquisadora, enquanto mulher negra, nordestina, trabalhadora e egressa do próprio Programa Passaporte Universitário, funcionou como um espaço privilegiado, pois essa vivência concreta permitiu formular perguntas de pesquisa que muitas vezes passam despercebidas pela ciência tradicional, sintonizando os achados teóricos com as dores, conquistas e contradições vivenciadas cotidianamente pelas participantes desta pesquisa.

Portanto, a introdução e a estrutura do projeto de pesquisa estabeleceram uma premissa confirmada ao longo do estudo, a democratização do ensino superior via políticas públicas municipais ou nacionais é um passo indispensável, mas não suficiente, se não vier acompanhada de uma leitura atenta às assimetrias estruturais que operam para além dos muros da universidade.

Entretanto, a pesquisa revelou uma importante dualidade no resultado do programa, se por um lado não se verificou uma mobilidade financeira imediata expressa pela inserção no trabalho digno e formal, por outro, consolida-se uma expressiva mobilidade social compreendida sob a ótica do acesso à cidadania. A ocupação dos espaços acadêmicos e a apropriação do conhecimento formal e crítico permitiram a essas mulheres não apenas o pertencimento universitário, mas um processo profundo de emancipação política. A conquista do diploma, portanto, constituiu-se como um marco de subjetivação crítica, fortalecimento do pertencimento social e letramento político, permitindo que essas estudantes se reconhecessem como sujeitos de direitos e agentes de transformação da sua própria realidade, da realidade da sua família e de seus territórios.

Nesse sentido, o acesso e a conclusão do ensino superior configuram vitórias significativas, os resultados das entrevistas apontam para um entrave crítico na etapa pós-formação, a transição para o mercado de trabalho formal.

Os dados coletados evidenciam uma nítida assimetria entre a qualificação acadêmica obtida e a inserção no mercado de trabalho digno.

A despeito da obtenção do diploma de bacharelado, muitas das egressas entrevistadas relataram enfrentar barreiras persistentes para conseguir empregos formais em suas áreas de formação. O racismo institucional e o machismo estrutural atuam como filtros invisíveis no mercado de trabalho. Processos seletivos fundamentados na exigência de "boa aparência", a ausência de redes de contatos influentes e a desvalorização no mercado de trabalho formal constituem entraves reais para a efetivação profissional.

Essa realidade resulta em dinâmicas de subaproveitamento profissional, precarização e manutenção no trabalho informal ou em cargos subalternos que não exigem a qualificação universitária adquirida. O afunilamento do mercado de trabalho formal para a mulher negra demonstra que a mobilidade social esperada via educação encontra limites rígidos nas estruturas de classe e raça do capitalismo periférico brasileiro. A ascensão educacional, por si só, não neutraliza o peso das discriminações históricas que moldam o mercado de trabalho.

Assim sendo, conclui-se que o Programa Passaporte Universitário desempenha um papel crucial na alteração do perfil do ensino superior e na garantia do direito à educação para populações historicamente marginalizadas. No entanto, o estudo deixa claro que a emancipação social completa dessas mulheres exige um olhar integrado que conecte a formação universitária ao mundo do trabalho.

Diante desse cenário, se faz urgente a necessidade de formular e aprimorar políticas públicas voltadas ao momento pós-formação, garantindo que a inclusão educacional se desdobre na efetiva inserção dessas mulheres negras no mercado de trabalho digno. É fundamental que os governos articulem a democratização do ensino superior a estratégias ativas de empregabilidade, o que inclui a ampliação de concursos públicos com cotas raciais bem delimitadas na esfera municipal e estadual, além da criação de políticas de incentivo e atração para que empresas privadas adotem ações afirmativas no recrutamento

e na ascensão profissional. Ademais, promover a valorização do trabalho formal e digno significa romper com a lógica da precariedade que historicamente atinge a população negra, assegurando que o diploma universitário se converta em uma ferramenta real de autonomia financeira, equidade de oportunidades e justiça social.

Assim sendo, o Programa Passaporte Universitário se consolida como uma política pública revolucionária e indispensável. Ao democratizar o acesso à formação superior, a iniciativa não apenas redistribui oportunidades educacionais, mas devolve a dignidade e o direito ao futuro a parcelas historicamente marginalizadas da sociedade. Longe de ser um ponto de chegada, o programa figura como um motor de transformação social e emancipação individual que reconfigura as trajetórias de vida de mulheres negras. Defender, aprimorar e perpetuar políticas públicas dessa magnitude é, portanto, um compromisso ético e político inegociável para a construção de uma sociedade justa, soberana e antirracista.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA SENADO. **Como a Lei de Vadiagem foi usada para punir pretos e pobres após a Abolição**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/como-a-lei-de-vadiagem-foi-usada-para-punir-pretos-e-pobres-apos-a-abolicao. Acesso em: 9 dez. 2025.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem** “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. Tradução de Wanda Caldeira Brand; revisão de Sílvio Luiz de Almeida. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo**

Demográfico 2022: identificação étnico-racial, por sexo e idade: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**, Petrópolis: Vozes, 2007b

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brazil** (de 25 de março de 1824). Rio de Janeiro: Imprensa Imperial, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 5 ago. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 ago. 2026

BRASIL. **Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.** Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte. Coleção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 45, 1854. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM1331-A.htm. Acesso em: 15 jul. 2026

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 3 jul ago. 2026

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 5 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 5 jul. 2026

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Desigualdade racial persiste no mercado de trabalho brasileiro**, 19 nov. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/desigualdade-racial-persiste-no-mercado-de-trabalho-brasileiro. Acesso em: 9 dez de 2025.

CARA, Daniel. **Estado, economia e educação: racionalidades em disputa e o caso brasileiro**. In: BOTO, Carlota. CARA, Daniel. SANTOS, Vinício de Macedo (org.). Desafios e reinvenções da escola pública. São Paulo: FEUSP, 2025. p. 48 - 84.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA; MUGARIKUDA (org.). Racismos e antirracismos no Brasil. Brasília: DF, 2003. p. 49-58.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
CARRIL, Lourdes. **Territorialidades quilombolas**: quilombo, favela e periferia. In: CARRIL, Lourdes – Quilombos, Favela e Periferia – a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil** – o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro***:* conhecimento, consciência e a política do *empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma**. Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. 288 p. ISBN 978-65-5717-051-9. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/843831/mod_resource/content/3/Patricia%20Hill%20Collins%20-%20Interseccionalidade%20%28oficial%29.pdf Acesso: 31 de jun 2025

COSTA, Adriana Luiza da. MORENO, Mônica. **Da cidadania à mobilidade social**: um estudo de caso sobre o Programa Passaporte Universitário, do Município de Maricá-RJ. Maricá, 2022. Disponível em https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/3418

CRENSHAW, Kimberlé. ***Mapping the Margins:*** *Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*. Stanford Law Review, 1991.

DAVIS, *Angela.* **Mulheres, Raça e Classe**. Boi Tempo. São Paulo. 2016.

ELPÍDIO, M. H. **Do quilombo à favela**: faces do racismo territorial na produção das cidades. In: FARAGE. E; HELFREICH, F. (Orgs.). Serviço Social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (1º vol.). São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (2º vol.). São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Nathaly Cristina. NATIVIDADE, Carolina dos Santos Jesuino. **O lugar da mulher negra no mercado de trabalho**. Universidade Estadual de Londrina, 2018.

FERREIRA JR. Amarilio. **História da Educação Brasileira**: da colônia ao século XX. São Carlos: Edufscar, 2010.

FERREIRA, G.C. **Uma nação para o Brasil**: a eugenia na origem da política social. In DUARTE, M.J.O.; ALMEIDA, C.C.L. (org.). Raça, gênero e sexualidade: tendências contemporâneas no Serviço Social. Curitiba: CRV, 2023. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38277-raca-genero-e-sexualidadebr-perspectivas-contemporaneas-no-servico-social?srsltid=AfmBOooBrPGrFvPMzcNPoJbjcwbQP1GiH6vuIlC8Hjf1kW2BXR5A-j7B.

FLEURY, S. Seguridade social, um novo patamar civilizatório. *In* DANTAS, B.; CRUXÊN, E.; SANTOS, F.; LAGO, G.P.L. (Org.). **A Constituição de 1988**: o Brasil 20 anos depois - Os cidadãos na carta cidadã. 1ª ed. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, p. 178-212. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-carta-cidada/seguridade-social-seguridade-social-um-novo-patamar-civilizatorio/view.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf.

GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos**. Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios e artigos. Organização: Flavia Rios; Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf

HOBBES, Thomas**. Leviatã ou Matéria**, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo**. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

IBASE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS**. Cotas raciais**: por que sim? Rio de Janeiro: Ibase, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html. Acesso em: 10 jul. 2026.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2° Edição, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972 Acesso: 20 JUL.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2° Edição, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972 Acesso: 20 JUL.

LANZARA, AP. Trabalho e proteção social na era da economia digital. **Caderno CRH**, v.36, p.e023001, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/KCXVVQJqgJRLYj8LNZhMRSh/?lang=pt.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd.Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

MARICÁ (Município). **Lei nº 3.428, de 13 de dezembro de 2023**. Institui o Programa Passaporte no Município de Maricá e dá outras providências. Jornal Oficial de Maricá, Maricá, RJ, 13 dez. 2023. Disponível em: https://passaporteuniversitario.marica.rj.gov.br. Acesso em: 20 jul. 2026.

MARICÁ (Município). **Lei nº 3.546, de 23 de janeiro de 2025**. Altera os artigos 3º e 16, bem como revoga dispositivos da Lei nº 3.428, de 13 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Programa Passaporte. Jornal Oficial de Maricá, Maricá, RJ, ed. esp. n. 339, p. 1-2, 23 jan. 2025. Disponível em: https://passaporteuniversitario.marica.rj.gov.br. Acesso em: 20 jul. 2026.

MARICÁ (Município). **Lei nº 3.550, de 26 de março de 2025**. Altera as alíneas "a", "b" e "c" do inciso III do artigo 6º e o inciso IV do artigo 7º, da Lei nº 3.428, de 13 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Programa Passaporte. Jornal Oficial de Maricá, Maricá, RJ, ed. n. 1716, p. 4, 28 mar. 2025. Disponível em: https://passaporteuniversitario.marica.rj.gov.br. Acesso em: 20 jul. 2026.

MARX, Karl. **O capital**, Livro I, vol. I, 2° Edição. São Paulo: Nova Cultura, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Edição eletrônica. Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <www.jahr.org>. Acesso em: 9 dez. 2025.

MENEGAT, Elizete. BALBINO, Selmara de Castro**. Periferia, mercado de trabalho e cor**: configurações sócio-territoriais do racismo brasileiro. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 335-345, ago./dez.2015. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18462 Acesso em: 10 jan. 2025.

MIRANDA, Gabriel. **Necrocapitalismo**: ensaio sobre como nos matam. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

MOURA, Clóvis. ***O negro****: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Dandara Editora, 2021.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Mude Com Elas. **Guia Antirracismo e Antimachismo**. Realização CEERT. 2025. Disponível em: https://mudecomelas.org.br/pdf/pdf_publicacoes/guia_mude_com_elas_junho_2025.pdf Acesso: 20 jul.

Mude Com Elas. **Guia Antirracismo e Antimachismo**. Realização CEERT. 2025. Disponível em: https://mudecomelas.org.br/pdf/pdf_publicacoes/guia_mude_com_elas_junho_2025.pdf Acesso: 20 jul.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil**. In: SILVA, Petronilha B. Gonçalves; SILVÉRIO, Valter R. (orgs.). Educação e ações afirmativas**:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasilia-DF, 2003.
MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra*.* Petrópolis-RJ. Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos. ***Mucama Permitida*** *a identi-dade negra do trabalho doméstico no Brasil.* Rio de Janeiro: UFRRJ, 2017.

NUNES, Edson. **As gramáticas políticas brasileiras**. São Paulo: Zahar, 2004.

OLIVEIRA, D.A. **Mobilidade social**. In:OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Perspectivas sociais e de emprego no mundo**: tendências 2025. Genebra: OIT, 2025. Disponível em: https://www.ilo.org. Acesso em: 10 jun. 2026.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300010/9142.

Prefeitura de Maricá. **Moeda Social Mumbuca**. Maricá. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/programa/moeda-social-

mumbuca/#:~:text=Para%20ter%20direito%20ao%20benef%C3%ADcio,de%20at%C3%A9%20tr%C3%AAs%20sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos.

Prefeitura de Maricá. **Nossa história**. Maricá, 2025. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/marica/#:~:text=Em%201868%2C%20a%20Princesa%20Isabel,Circuito%20Cultural%20Caminho%20das%20Artes

Prefeitura de MARICÁ. **Passaporte Universitário**. Disponivel em: https://www.marica.rj.gov.br/programa/passaporte-universitario/#:~:text=O%20Passaporte%20Universit%C3%A1rio%20foi%20criado,estudo%20de%20moradores%20devidamente%20cadastradoshttps://www.marica.rj.gov.br/programa/passaporte-universitario/#:~:text=O%20Passaporte%20Universit%C3%A1rio%20foi%20criado,estudo%20de%20moradores%20devidamente%20cadastrados.

Prefeitura de Maricá. **Programas de Educação**. Disponivel em: https://www.marica.rj.gov.br/programas-de-educacao/

QUINTÃO, Vânia. BARROS, Nívia Valença. FACEIRA, Lobelia da Silva. **Mulher, Trabalho e Teletrabalho**: Reflexões e Provocações. Revista Serviço Social em Debate, 2021. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/ser-soc-debate/arti-cle/view/5592/3704

QUINTÃO, Vânia. **TELETRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NA VIDA DAS MULHERES***:* uma reflexão interseccional. Niterói: UFF. 2022.

RODRIGUES. Thiago da S. S. R. **Maricá, transformações urbanas de um município petro-rentista**. Revista Continentes (UFRRJ), ano 11, n. 23, 2023 (ISSN 2317-8825) Disponivel em: Vista do Maricá, Transformações urbanas de um município petro-rentista Acesso: 15JUL.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. ***Racismo brasileiro:*** uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHWARCZ Lilian; STARLING, Heloisa, M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SIQUEIRA, Breenda Karolainy Penha. **Feminismo Negro Como Movimento Social e Político***.* Araçatuba: Centro Universitário Toledo, 2018.

SOUZA, Jessé de. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de. **O Medo de que os Negros Entrem na Escola**. Revista da ABPN. V.6, n. 12. Nov. 2013-fev.2014. p.61-77.

THEODORO, Mário. **A formação do mercado de trabalho e a questão Racial no Brasil**. In: As politicas públicas e a desigualdade racial no Brasil:120 anos após a abolição / Mario Theodoro (org.). Brasília: Ipea, 2008.

WILLIANS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Companhia das letras. São Paulo, 2012.